



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LILIAN SOARES DO NASCIMENTO

**A NATUREZA DO CORPO FEMININO EM *MULHERIO*:  
PARADOXOS DE UM JORNAL ALTERNATIVO FEMINISTA  
BRASILEIRO (1981-1988)**

---

Londrina  
2015

LILIAN SOARES DO NASCIMENTO

**A NATUREZA DO CORPO FEMININO EM *MULHERIO*:  
PARADOXOS DE UM JORNAL ALTERNATIVO FEMINISTA  
BRASILEIRO (1981-1988)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda.

Londrina  
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

N244n Nascimento, Lilian Soares do.

A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981-1988) / Lilian Soares do Nascimento. Londrina, 2015.  
108 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Mulherio (Jornal) – Teses. 2. Imprensa feminista – Teses. 3. Feminismo – Teses. 4. Corpo feminino – Teses. 5. História social – Teses. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1:396

LILIAN SOARES DO NASCIMENTO

**A NATUREZA DO CORPO FEMININO EM *MULHERIO*:  
PARADOXOS DE UM JORNAL ALTERNATIVO FEMINISTA  
BRASILEIRO (1981-1988)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miliandre Garcia de Souza  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz  
Universidade Estadual do Centro-Oeste -  
UNICENTRO

Londrina, 13 de outubro de 2015.

## **DEDICO**

*Ao meu amado filho, Rafael,*

*Que tendo sido concebido e gerado ao longo  
dessa pesquisa, presenteou-me com a singular  
experiência de vivenciar um corpo  
reprodutivo.*

## AGRADECIMENTOS

Provoca certa nostalgia preencher este espaço, porque ele desperta as lembranças de todo o percurso realizado, desde o momento em que voltar à pesquisa acadêmica era apenas uma ideia instigante que me perseguia em todo o lugar. Eu precisava voltar a me dedicar ao universo das possibilidades e das inquietações. Há muito o que agradecer.

Os meus primeiros agradecimentos, a minha gratidão de todos os dias, são destinados ao que a palavra é incapaz de descrever, mas de algum modo, considera possível classificar: *Inefável*. Sou grata por este e a todos os outros momentos sagrados que me têm possibilitado experimentar nesta existência.

Aos meus pais, Eli e Rosely, que desde sempre me acolheram e me apoiaram em meus sonhos e objetivos. Obrigada por toda a proteção, pela companhia, pela disponibilidade, por viajarem comigo – grávida do Rafael – pelos congressos e fóruns de que participei, por me ampararem nos momentos difíceis, por toda a compreensão, pelo amor correspondido, pelo carinho e por construírem uma das partes mais belas daquilo que sou. Obrigada!

Agradeço aos meus irmãos, Marcos e Alan, pela doce companhia, amor e carinho. Ao meu filho Rafael agradeço pelo privilégio em poder amá-lo tanto. Ao meu companheiro, André, pelo zelo, pelo carinho, pelas sobrecargas domésticas que culposamente lhe causei em certos momentos para concluir alguns parágrafos desse trabalho. Obrigada pelo apoio, pelo amor correspondido, por toda a compreensão!

A todos os meus amigos que me propiciaram a sua prazerosa companhia durante esses tempos atribulados de atividades e a todos os alunos do curso, que caminharam comigo durante essa jornada, os meus sinceros agradecimentos. Agradeço, especialmente, ao Gilberto Guizelin, que não apenas me incentivou como também colaborou para o meu retorno à vida acadêmica, a sua ajuda foi fundamental, meu querido amigo. À Lucilene, por encontrar algum tempo em sua agenda corrida e me enviar alguns artigos interessantíssimos à temática. Agradeço imensamente ao casal, Vanessa Milian Rossi e Fernando Rossi, por me ajudarem, mesmo com um tempo tão escasso, em todas as minhas dúvidas técnicas e burocráticas, além é claro, de suas maravilhosas companhias. Uma das maiores alegrias do mestrado foi ter o prazer de te conhecer, Vanessa, e de ser agraciada com a sua amizade!

Aos amigos do trabalho agradeço especialmente ao Fernando Oliveira, Adele, Etiane, Silmara, Luciana, Joice, Soraya, Maria, Débora, Cinthia e Alexandre, por todo o apoio que me

concederam nessa trajetória acadêmica e também pelos momentos solidários que vivenciamos em tempos difíceis. Obrigada.

Ao professor e orientador Gilmar Arruda agradeço, além de toda a orientação realizada nesse estudo, a inspiração necessária que me guiou por novos caminhos para pensar a pesquisa. Agradeço também a sua paciência e compreensão diante de tantos imprevistos no decorrer do percurso. Eu não poderia ter sido melhor orientada. Muito obrigada!

Agradeço também aos professores que ministraram as disciplinas que tive a oportunidade de participar durante o curso, em especial, à Ana Heloisa Molina, José Miguel Arias Neto e Gabriel Giannattasio. Ao professor Vladimir Moreira, os meus agradecimentos pela correção gramatical. Agradeço imensamente à Luciana Klanovicz que, desde o primeiro congresso que participei em Guarapuava, fez ótimas críticas e sugestões para a minha pesquisa. É uma grande honra e felicidade tê-la em minha banca! Agradeço também a professora Miliandre G. Souza pelos apontamentos sensatos e pelas observações técnicas que insisto em negligenciar. A todos, o meu profundo agradecimento.

*“Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que começaram com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um Deus que era o Pai dos homens no céu, terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma Terra que era a Mãe de todas as criaturas sob o firmamento?” (Hannah Arendt)*

NASCIMENTO, Lilian Soares do. **A natureza do corpo feminino em *Mulherio***: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981-1988). 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

## RESUMO

O periódico alternativo feminista *Mulherio* foi produzido no Brasil durante a década de 1980 e, em seus sete anos de duração, publicou 39 edições voltadas para a produção e disseminação de discursos feministas emergentes naquele período, em volta das pautas específicas às mulheres, especialmente as brasileiras. Dentre as temáticas de maior destaque nas produções desses discursos estão a ênfase nas “características naturais” dos corpos ditos femininos, em especial, o seu potencial reprodutivo, como também a questão dos métodos contraceptivos como fonte de libertação das mulheres para um maior poder de atuação sobre a vida pessoal e em sociedade. A presente pesquisa apresenta a hipótese de que as produções discursivas presentes no periódico são paradoxais, por enfatizar a diferença sexual e binária entre mulheres e homens a fim de buscar pela igualdade entre eles em um ambiente historicamente construído para abrigar corpos com características atribuídas a uma ideia de masculinidade. Os objetivos dessa pesquisa buscam, portanto, analisar os paradoxos produzidos por esses discursos que, ao visar à igualdade entre mulheres e homens a partir de uma valorização das diferenças, contribuíram na produção de valores plurais entre os significados existentes em nossa sociedade sobre a natureza dos corpos ditos femininos e, conseqüentemente, à subjetividade dos sujeitos mulheres.

**Palavras-Chaves:** Feminismos. Natureza do corpo. Imprensa feminista.

NASCIMENTO, Lilian Soares do. **The nature of female body in *Mulherio***: paradoxes of Brazilian feminist alternative journal (1981-1988). In 2015. 108 p. Thesis (Masters in History) – Graduate Program in Social History at the State University of Londrina. 2015.

### **ABSTRACT**

The feminist alternative periodic *Mulherio* was produced in Brazil during the 1980s, and its seven-year, published 39 editions focused on the production and dissemination of emerging feminist discourses that period, around the specific agendas for women, particularly Brazilian. Among the most prominent themes in the productions of these speeches are the emphasis on "natural characteristics" of the said female's bodies, especially their reproductive potential, as well as the issue of contraception as women's liberation source for greater power of action on personal and social life. This research presents the hypothesis that the discursive present productions in the journal are paradoxical, by emphasizing the sexual and binary difference between men and women to seek equality among them in an environment historically built to shelter bodies with characteristics attributed to an idea of masculinity. The objectives of this research seek, therefore, to analyze the paradoxes produced by these speeches, in aiming at equality between women and men from an appreciation of differences, contributed to the production of plural values between existing meanings in our society about the nature of female's bodies and consequently the subjectivity of women.

**Key Words:** Feminisms. Nature of the body. Feminist press.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
BEMFAM	Bem-estar Familiar no Brasil
BM	Brasil Mulher
CMB	Centro da Mulher Brasileira
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
FCC	Fundação Carlos Chagas
FDA	<i>Food and Drug Administration</i>
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
MFA	Movimento Feminino pela Anistia
NM	Nós Mulheres
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Capa da primeira edição de <i>Mulherio</i> , de maio/junho de 1981 .....	42
<b>Figura 2 -</b>	Capa da décima quinta edição de <i>Mulherio</i> , de setembro/outubro de 1983 .....	43
<b>Figura 3 -</b>	Capa e última página da décima sexta edição de <i>Mulherio</i> , de 1984 .....	44
<b>Figura 4 -</b>	Capa da última edição de <i>Mulherio</i> (n. 39), de abril/maio de 1988.....	44
<b>Figura 5 -</b>	Fotografia em matéria sobre paternidade .....	45
<b>Figura 6 -</b>	Desenho em matéria sobre planejamento familiar .....	45
<b>Figura 7 -</b>	Desenho em matéria sobre mudanças do Código Penal Brasileiro .....	46
<b>Figura 8 -</b>	Tirinha sobre referenciais linguísticos .....	46
<b>Figura 9 -</b>	Tirinha sobre lutas específicas e gerais 1: militância política .....	53
<b>Figura 10 -</b>	Tirinha sobre lutas específicas e gerais 2: trabalho doméstico .....	53
<b>Figura 11 -</b>	Tirinha sobre lutas específicas e gerais 3: sexualidade .....	55
<b>Figura 12 -</b>	Obra <i>The Parchment Suíte – Happy apocalypse</i> , de Hans Georg Rauch [s.d.] .....	73
<b>Figura 13 -</b>	Tabela sobre disponibilidade sexual segundo ciclo menstrual de 28 dias .....	91
<b>Figura 14 -</b>	Tirinha sobre planejamento demográfico .....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – MULHERIO SOB AS ONDAS DOS FEMINISMOS.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 O Brasil da década da Mulher (1975-1985) .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Um periódico alternativo e feminista .....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 Pautas específicas para corpos específicos .....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O CORPO POR MULHERIO .....</b>	<b>59</b>
<b>2.1 A natureza do corpo .....</b>	<b>59</b>
<b>2.2 O corpo como Natureza .....</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO 3 – O CORPO DO MULHERIO .....</b>	<b>79</b>
<b>3.1 Corpos que sangram .....</b>	<b>79</b>
<b>3.2 Concepções de contracepções.....</b>	<b>92</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em “contar uma história” pode ter diversas conotações. O modo como pensamos o conhecimento histórico certamente é fundamental para nortear as intenções e a importância para se pesquisar uma matéria-objeto que ocupou certo tempo e espaço no mundo.<sup>1</sup> Com o estudo *A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981 a 1988)* pretendo traçar um caminho de reflexão a partir de uma análise historiográfica sobre alguns discursos feministas publicados no jornal brasileiro, *Mulherio*, na década de 1980, no que diz respeito à valorização dos corpos caracterizados como “femininos”, por meio da concepção de uma diferença sexual e binária entre mulheres e homens que se dá, principalmente, pelas funções atribuídas aos seus órgãos reprodutores.

Mas, qual seria a relevância para desenvolver um estudo com essas finalidades? A ideia de “utilidade” já é em si um fator impulsionador para os objetivos dessa pesquisa ao se levantar a questão de uma valorização dos corpos sexuados a partir de uma suposta função definida pela Natureza<sup>2</sup>: a reprodução (da espécie). Ao que parece, todas as atividades humanas precisam necessariamente apresentar uma “utilidade” ou “objetivo”, que fundamente ou torne legítimo o empreendimento das energias investidas. E essa mesma prerrogativa parece mover também os desígnios próprios da Natureza, pois é preciso que os saberes (científicos) encontrem um sentido ou uma finalidade coerente e funcional para compreender as manifestações das matérias que, se não são criadas pelas ações humanas, são por elas apropriadas pelos processos de significação.

---

<sup>1</sup> Em *A apologia da História ou o ofício do Historiador* (2001), March Bloch oferece uma perspectiva interessante e compartilhada por esse estudo quando aponta a História como um campo do conhecimento que estuda o ser humano no tempo e no espaço e não o passado. Logo, não caberia à historiografia a função de desvendá-lo, mas de vasculhar os seus vestígios em busca de respostas para os assuntos atuais. De acordo com essa compreensão, o trabalho do historiador visa responder às questões que lhe tocam no presente.

<sup>2</sup> Para os fins desse estudo, o termo “natureza” será empregado em letra maiúscula quando a terminologia estiver referenciada para uma espécie de sujeito (que atua, que possui interesses e finalidades) diante dos processos de significações e com letra minúscula para designar as matérias que *a priori* não são criações humanas. Utilizaremos o conceito de “natureza” de acordo com os apontamentos de Worster: “designa o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente. O ‘ambiente social’, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica portanto excluído. Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formar em torno deles uma espécie de ‘segunda natureza’. Esta última exclusão poderá parecer especialmente arbitrária, e até certo ponto isso é verdade. Cada vez mais, à medida que a vontade humana deixa as suas marcas na floresta, nos patrimônios genéticos, no gelo da calota polar, pode parecer que não há diferença entre ‘natureza’ e ‘artefato’. Não obstante, vale a pena conservar essa distinção, pois ela nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e auto-geradas” (1991, 201).

As motivações para o presente estudo emergem, portanto, de uma inquietação pessoal sobre o modo interpretativo oferecido pelas redes de significados, para não apenas avaliar, mas também classificar ou ainda compreender as coisas a partir de supostas “funções” ou “desígnios”. E embora a ideia de natureza possa ter passado por diversas mudanças no decorrer da história (WILLIANS, 2011, p. 91), o seu princípio etimológico do latim, *natura*, elaborado para designar uma ideia de “essência pura”, ainda permanece. Assim como parece ainda persistir também a ideia de finalidade.

Os objetivos mais abrangentes dessa pesquisa estão envoltos, portanto, na questão dos significados empregados pela linguagem e demais formas de expressão como possibilidades de produção, manipulação e transformação da matéria (quaisquer delas na natureza) pela ação humana enquanto agente significador. Há nessa perspectiva um princípio interpretativo que vislumbra as complexas redes de significados produzidas pelas sociedades no decorrer da história, como um campo não apenas para legitimar determinadas organizações sociais, mas também como elemento constitutivo de sua própria organização (SCOTT, 1995) e de sua relação com o meio em que habita (WORSTER, 1991).

A reprodução humana apresenta-se, nesse caso, como um ponto estratégico de análise, pois parece caminhar sobre as regiões limítrofes entre aquilo que é dado, ou atribuído aos supostos interesses da Natureza – a perpetuação da espécie – mas que só pode ser efetivamente consolidado a partir da ação – sexual – humana, para que se possa desencadear o processo gestacional que se dá em corpos específicos. Os objetivos dessa pesquisa se estreitam, portanto, aos valores empregados a uma natureza bastante peculiar: a do corpo reprodutivo feminino que, em nossa sociedade, ainda é o principal fundamento para designar o sujeito “mulher” logo em seu registro de nascimento, a partir do seu sexo, que lhe potencializa ou aprisiona a uma inexorável conexão com a Natureza.

As associações entre mulher e Natureza têm, para aproveitar a metáfora, “raízes” profundas em nossa cultura ocidental. Segundo Worster (1991, p. 210), muitos historiadores têm investigado os pensamentos que as sociedades produzem sobre a natureza, relacionando-a a pensamentos arcaicos que lhes forneceram um princípio feminino, que deveria estar submetido aos interesses do homem.

Essa associação histórica teria se desdobrado sob os vários setores sociais, desde o mundo das artes e religião aos âmbitos políticos e científicos (SEDREZ, 2012, p. 266), que atribuíram tanto valores femininos à Natureza, quanto utilizaram da natureza própria do corpo

feminino justificativas para legitimar as suas restrições ao mundo construído pelos homens, aquele essencialmente humano e, portanto, superior – no sentido de ter *superado*, de ter ido além – às condições inatas de sobrevivência a que são dependentes todos os animais (ARENDETT, 2010, p. 36). As mulheres, devido ao seu potencial reprodutivo, estavam invariavelmente sujeitas às leis da Natureza e incapazes, portanto, de se desvincular das atribuições designadas a seus corpos, tornando-se restritas à esfera privada, um local recluso e reservado para a manutenção das necessidades biológicas que nivelam os seres vivos. Essa concepção arraigada na cultura ocidental tomou várias formas e espaços no decorrer de sua história e chegou ao Brasil principalmente por meio dos princípios morais da Igreja (SOIHET, 1997) e de discursos normatizadores dos corpos promovidos pelos homens das leis e da medicina (MATOS, 2003).

De acordo com Joan Scott (2002, p. 17), os feminismos que emergem no Ocidente, em meados do século XIX, opõem-se a essa conformação social, possuindo, como uma de suas principais características, a produção de discursos contestatórios buscando eliminar as restrições das mulheres à vida pública que, desde a Revolução Francesa (1789), fundamentava-se principalmente na concepção de diferenças “naturais” entre homens e mulheres, a partir de uma sexualidade funcional de sexos opostos<sup>3</sup>. As feministas dessa primeira fase buscavam por direitos igualitários para atuar na esfera pública, apesar das diferenças designadas ao seu sexo feminino.

Para a autora, a produção desses discursos era paradoxal, pois defendia a igualdade em relação aos homens, mas, enquanto mulheres, ou seja, a partir da aceitação dos princípios que fundamentavam a naturalização das diferenças tanto biológicas quanto sociais – indissociáveis entre si – que era justamente a concepção da binaridade sexual<sup>4</sup>. Em outras palavras, as feministas assumiam o papel da diferença sexual para concluir que, apesar dela

---

<sup>3</sup> Esse seria, inclusive, o princípio normatizador da heterossexualidade em detrimento de outras sexualidades. A concepção de que a Natureza possuiria um objetivo específico em criar dois sexos, diferentes e com características opostas entre si: para promover tanto a reprodução quanto a manutenção da espécie (WITTIG, 2006, p. 52).

<sup>4</sup> Para Thomas Laqueur (2001, p. 16), a ideia sobre a existência de dois sexos é um processo relativamente recente na história humana. De acordo com os estudos do autor, em meados do século XVIII é que começava a ascender saberes científicos que promoviam uma nova compreensão sobre os corpos humanos: a existência de dois sexos (binários) diferentes e opostos entre si, o feminino e o masculino. Essa concepção teria passado a disputar e pouco a pouco a ocupar o espaço do então conhecimento predominante, que defendia a ideia de um único sexo - o do homem - sobre o qual, desde Aristóteles, era considerado o biótipo natural ideal, enquanto a mulher seria um homem imperfeito, por ter recebido uma quantidade insuficiente de calor durante o período de gestação e assim ter permanecido com os seus órgãos sexuais internalizados, ou seja, uma “imperfeição”.

ou justamente por possuí-la, deveriam, assim como os homens, ter o direito de exercer a plena cidadania. Nas palavras de Scott:

Os debates em torno de gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a “natureza”, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem, seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando na verdade, essa “essência” – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas. [...] as feministas desafiaram a prática de excluir mulheres da cidadania, argumentando que não havia nem lógica nem empírica entre o sexo do corpo e a aptidão pelo engajamento político [...] Seus argumentos, que eram rigorosos e convincentes [...] também eram paradoxais, isto é, a fim de protestar contra as várias formas de segregação que lhes eram impostas, as mulheres tinham de agir em seu próprio nome [as mulheres], invocando, dessa forma, a mesma diferença que procuravam negar (2002, p. 17-18).

Para Joan Scott, esse paradoxo perduraria nos discursos feministas ocidentais, mesmo em sua segunda geração, na segunda metade do século XX, quando as questões que envolviam assuntos mais relacionados à sexualidade e a problematização da esfera privada como campo político foram os temas de maior destaque nas militâncias. Segundo a autora, “é aceito como pacífico que diferença sexual é um fenômeno natural [...], quando na verdade não passa de um daqueles fenômenos indeterminados (tais como raça e etnia), cujo significado está sempre em discussão” (idem, p. 18). Para Hannah Arendt, o problema da natureza humana, como “a questão que me tornei para mim mesmo”, parece insolúvel, pois:

É altamente improvável que nós, que podemos conhecer, determinar e definir as essências naturais de todas as coisas que nos rodeiam e que não somos, sejamos capazes de fazer o mesmo a nosso próprio respeito: seria como pular sobre nossas próprias sombras. [...] se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus poderia conhecê-la e defini-la, e a primeira condição é que ele pudesse falar de um “quem” como se fosse um “quê” (2010, p. 12).

As afirmativas levantadas por Scott sobre a permanência do paradoxo discursivo nos movimentos feministas, na segunda metade do século XX, associada às inquietações sobre as redes de significados que classificam, por meio de valores e finalidades, uma natureza ou essência para os corpos femininos fomentaram uma leitura diferenciada sobre o periódico *Mulherio*, no decorrer desse estudo. A princípio, havia o objetivo de pesquisar no respectivo jornal e em outras imprensas feministas, como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, as discussões feministas acerca dos direitos reprodutivos nas décadas de 1970 e 1980, em que ocorria um processo de consolidação da utilização dos anticoncepcionais no cotidiano das mulheres

brasileiras (PEDRO, 2003, p. 240). Mas, as questões relacionadas aos valores feministas atribuídos por *Mulherio* aos corpos femininos foram, aos poucos, ganhando espaço e tomando um maior interesse investigativo, a ponto de se tornar o objetivo principal da presente pesquisa<sup>5</sup>.

Por mais contraditório que possa parecer, buscar concepções valorativas em uma fonte cuja principal característica situa-se justamente na crítica sistemática de valores preestabelecidos, é importante atentar-se para o fato de que a desconstrução crítica atua nas ideias erigidas sobre as coisas e não nas coisas em si, que continua como objeto de significação. A coisa não se esvai junto com a ideia desconstruída, ela permanece como uma “situação”, “um campo de possibilidades recebidas e reinterpretadas (SOUSA, 2007, p. 35). Deste modo, os discursos feministas também se constituem em fonte valorativa para os corpos compreendidos como femininos mesmo quando atua na desconstrução dos valores que sobre eles incidem (LAURETIS, 1994, p. 209).

A questão central desse estudo se dá, portanto, em dois aspectos: primeiro, a partir da hipótese de que os paradoxos discursivos feministas apontados por Joan Scott se faziam presentes em textos publicados no jornal *Mulherio* e, por fim, na busca de como esses paradoxos puderam contribuir em concepções valorativas feministas sobre os corpos das mulheres no periódico. E, sendo o corpo um conjunto complexo e alvo de várias abordagens, o recorte analítico buscou apenas pelas acepções referenciadas ao corpo reprodutivo, não aleatoriamente, mas por ser esse o centro da produção dos “paradoxos feministas” e, como já dito anteriormente, por ser também um dos principais fatores determinantes de uma natureza feminina para atuação dos sujeitos mulheres em nossa sociedade.

Segundo Scott, a despeito do significado, em muitos casos ser meramente tomado pelo sinônimo de “contradição”, a autora expõe algumas das definições com as quais trabalha sobre o conceito de paradoxo – e que também serão empregados para os fins dessa pesquisa:

---

<sup>5</sup> A escolha em analisar valores feministas atribuídos aos corpos das mulheres através do periódico *Mulherio* e não por meio de outros jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* se deve, principalmente, a facilidade do recurso às fontes (todas as edições de *Mulherio* estão digitalizadas e disponíveis ao acesso *online* através do link: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/>>), que me permitiu conhecer e estudar primeiramente esse periódico e, conseqüentemente, constatar a complexidade do tema e buscar por um recorte exclusivo aos textos publicados no dito jornal.

Os lógicos o definem tecnicamente como uma proposição que não pode ser resolvida, que é verdadeira e falsa ao mesmo tempo [...] Para a retórica e a estética, o paradoxo é um sinal de capacidade de equilibrar pensamentos e sentimentos complexamente contrários uns dos outros e, por extensão, de criatividade poética (2002, p. 28).

A concepção analítica que vislumbra o paradoxo feminista será, portanto, uma das ferramentas de análise a serem utilizadas nessa pesquisa e também um princípio hipotético, um caminho de reflexão sobre as fontes textuais em análise. Outro fator, que também é trabalhado por Joan Scott, é o conceito de “gênero” enquanto categoria de análise e também poderá ser empregado como um instrumento analítico no decorrer do estudo, quando se propuser a identificar as relações estabelecidas pelos significados aos sexos, como uma medida facilitadora para a reflexão e mesmo leitura do texto.

Segundo as perspectivas de Scott, “gênero” se desdobra em duas acepções que se complementam: “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “é uma forma primária de dar significação às relações de poder” (1995, p. 86). Essa associação intrínseca, fornecida pela autora à terminologia, permite que a aplicação desse conceito toque no âmago das construções discursivas, pois sugere que os processos que conscientes ou não estipulam significados à natureza dos corpos o fazem de acordo com percepções que não são aleatórias, mas combinadas às relações de poder estabelecidas em um meio social.

A categoria gênero, no entanto, tem a sua própria história dentro dos movimentos feministas<sup>6</sup> e não cabe aos objetivos dessa pesquisa desenvolvê-la, porque além do periódico tê-la utilizado com pouca frequência nos textos publicados, foge também aos objetivos centrais desse estudo, que se valerá dessa categoria estritamente como ferramenta de análise. No entanto, a pouca utilização do conceito de gênero em *Mulherio* é imprescindível para compreender a utilização da terminologia “mulheres” pelo periódico, que será analisada no decorrer dos capítulos.

Embora as pretensões desse estudo sejam exclusivas a algumas análises discursivas de textos publicados pelo jornal *Mulherio*, a sua importância consiste, principalmente, nos vários pilares em que ele toca ao refletir sobre as possibilidades do ser produzidas pelos processos de significação. De acordo com Perrot, o estudo historiográfico que envolve mulheres invariavelmente se inscreve no terreno mais vasto das ciências humanas ao questionar “[...] a

---

<sup>6</sup> Para uma leitura sobre o uso da categoria “gênero” em História ver Pedro (2005), Scott (1995) e Pinsk (2009).

linguagem e as estruturas do relato, as relações de sujeito e objeto, da cultura e da natureza, do público e do privado” (2005, p. 26).

Nesse sentido, *Mulherio*, periódico alternativo feminista, inaugurado por pesquisadoras sobre mulheres da Fundação Carlos Chagas<sup>7</sup>, que alcançou em seus sete anos de existência cerca de 12 mil exemplares vendidos e redistribuídos por várias regiões do país (WOITOWICZ, 2008, p. 12), com ampla diversidade de conteúdos sob um viés feminista, torna-se um campo vasto de possibilidades historiográficas. Portanto, dada a complexidade da fonte objeto de análise, o que se propõe, no percurso desse trabalho, é informar um pouco sobre a constituição do periódico, de acordo com o contexto maior que o abrange, para alcançar os objetivos mais específicos da investigação: as concepções valorativas construídas no textos publicados pelo jornal aos corpos reprodutivos femininos, como uma possibilidade alternativa de significados, ainda que paradoxais. E, para tanto, foi preciso considerar um perfil para *Mulherio*, tal como um corpo que foi assumido como feminino, de mulheres no plural, como foi apresentado em seu primeiro número, em março de 1981.

A ideia de análise de acordo com um perfil para o jornal significa que não será parte do objetivo ou da metodologia desse trabalho viabilizar um diálogo entre as autoras e editoras que, de alguma forma, participaram na constituição do periódico e dos textos nele publicados. Optou-se, portanto, em citar a fonte de análise de acordo com a esfera da publicação, em detrimento de possíveis autorias dos textos utilizados, pois nem todas as matérias eram assinadas. Essa opção se dá em razão da pluralidade de participações na produção de textos para o jornal, entre pessoas renomadas e anônimas – como é o caso, por exemplo, de textos assinados por Ruth Cardoso, Carmem da Silva, Marilena Chauí, entre outras autoras e autores, assim como por leitoras, pesquisadoras e militantes de variadas regiões do Brasil –, que auferem a *Mulherio* um perfil específico para os fins dessa pesquisa, que não poderia ser associado a algum grupo ou pessoa em especial, pois a ideia é de que as fontes citadas e analisadas por

---

<sup>7</sup> De acordo com o histórico do site da FCC: “A Fundação Carlos Chagas é uma instituição privada sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, dedicada à avaliação de competências cognitivas e profissionais e à pesquisa na área de educação. Fundada em 1964, expandiu rapidamente suas atividades, realizando, em todo o Brasil, exames vestibulares e concursos de seleção de profissionais para entidades privadas e públicas. A partir de 1971, com a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais, desenvolve um amplo espectro de investigações interdisciplinares, voltadas para a relação da educação com os problemas e perspectivas sociais do país. Com a expansão das atividades desse Departamento ao longo dos anos, em maio de 2009 foi instituída a Superintendência de Educação e Pesquisa incorporando a pesquisa e os demais setores relacionados à educação.” <<http://www.fcc.org.br/institucional/2010/09/06/historico>> acesso em: 20.07.2014.

esse estudo possam ser vistas apenas pelo enunciado, sem correr o risco de fornecer alguma influência aos escritos em virtude de uma possível assinatura<sup>8</sup>.

Assim, serão considerados os textos que abordem a temática que são de interesse desse estudo, independentemente se a sua autoria corresponda aos editores ou demais membros do expediente do jornal, a colaboradores frequentes ou não das matérias editadas, de artigos traduzidos de outros veículos internacionais ou ainda cartas enviadas pelo público do jornal. Essa escolha não é arbitrária e parte do princípio de que todo o material publicado tenha passado invariavelmente pelo crivo dos conselhos editoriais do periódico com os seus objetivos e pautas específicas, que constituem – apesar ou justamente pela sua propositada pluralidade - um perfil e uma identidade para *Mulherio*.

No Brasil, Celi Pinto (2003) elaborou uma história sobre os feminismos brasileiros “perseguindo tendências”, devido à diversidade desses movimentos. Tais como rios que desaguam no mar, seria possível apontar três ondas feministas emergentes no Brasil, a partir dos momentos políticos vivenciados no país:

- Primeira onda: ao final do século XIX e início do século XX, em que as militâncias que ganham maior apoio e visibilidade são as de cunho sufragista e de busca pelos direitos de cidadania;
- Segunda onda: No início da década de 1970, período de maior endurecimento da ditadura militar, quando os feminismos encontram grande força de resistência, não apenas do regime, mas também dos grupos de esquerda contrários às lutas específicas, por considerarem como um risco de fragmentação de forças para a luta maior e prioritária contra a ditadura;
- Terceira onda: A década de 1980 e os processos de redemocratização brasileira, que possibilitaram maiores espaços para a organização civil e partidária no país.

De acordo com Pinto, em sua primeira onda, ou nos “primórdios do feminismo brasileiro” como ela mesma classifica, é possível encontrar três tendências feministas designadas pela autora como o “bem comportado”, o “um pouco mal comportado” e o “mal

---

<sup>8</sup> Para consultar quaisquer dos textos publicados em *Mulherio* basta acessar o site da Fundação Carlos Chagas. Todas as edições do jornal estão digitalizadas e disponíveis para consulta no seguinte endereço eletrônico: <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/>

comportado”. Estas classificações referem-se, respectivamente, aos movimentos sufragistas organizados, principalmente por Bertha Lutz, que não questiona as relações específicas entre homens e mulheres; aos movimentos de impensas feministas elaborados, principalmente por professoras, escritoras e jornalistas, que criticam as relações e papéis subalternos das mulheres na sociedade, inclusive questões envolvendo sexualidade e, finalmente, os que possuíam uma linha estreita com o anarquismo, considerado o mais radical por lutar pela abolição da própria constituição da “família nuclear burguesa” (PINTO, 2003, p. 13-15).

É pertinente observar, na pesquisa realizada pela autora, a existência diversificada de pensamentos feministas e como alguns ganham destaque e até certo nível de reconhecimento dentro e fora das militâncias, enquanto outros permanecem marginalizados. Assim, dentre as tendências acima citadas no final da primeira onda feminista no Brasil, apenas o feminismo “bem comportado” é que teria recebido maior notoriedade em relação às outras duas – “um pouco mal” e “mal comportados” – e se tornaria mais bem sucedido em seus objetivos centrais, como a conquista na participação política pelo sufrágio.

Essa observação é fundamental para a proposta dessa pesquisa que não compartilha da ideia de uma história progressiva ou teleológica para os movimentos e pensamentos feministas, mas que respeita as pluralidades discursivas existentes em cada época, que, a depender de fatores contextuais favoráveis, conseguiram emergir para o centro do debate, enquanto outras ideias permaneciam periféricas, mas, ainda assim, coexistentes e na busca por um espaço de atuação. Esse foi o caso, por exemplo, dos feminismos um “pouco mal” e “mal” “comportados” no Brasil do início do século XX, em que as pautas só foram tomar o centro do debate na segunda metade do século.

Concordamos, portanto, com as críticas de Hemmigs (2009), quando diz que há um certo paradigma teleológico sobre a história feminista ocidental da segunda metade do século XX, que a estereotipa de acordo com as décadas, para promover uma ideia de progresso contínuo dos feminismos. Segundo a autora, essas historiografias teriam estipulado as seguintes fases desses movimentos: a do engajamento político e essencialista da década de 1970 – que não abriga a pluralidade das diferenças além daquela sexual entre mulheres e homens ; a dos anos 1980, como um período transitório a esse processo de institucionalização e diversificação do movimento (devido às críticas dos movimentos negros que apontaram para as desigualdades e diferenças entre as próprias mulheres); e a entrada dos feminismos no meio acadêmico para que, finalmente, a partir da década de 1990 ocorresse a radicalização da

diferença pós-estruturalista, que ampliaria as questões da diversidade e, conseqüentemente, a da categoria “mulher”. Nas palavras de Hemmings:

(...) O feminismo dos anos 70 é, na melhor das hipóteses, ignorante ou inocente em relação à diversidade racial e sexual; ou então é, de fato, efetivamente excludente através de sua branquidade e heterossexismo. Os anos 90 pós-estruturalistas emergem no outro lado dos anos 80 como paladinos da multiplicidade e da diferença – diferença em geral. A teleologia não poderia ser mais solidamente colocada do que “[n]os anos 80: mudanças que estavam ocorrendo e firmaram as bases para a terceira fase da crítica feminista” (2009, p. 229).

Para Joana Maria Pedro (2006), há uma narrativa de origem sobre o ressurgimento do feminismo no Brasil na década de 1970 e que prevalece até os dias atuais. Ao colocar essa questão como a da invenção de uma origem, a autora traz para a discussão os conflitos entre os movimentos em disputa para legitimar espaços e temporalidades, que promoveriam uma fundação originária ao feminismo de segunda onda e, conseqüentemente, dos atores responsáveis por essa “reinauguração”. Pedro aponta que em meio aos debates e conflitos algumas pessoas e obras feministas anteriores aos períodos datados são arbitrariamente marginalizadas por essa produção historiográfica de cunho fundacional.

Considerando a pertinência desses apontamentos e dos objetivos a serem perseguidos, o presente estudo terá, na sua conformação, três capítulos: *Mulherio sob as ondas dos feminismos*; *O corpo por Mulherio* e *O corpo do Mulherio*. O primeiro deles desdobrar-se-á em três etapas – *O Brasil da década da Mulher (1975-1985)*; *Um periódico alternativo e feminista e*; *Pautas específicas para corpos específicos* –, e terá, em duas delas, um trabalho realizado principalmente por meio de estudos bibliográficos, porque tem como principal objetivo oferecer uma contextualização não apenas do espaço/tempo propício à existência de *Mulherio*, mas também quer chamar a atenção sobre as questões em volta dos “corpos reprodutivos” nesse período. Outra tarefa, também atribuída aos estudos bibliográficos, tem a finalidade de apresentar algumas características dessa imprensa alternativa feminista para, enfim, introduzir os objetivos da pesquisa ao traçar um caminho analítico sobre as pautas específicas do jornal.

A escolha da década da mulher, nesse sentido, será atribuída apenas como um ponto estratégico de referência aos processos históricos pertinentes à pesquisa, que persegue a hipótese de que havia um maior interesse internacional sobre os corpos reprodutivos femininos devido à questões de controle demográfico a nível mundial nesse período. Mas

como salientado anteriormente, a escolha desse caminho não tem qualquer pretensão de fornecer à década da mulher alguma espécie de evento fundacional para os feminismos no Brasil. Da mesma forma, a utilização do conceito de “ondas” não vislumbra fixar alguma data ou acontecimento determinado, ao contrário, busca apenas exprimir, através do recurso metafórico, a ideia de emersão a determinadas temáticas de acordo com o favorecimento do processo histórico em que o período em análise está envolvido.

Esse esclarecimento é necessário porque há certo debate entre estudiosas feministas ao estabelecer alguns pontos históricos para classificar os feminismos de acordo com fases, gerações ou ainda *ondas*. E muito embora esses conceitos tenham recebido atualmente um número considerável de críticas (COSTA, 2009), por negligenciar os feminismos que escapam aos períodos preestabelecidos, a metáfora de *ondas* que será utilizada nesse trabalho – desde que compreendida como algo que emerge em momentos favoráveis para a sua ascensão, mas que já existia, anteriormente, enquanto *mar* – parece adequada para representar os *fluxos* e *refluxos* desses movimentos, múltiplos e dinâmicos em sua natureza, por receber os mais variados *rios* e *afluentes* que, em algum momento desaguam em seu *oceano* e, de acordo com *os ventos*, formam grandes e pequenas *ondas*, rebentando contra as *margens* e *rochedos* que encontram pelo caminho, modificando, de alguma forma, a paisagem que até então se estabelecia<sup>9</sup>.

Embora o estudo bibliográfico predomine no primeiro capítulo, haverá nele também o recurso e a utilização do trabalho de análise das fontes, que são objeto dessa pesquisa. Mas, é apenas no segundo e terceiro capítulos que esse empreendimento será realizado com maior afinco e em volta dos objetivos mais específicos desse estudo. No segundo capítulo, *O corpo por Mulherio*, serão abordadas as interpretações sobre os valores atribuídos aos corpos reprodutivos femininos publicados pelo periódico.

Primeiramente, haverá uma reflexão analítica sobre *A natureza do corpo*, ou seja, as concepções valorativas fornecidas pelo texto a uma natureza específica: os corpos das mulheres, que são caracterizados justamente pelo seu potencial reprodutivo. Posteriormente, por meio da análise de uma fonte imagética, fornecida em uma matéria do jornal, será feita uma análise acerca dos valores empregados pelo periódico a uma ideia um tanto arraigada na

---

<sup>9</sup> Os recursos metafóricos aqui utilizados buscam apenas destacar a dinâmica e a pluralidade dos feminismos enquanto discursos contestatórios existentes no meio social que ora margeiam, ora ascendem para o centro do debate tanto dentro dos movimentos feministas quanto no seio da própria sociedade, a depender da conjuntura histórica que possibilita maior ou menor destaque às temáticas vigentes.

cultura ocidental (SEDREZ, 2012), que é *O corpo como Natureza*. Ou seja, a do corpo da mulher representado de forma metamorfoseada a elementos da natureza cuja associação pode fornecer tanto a ideia de uma Natureza personificada como sujeito em um corpo feminino quanto a da mulher desumanizada a elementos naturais, como terra fértil ou estéril, por exemplo. A fonte imagética utilizada pelo periódico retrata justamente uma matéria que aborda um tema bastante peculiar em relação aos corpos reprodutivos: a infertilidade feminina.

Já no terceiro capítulo serão abordadas duas questões mais específicas em relação ao *Corpo do Mulherio*: as ideias em volta da menstruação e do controle da reprodução ou, mais precisamente, as *Concepções de contracepções*. Desta forma, ele será dividido em duas etapas: a primeira, intitulada como *Corpos que sangram*, terá como objetivo traçar alguns mecanismos de análise sobre os valores empregados ao fluxo menstrual que podem considerá-lo desde algo natural e benéfico ao corpo da mulher ou uma anomalia, um efeito nocivo do processo civilizatório e, deste modo, como *Mulherio* atribui, por meio de suas críticas, possíveis valores feministas à menstruação. Já a última abordagem do estudo trará para o centro da análise algumas reflexões que podem ser auferidas aos valores atribuídos pelo periódico ao controle da fertilidade feminina como uma necessidade de libertação e autonomia das mulheres.

Nas considerações finais, há o objetivo de promover uma síntese sobre os resultados alcançados, no decorrer dos capítulos, a fim de traçar uma linha de reflexão acerca dos valores feministas encontrados no jornal sobre os corpos das mulheres e de suas possibilidades para a atualidade, visto que a intenção desse trabalho, em suma, visa contribuir para as evidências plurais de significados existentes - enquanto processos historicamente construídos - sobre os corpos ditos femininos e, conseqüentemente, à subjetividade dos sujeitos, ao buscar por meio de uma visão alternativa de mundo, a da imprensa feminista *Mulherio*, o que foi pensado, contestado e reconstruído sobre os sujeitos mulheres em nossa sociedade. Um caminho que permanece aberto às possibilidades da criatividade humana pelos mecanismos da linguagem entre outras formas de expressão.

## CAPÍTULO 1

### MULHERIO SOB AS ONDAS DOS FEMINISMOS

#### 1.1 O Brasil da Década da Mulher (1975-1985)

Historicamente, observamos, através de fluxos e refluxos, as ondas feministas há tempos rebentando sob as fronteiras do espaço público e privado, no cotidiano, na política, em cada brecha. Apesar dos avanços conquistados em muitas regiões por esses movimentos, especialmente no que diz respeito à efetivação da participação política das mulheres ainda na primeira metade do século XX, parece pertinente indagar por que apenas na segunda metade do século, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980, a condição das mulheres ganha atenção mundial a ponto de a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgar, oficialmente, um ano internacional para a Mulher, em 1975, estendo-se por todo o decênio como a “Década da Mulher”<sup>10</sup>.

A escolha em abordar esse marco histórico se dá especialmente por ele ter sido promovido pela ONU, pois parte da hipótese da relevância do corpo reprodutivo feminino nas pautas dos interesses mundiais desse período. De acordo com Elza Berquó:

Nos mais de cinquenta anos de atuação das Nações Unidas, as questões sobre população sempre ocuparam papel de destaque em sua agenda. Criada em 1945, estabeleceu sua Comissão de População um ano mais tarde, a qual teve como tarefa, após calorosos debates, preparar estudos e informar o Conselho Econômico e Social da ONU sobre tamanho e estrutura populacionais e suas mudanças, interações entre fatores demográficos, sociais e econômicos e políticas delineadas com o propósito de influenciar as dinâmicas populacionais. (1999, p. 72).

Esse parece, portanto, um caminho viável para compreender as complexas teias de relações existentes entre os movimentos sociais, eclodidos à época, com a conjuntura política global que se configurava em volta do tema do controle populacional – a despeito das especificidades de cada região – e que assim puderam colaborar para a criação de uma década para a mulher e as questões em volta de sua condição nas sociedades. As forças emergentes das ondas feministas, em meados de 1960, foram imprescindíveis para a promoção desse

---

<sup>10</sup> A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou em sua resolução 3010 (XXVII) de 18 de dezembro de 1972, que o ano de 1975 seria estipulado como o Ano Internacional da Mulher e, Na Conferência Mundial (3520 - XXX) de 1975, proclamou o período de 1976 a 1985 como o decênio Internacional da Mulher. <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3520%20XXX>> acesso em: 21/09/2014.

evento pela ONU, mas a própria ascensão das temáticas de maior destaque dos feminismos nesse período também podem ser atribuídas aos interesses de âmbito internacional voltados para o corpo sexual das mulheres e de seu potencial reprodutivo, afinal, os assuntos de maior destaque dessa onda estavam, justamente, nas pautas que discutiam a questão do privado, da sexualidade e das políticas em volta dos corpos. Portanto, observar os diversos fatores convergentes à questão do controle demográfico através do controle da reprodução é fundamental para uma visão mais abrangente das circunstâncias que tornaram propícias a esse período – e não a outro – tanto a ascensão dessas temáticas feministas quanto a criação de uma década dedicada às mulheres pelas Nações Unidas.

Voltamos o olhar para 1960. Se na primeira década do período pós-guerra nos EUA e em grande parte do continente europeu fizeram-se campanhas para a reintegração de homens e mulheres em suas tradicionais funções sociais dentro da “família nuclear”, aliada a uma onda de otimismo crescente em relação a aquisições econômicas que fomentaram um estilo de vida “moderno”, por meio do consumo de tecnologias domésticas<sup>11</sup> - algumas das razões pelas quais pode ser explicado o fenômeno *baby boom*<sup>12</sup>, ocorrido nos Estados Unidos entre as décadas de 1950-1960 -, os movimentos sociais que eclodem na década seguinte são geralmente reativos a tais expectativas de vida e contestavam tais valores de acordo com as demandas de suas militâncias específicas. Os interesses internacionais em financiar estudos para o controle da reprodução humana não estão relacionados apenas às preocupações econômicas e sociais decorrentes de uma assustadora explosão demográfica em um prazo tão curto de tempo, mas aponta também para as novas expectativas de vida que se desenvolviam no seio da sociedade.

Nesse período, os movimentos feministas são, portanto, parte de uma efervescência política e cultural ainda mais ampla e diversificada, principalmente nos países desenvolvidos

---

<sup>11</sup> Segundo Kornis, “O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, alterou significativamente o cenário internacional, com a divisão do mundo em dois blocos político-militares liderados pelas duas superpotências emergentes: EUA e URSS. O esforço de ampliação da área de influência econômica, política e ideológica dos EUA implicou o estímulo à penetração da cultura norte-americana não só em países latino-americanos como o Brasil (...) mas também na Europa. Reforçado pela prosperidade econômica norte-americana no pós-guerra, difundia-se em todo o mundo ocidental um espírito de otimismo e de esperança, um novo modo de viver propiciado pela produção em massa, de bens manufaturados de uso pessoal e doméstico”.  
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>> acesso em: 09.06.2014.

<sup>12</sup> *Baby Boom* é uma definição genérica para as crianças nascidas durante uma explosão populacional, que em uma tradução livre significaria “Explosão de Bebês”. A geração atualmente definida como *Baby Boomer* é aquela pertencente aos filhos da Segunda Guerra Mundial, porque logo no início do período pós-guerra houve uma explosão demográfica especialmente no país norte-americano e do continente europeu. Os *baby boomer*, nascidos entre 1943 e 1964 são os indivíduos que foram jovens durante as décadas de 1960 e 1970. (CONGER, 1998)

e de governos democráticos (PINTO, 2003, p. 53). De acordo com Costa, após um pequeno período de relativo refluxo, as ondas feministas voltaram a rebentar em um conjunto maior de movimentos contestatórios dos anos 1960, “a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra no Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes” (2005, p. 10).

Dentre as razões para apontar o grande interesse pelo corpo reprodutivo feminino como um centro de conexão de interesses entre os setores político, econômico e os movimentos sociais organizados deste período – desde os que defendiam pautas mais amplas ou “gerais” àqueles que atuavam em lutas específicas como os movimentos feministas e ambientalistas – está, em grande evidência, a questão do crescimento demográfico em escala global. Diante do aceleração populacional ocorrido no pós-guerra, as tendências neomalthusianas<sup>13</sup> voltaram a ganhar força entre os economistas que relacionavam a pobreza de países subdesenvolvidos à superpopulação que eles apresentavam. Para essa vertente, o crescimento populacional desassistido promovia o empobrecimento dos países com o aumento do desemprego, a diminuição dos recursos alimentícios e a precariedade dos serviços de educação e saúde, que não suportariam a demanda cada vez mais crescente da população. Essas perspectivas geraram forte reação de grupos ligados à esquerda, que viam nos discursos de controle populacional o objetivo disfarçado de buscar eliminar a pobreza por meio da eliminação dos pobres. (BM apud WOITOWICZ, 2010, p. 4).

Por outro lado, as preocupações levantadas por grupos ligados à ecologia e à proteção do meio ambiente, de forma geral, estavam pautadas nas possíveis consequências danosas aos recursos naturais que as políticas de produção e consumo ecologicamente insustentáveis cultivadas nos países desenvolvidos poderiam provocar com o aumento desenfreado de uma população consumidora predatória (McCORMICK, 1992). As feministas, diante desse palco de discussões<sup>14</sup> tão diretamente ligado a seus corpos, levantavam a bandeira que promovia a perspectiva dos “direitos reprodutivos femininos”, caracterizados como o direito único e inalienável das mulheres decidirem sobre o seu próprio corpo (ALVARENGA e SCHOR 1998, p. 92).

A América Latina, nesse contexto, com as altas taxas de natalidade então apresentadas, caracterizada como um continente pobre de “Terceiro Mundo” e com o alto nível

---

<sup>13</sup> Teoria Populacional Neomalthusiana ou *newmalthusiana* é uma “atualização” da teoria populacional malthusiana criada pelo demógrafo Thomas Malthus ao fim do século XVIII.

<sup>14</sup> Como é o caso das duas Conferências Mundiais de População ocorridas nesse período: a primeira realizada em Bucarest em 1974 e a outra no México, em 1984. (ARAICA, 1997, p. 25-64).

de imigrações ilegais, era vista como um perigo iminente para os países ricos, especialmente o seu vizinho, os Estados Unidos. De acordo com Carvalho e Brito (2005, p. 253), havia por parte dos EUA o medo de uma América Latina comunista super populosa, prestes a explodir tal qual uma bomba relógio.

Os interesses em controlar as reações políticas dessas populações pareciam se casar, perfeitamente, com os discursos alarmantes sobre as consequências catastróficas, resultantes de um crescimento demográfico desenfreado nessas regiões. Da mesma forma, os estudos científicos em laboratório para o controle da reprodução apresentavam-se como um meio eficiente de refrear os estragos planetários promovidos pelo consumo humano predatório. A própria propaganda do moderno estilo de vida norte americano como exemplo de felicidade a ser perseguido – ao contrário do modelo comunista/socialista –, pode ser considerada como uma estratégia para garantir a supremacia do capitalismo sobre o globo, mas, embora eficiente, não pareceu suficiente.

Ao pensar no Brasil, apesar da plataforma desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ter de fato “modernizado”, ainda que de forma excludente, a sociedade brasileira e as relações entre público e privado, com a inserção cada vez maior das mulheres de classe média no meio acadêmico e mercado de trabalho<sup>15</sup> (TEGA, 2011, p. 1), propiciando, deste modo, expectativas de vida com certo ideário liberal<sup>16</sup>, a necessidade de uma política coercitiva aos países latino-americanos parecia cada vez mais presente. O patrocínio internacional atuava tanto na implantação de governos ditatoriais “anticomunistas” quanto na instalação de organizações internacionais de controle populacional, como é o caso da BENFAM<sup>17</sup>, instituições que eram propagadas como símbolos de desenvolvimento sustentável a partir do controle demográfico aliado aos discursos de liberdade sexual (WOITOWICZ, 2010, p. 4).

A criação dos anticoncepcionais que viria a se tornar uma das grandes bandeiras feministas de liberalização sexual da mulher, como dona de si e de seu corpo, como o poder

---

<sup>15</sup> De acordo com Cardoso (2004, p. 46), em 1956 as mulheres representavam 26% dos ingressantes no ensino superior, em 1971 este número passou para 41,5% e em 1975 ultrapassava os 50% superando o número de homens matriculados.

<sup>16</sup> Pela expressão “ideário liberal” entenda-se as expectativas que veem no investimento à educação e aos méritos alcançados pelos esforços individuais um caminho justo e possível de emancipação material como sinônimo e objetivo de uma vida socialmente bem sucedida.

<sup>17</sup> A BEMFAM – Sociedade Civil “Bem-Estar Familiar” – é uma organização internacional com atuação em diversos países com o objetivo de desenvolver ações de controle da natalidade voltadas às mulheres pobres. Chegou ao Brasil em 1965 no Rio de Janeiro e foi reconhecida como instituição de utilidade pública pelo Governo Federal por meio do Decreto n. 68.514/1971. <<http://www.grupobemfam.org.br/bemfam/historia/>> acesso em: 10.07.2014.

de controlar a própria reprodução segue, portanto, trajetórias paralelas aos objetivos de liberdade individual das mulheres enquanto sujeitos. Essa situação é muito conhecida das correntes desses movimentos, tanto que as discussões sobre planejamento familiar e políticas de controle populacional foram temas constantes de congressos, debates, militâncias e, inclusive, de publicações nas páginas de *Mulherio*, que serão analisadas no capítulo 3.

Por ora, é interessante observar que é diante desse contexto que se dão, com o apoio dos EUA, os consecutivos golpes de governos ditatoriais empreendidos em vários países da América Latina, entre eles o Brasil, em 1964, como uma alternativa de controle dessas populações aos interesses hegemônicos, muitas vezes travestidos por discursos legitimadores de preocupação socioambientais e de defesa da liberdade e igualdade entre os indivíduos. Através dessas circunstâncias, é possível visualizar o complicado jogo político realizado pelos movimentos feministas brasileiros, diante da repressão de um governo autoritário e conservador de direita, e de uma esquerda que insistia em acusar as pautas específicas – entre elas, as das mulheres – como potenciais perigos de fragilização e fragmentação da força revolucionária.

Além das várias restrições promovidas pelo governo militar no Brasil, como impossibilitar a participação civil na arena política, o regime acabou polarizando as posições entre direita e esquerda no país em praticamente dois grandes blocos: os que apoiavam, ou pelo menos se mantinham neutros em relação ao golpe militar, e os que se opunham a ele. É o caso da aproximação entre os movimentos de esquerda, entre eles os de mulheres e feministas, com a Igreja católica, por meio da Teologia da Libertação que, a partir de 1968 - período de maior repressão do regime com a criação do Ato Institucional número cinco (AI5)<sup>18</sup> -, “foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não armada ao governo militar. A Igreja progressista ofereceu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral” (SOARES, 1994, p. 40).

---

<sup>18</sup> Os Atos Institucionais foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, pelo regime militar no Brasil. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. O Ato Institucional de número 5 é comumente citado como o marco oficial do endurecimento do Regime: “Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclusão da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências”. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>> acesso em: 30.08.2014.

Nesse momento, a participação ativa das mulheres em oposição ao governo obteve grande repercussão social e política (SARTI, 1988), fato constatado também em outros países latino americanos sob regimes ditatoriais. Das pequenas às grandes organizações de bairros em suas lutas por melhores condições de vida, nas manifestações de mães, esposas e filhas unidas em busca de presos ou desaparecidos, nas reuniões secretas de partidos na clandestinidade no país ou no exílio, nos sindicatos, na luta armada ou pela anistia, na criação e participação de imprensas alternativas as mulheres marcaram a sua presença em atuações políticas justamente em um contexto em que tais manifestações estavam no todo ou em parte proibidas (SARTI, 2004).

Este é o cenário brasileiro do início da década de 1970, quando as atenções internacionais lideradas pela ONU foram tão explicitamente voltadas para as mulheres, os seus corpos e as suas questões. A pluralidade de discursos e teorias feministas em desenvolvimento foram se reinventando ao redor do mundo, encontrando nos movimentos de mulheres espalhados pelo Brasil, assim como em outros países, ora acolhida, ora rejeição (CYPRIANO, 2013). Os métodos contraceptivos cada vez mais eficazes – apesar das fortes controvérsias e efeitos colaterais – foram aderidos com sucesso pela população feminina brasileira, independentemente de convicções religiosas, econômicas ou políticas (PEDRO, 2003, p. 241). A ascensão de mulheres cada vez maior no mercado de trabalho, sua atuação efetiva no espaço público, mesmo com as tentativas do pós-guerra em “devolvê-las” para dentro da esfera privada (TEGA, 2001), são todos fatores imprescindíveis para a compreensão de um ano da Mulher estipulado pela ONU em 1975. Ordem de relevância que se estendeu até 1985.

No Brasil, com a gradual reabertura política do governo Geisel<sup>19</sup>, a Década da Mulher significou uma possibilidade efetiva de atuação em espaços públicos para promover articulações sobre os rumos políticos do país. A força do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) é um exemplo desse espaço de atuação, que foi de fundamental importância para que

---

<sup>19</sup> “A ascensão do general Geisel na presidência da República, em 1974, e o anúncio de seu projeto de distensão ‘gradual e segura’ marcaram o início de um novo período do governo militar-autoritário, uma fase que passaria a ser o ponto de partida do processo de democratização no Brasil. A revogação parcial da censura à imprensa e os sinais, por parte do governo, de valorização das eleições legislativas daquele ano (1974) indicavam que as declarações do novo presidente eram algo mais do que promessas de retorno à democracia tão frequentemente aludidas por seus antecessores na presidência. O modo como este projeto de liberalização foi conduzido e a dinâmica do processo político que acabou por levar à democracia foram, no entanto, algo extremamente complicado. Esta fase da transição foi totalmente conduzida pelo governo militar, que definiu tanto seu ritmo como seu escopo. Entretanto, vários fatores influenciaram o curso deste processo.” (KINZO, 2001, p. 5).

em 1979 finalmente se decretasse a lei 6.683/79, legalizando o retorno dos exilados políticos. Um número considerável de opositoras, componentes da classe média brasileira, que se viram obrigadas ao exílio, estava retornando com novas experiências em movimentos feministas de outros países, em especial o parisiense, cujas características principais eram a sua autonomia e militância voltadas para as pautas específicas às mulheres, relacionadas às exclusividades de seus corpos, tais como questões de saúde, planejamento familiar, sexualidade e direito ao aborto (BASTOS, 2006).

O exílio político, ironicamente, teve importância fundamental para o desenvolvimento de novas forças e organizações políticas, especialmente para as mulheres militantes de esquerda ou para as companheiras desses militantes. Segundo Cardoso (2004, p. 59), é consenso entre estudiosas dos movimentos feministas de que as mulheres exiladas influenciaram as brasileiras enquanto permaneceram no exílio por meio de publicações ou correspondências e também quando retornaram ao país após a anistia, engrossando os grupos já organizados no Brasil ou ainda formando novas entidades.

De acordo com Bastos (2006, p. 2), os primeiros exilados escolheram, pela proximidade política e geográfica, os países da América Latina, especialmente o Chile, devido à mobilização política proporcionada pelo então presidente socialista Salvador Allende. Mas, com o golpe militar ocorrido nesse país, em 1973, os exilados vivenciaram a etapa do “exílio no exílio”: negados então pelos governos latino-americanos, recorreram aos países em que fossem aceitos, como foi o caso da França, especialmente a cidade de Paris.

Na capital Francesa, os movimentos feministas já atuavam de forma organizada e sistemática com as pautas que então passariam a ser chamadas de “específicas”, porque diziam respeito às especificidades da condição feminina em sociedade, às desigualdades socioculturais baseadas nas diferenças biológicas de seus corpos. Era comum, de acordo com o relato de Danda Prado, apresentado por Cardoso (2004, p. 75), as exiladas brasileiras tomarem contato com o feminismo parisiense através de cartazes – muitas vezes feitos à mão – espalhados pela cidade, convocando as mulheres para reuniões, onde eram debatidas questões privadas cotidianas e as suas relações com o espaço público e a política institucional, como é o caso da criminalização do aborto, da sexualidade e dos direitos reprodutivos. Através dessas reuniões é que as militantes exiladas, até então envolvidas com a questão geral de classes, voltaram suas atenções aos problemas propriamente de gênero.

Essas mulheres, militantes ou companheiras de militantes, geralmente pertenciam à camada da classe média brasileira e tiveram no exílio europeu uma considerável queda em sua qualidade de vida material, o que ocasionou, segundo Goldeberg (1987 apud CARDOSO, 2004, p. 43), uma possibilidade mais acentuada de experimentar as desigualdades sofridas em relação aos seus parceiros de luta e de vida, pois não podendo mais arcar com as despesas de uma empregada doméstica, por exemplo, viram-se sobrecarregadas com essas e outras funções, sob a justificativa de serem “obrigações de mulher”.

Diante dessas circunstâncias, dentro do âmbito privado e mesmo no espaço público militante, onde suas ocupações ficavam resignadas aos bastidores, enquanto aos homens cabia o papel principal de articular e promover os discursos e estratégias políticas, somados aos contatos com as correntes feministas francesas cada vez mais fortes e atuantes, as exiladas passaram a se reunir para refletir as situações próprias de sua condição feminina na cultura brasileira. Elas escreviam cartas e organizavam boletins e periódicos com o intuito de promover pautas para as mulheres de seu país, em razão das necessidades e das imputações socialmente designadas aos seus corpos: a marca (sexual) que as diferenciavam.

Com a recepção dessas teorias e práticas feministas, muitas integrantes de movimentos contra a Ditadura passaram a questionar o seu papel, enquanto mulher, nas próprias organizações de esquerda, ao perceberem pontos específicos de desigualdades não contempladas pelos militantes que possuíam uma visão mais “ortodoxa” sobre a luta geral de classes, segundo Sarti (1988, p. 45). De acordo com as narrativas colhidas por Sousa (2007, p. 70), é durante a “Década da Mulher” que as questões feministas, que antes de 1975 estavam em menor evidência, passam a se disseminar pelos vários movimentos de mulheres articulados em todo o país, especialmente por meio de Encontros e congressos e da imprensa alternativa feminista brasileira inaugurada nesse período pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* em 1975 e 1976, respectivamente. A autora cita a percepção de uma de suas entrevistadas sobre esse momento:

Essa discussão sobre a mulher não se fazia dentro da esquerda (...) isso não era uma prioridade para mim entender o que as mulheres viviam, as diferenças... Achava que o problema maior era o problema de classe (...) foi em 79, quando teve o primeiro Congresso da Mulher Paulista que tomei contato mais próximo com a questão da mulher... No meu caso foi uma descoberta (...) O ano de 1975 foi designado como a década da mulher. Passei a entender (...) que haviam problemas para a mulher, que eram diferentes dos homens, que as mulheres tinham que ter uma pauta específica. (Ibidem, p. 69).

As militâncias envolvendo questões e interesses exclusivos à condição feminina disseminaram-se pelo país com as oportunidades criadas pela década da Mulher, como uma chance de abertura na arena pública, para que os grupos feministas se organizassem em volta de suas demandas<sup>20</sup>. Essa mobilização causou grande resistência em vários grupos de esquerda, que acusavam os movimentos feministas de separatistas, de tratar suas causas como pessoais, superficiais ou secundárias e as suas apoiadoras como burguesas ociosas, que atendiam aos interesses hegemônicos dos países ricos em fragmentar e, conseqüentemente, enfraquecer os movimentos de oposição.

O “feminismo liberal”, influenciado pelas correntes de pensamentos ligadas a Beth Friedan<sup>21</sup>, realmente detinha grande poder de influência nos feminismos brasileiros. Isso ocorreu, em parte, porque muitas militantes de correntes marxistas repudiaram os feminismos em razão da luta “geral” ou “prioritária”, tornando as correntes feministas marxistas/socialistas menos expressivas e porque os ideários liberais feministas melhor se adaptavam ao contexto de redemocratização do país considerado como um “feminismo bom para o Brasil”, em sua busca por igualdade e direitos através dos âmbitos legais já estruturados (CARDOSO, 2004, p. 51).

O “feminismo liberal” enfatizava as demandas por reformas jurídicas, educacionais e trabalhistas, a fim de promover a igualdade de direitos às mulheres em relação aos homens, para que elas tivessem condições de buscar, assim como eles, oportunidades para uma vida digna e bem sucedida, perspectivas que se opunham às ideologias marxistas e antiliberais bastantes presentes nesse momento. Para Goldeberg, o longo período de autoritarismo vivenciado na Ditadura teria influenciado os próprios movimentos de oposição em também adotar posturas coercitivas diante de outras perspectivas: “a política das oposições tinham adquirido aspectos tão autoritários e repressivos quanto os do regime, e elas funcionavam

---

<sup>20</sup> De acordo com Pedro: “Convém, aqui, destacar a importância do Ano Internacional da Mulher e do apoio da ONU para o Brasil. Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher [...] No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], teve o tímido título de ‘O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira’”. (PEDRO, 2006, p. 249).

<sup>21</sup> Segundo Goldeberg, o “feminismo liberal ressurgiu nos Estados Unidos nos anos 60, representado pela organização *National Organization of Women* (NOW), criada por Betty Friedan. [...] a partir de uma concepção igualitária dos sexos, ela enfatiza as possibilidades da realização, de conquista de liberdade e de emancipação das lideranças, dos estrelismos e do conceito de representação política, mas incorporou elementos de ideologia do mérito e do esforço para a obtenção do sucesso, da ascensão social e do poder” (APUD CARDOSO, 2004, p. 44).

como verdadeiras ‘patrulhas ideológicas’ com relação a tudo que se desviasse das ortodoxias” (apud PEDRO, 2006, p. 263). De acordo com Pedro:

A patrulha ideológica que se fazia consistia, por exemplo, em criticar o movimento feminista que se desenvolvia nos Estados Unidos, criticar a tradução de livros feministas que focalizassem temas como sexualidade, contracepção e aborto. [...] Um dos *Boletins* da CMB<sup>22</sup>, de março de 1978, trouxe o seguinte “comentário” a respeito de uma grande manifestação feminista ocorrida nos Estados Unidos: “São típicas das sociedade norte-americana as reivindicações específicas, que, por isto mesmo, morrem no seu próprio âmbito, sem envolver quase nunca uma discussão de caráter político mais profundo”. E, afinal, o que seria mais profundo? Partidos e sindicatos. (idem, p. 263).

A organização de uma década para a mulher, realizada pelos Organismos Internacionais ligados à ONU, oferecendo patrocínios, encontros, estudos e proposições de tratados com os governos para a promoção de políticas públicas específicas às mulheres, não eram compreendidas por muitos militantes de esquerda como lutas conquistadas pelas feministas e demais movimentos de mulheres organizados. Eram vistas como massa de manobra utilizadas pelos “imperialistas” para desarticular e, conseqüentemente, enfraquecer os blocos opositores ao sistema capitalista, como sugere a tradução desse trecho publicado na coluna “Rosa dos Ventos” no jornal *Brasil Mulher*, em 1977:

“O feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres – o Capitalismo – num inimigo imaginário – o homem, provocando, portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma besteira que devemos condenar”. Essa é a análise feita pelo jornal soviético “a Classe Operária e o Mundo Contemporâneo” a respeito do Movimento Feminista Ocidental. É a primeira vez que a imprensa soviética se pronuncia sobre o feminismo, até aqui ignorado por completo (apud CARDOSO, 2004, p. 94).

Diante de tais alegações e contendas, boa parte da energia empreendida pelos feminismos no Brasil foi gasta na busca de legitimar as suas demandas específicas, pois ao tomarem contato com essas forças de resistência, as mulheres interessadas em promover uma militância feminista no Brasil logo tiveram de lidar com os problemas exclusivos do seu contexto social. De nada adiantaria simplesmente importar e reproduzir as teorias e práticas feministas de países desenvolvidos e democráticos, pois elas não caberiam no “manequim” brasileiro. Os conhecimentos adquiridos do exterior serviam de base e de inspiração para pensar a realidade própria do país e, sobretudo, atuar sobre ela.

<sup>22</sup> Centro da Mulher Brasileira, criado em 1975 na cidade do Rio de Janeiro (Ibidem, p. 252).

Havia certo consenso entre as militantes feministas de que apenas promover grupos de estudos e reflexões entre as mulheres para debater a sua condição na sociedade seria insuficiente para transformá-la. Era necessário aproveitar o momento de mobilização feminina promovido tanto pelos espaços incentivados pela ONU quanto pelo engajamento de mulheres das classes populares, que se organizavam pelas regiões do país em busca de melhores condições de vida (SARTI, 1988, p. 40). Uma das principais “estratégias” adotadas pelas feministas, para lidar com essa realidade discrepante de classes e objetivos diversos, foi a de buscar por caminhos convergentes entre os seus interesses e o de movimentos organizados de mulheres, geralmente centrados nos bairros e periferias das cidades com o apoio das pastorais da Igreja Católica (CARDOSO, 2004, p. 55).

Desta forma, os assuntos mais polêmicos como aborto e educação sexual, a princípio, não eram abordados por serem considerados pontos dissidentes de interesses, especialmente pela Igreja, que nesse momento era imprescindível na manutenção das organizações de bairro e que, por elas também serem integrantes desse ambiente, tinham valores próximos aos da hierarquia da instituição. Procurava-se, portanto, focar em temas que eram de interesse comum. E uma das temáticas que mais bem serviu para esses fins foi a luta pela implementação de creches. De acordo com Rosemberg, Malta Campos e Pahim Pinto:

É como se essa palavra de ordem tivesse sido usada para encobrir, temporariamente, as divergências políticas fundamentais entre os grupos feministas na medida em que possibilitava – naquele momento – o desenvolvimento de uma estratégia comum: a mobilização de mulheres. De uma lado, as feministas tida como radicais, hostilizadas e estigmatizadas como “revisionistas burguesas” por insistirem na luta em torno das discriminações de gênero, encampavam a luta por creche, que é ao mesmo tempo uma reivindicação popular, que corresponde ao anseio das mulheres de baixa renda e que permite a crítica ao papel tradicional de mãe, enquadrando-se, portanto, no contexto do ideário feminista. De outro, grupos recém-convertidos ao feminismo, originários a partir de movimentos políticos que priorizam a luta de classes, encontravam na reivindicação por creche uma possibilidade de mobilizar e organizar mulheres, aliar-se às ‘feministas radicais’ sem enfrentar a questão divisória de águas, o fantasma da ruptura: a sexualidade, o planejamento familiar, a discriminação do aborto, o controle da mulher sobre seu próprio corpo. É assim que a proposta unitária escondia o medo da ruptura no interior da própria esquerda [...] Reivindicar creches era, naquele momento, uma palavra de ordem consensual. (apud CARDOSO, 2004, P. 56).

Ao analisar o jornal *Mulherio*, na matéria *As mulheres decididas a conquistar a paz*, em que oferece um balanço geral sobre os avanços alcançados pelos feminismos na Década

da Mulher, que finalmente chegava ao fim, é possível notar os conflitos existentes entre a esquerda “ortodoxa” e as feministas:

Nairóbi representou um grande avanço em termos de Conferências Internacionais promovidas pela ONU<sup>23</sup>. Pela primeira vez nos dez anos da Década da Mulher, houve uma presença maciça de mulheres do Terceiro Mundo, e levamos nossas preocupações para o centro de discussão. A forma de levarmos nossas questões mais urgentes também mudou muito. Levamos uma visão feminista dos problemas das mulheres, desde os mais pessoais até os mais amplos e tradicionalmente considerados exclusivos da área política, onde o feminismo não chegava. Para se ter uma idéia do que foi esse avanço, basta lembrar o que foi a primeira Conferência da ONU, quando o feminismo ainda era considerado uma coisa muito negativa, tanto do ponto de vista político quanto pessoal. Ao chegarmos em 1975 no México, nós nos defrontamos com uma divisão. As feministas eram vistas como aquelas que estavam preocupadas exclusivamente em mudar a vida pessoal, sem ver as implicações que essas mudanças traziam para o campo político. E quem trazia as questões políticas eram as antifeministas, dizendo que o feminismo era coisa de mulher burguesa. Agora, dez anos depois, o feminismo é uma visão muito respeitada. (...) Esse reconhecimento do movimento feminista especialmente na América Latina, não veio facilmente. Veio através de dez anos de lutas em que as mulheres expuseram gradativamente a sua importância.” (Mulherio, 1985, ed. 22, p. 7).

Uma outra questão é que a década da Mulher no Brasil ofereceu um espaço de abertura para a organização dos movimentos, um espaço que era amplamente disputado entre os militantes. Afinal, tratava-se de uma abertura valiosa diante de um contexto histórico de regime repressivo no país e, por esse motivo, era comum que esses espaços fossem utilizados, inclusive por mulheres, para discutir outras demandas consideradas prioritárias ou “gerais” sobre os rumos políticos do país, gerando, muitas vezes, revolta de grupos feministas por considerarem essa uma usurpação de seus espaços.

Esses conflitos também foram registrados nas páginas de *Mulherio*. Logo em sua primeira edição, em 1981, por exemplo, em celebração ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher – promovido pela ONU – há uma matéria que fornece um panorama geral dos encontros de mulheres realizados em todo o Brasil em razão dessa data. Nesse texto, os conflitos entre a “luta geral” promovida por organizações de esquerda e o da “luta específica” feminista que buscava dar voz aos problemas exclusivos das mulheres é enfatizado:

---

<sup>23</sup> Ainda de acordo com o jornal acerca dos progressos constatados nas Conferências: “O Fórum de 1975, da cidade do México contou com a participação de seis mil mulheres. Na Dinamarca, em 1980, participaram oito mil pessoas (1/3 de subdesenvolvidas, 1/3 de dinamarquesas e mulheres de países vizinhos e 1/3 de países desenvolvidos). Em Nairóbi avaliou-se a presença de 14 mil mulheres no Fórum, quatro mil Delegadas à Conferência Oficial e dois mil jornalistas cobrindo os dois eventos” (Mulherio, 1985, ed. 22, p. 19).

As atenções voltaram-se mais para o Terceiro Congresso da Mulher Paulista, não só por ser o evento de maior envergadura, mas também porque nele se acirraram as posições antes mesmo da realização do Congresso que foi dividido em dois encontros diferentes. O primeiro foi realizado no Tuca, que reuniu 300 delegadas, representando seis mil mulheres de todo o Estado. O segundo foi realizado no Estádio do Pacaembu por mulheres identificadas com a linha do jornal “Hora do Povo” e setores sindicais que lhe estão próximos, que não aceitam a autonomia do movimento de mulheres. (...) As divergências que ocorreram em São Paulo, repetiram-se em outros Estados. No Rio, as comemorações se realizaram no Sindicato de Metalúrgicos, com o predomínio das facções políticas sindicais e estudantis, em detrimento das organizações de mulheres. A mesa privilegiou as questões gerais como a carestia e o controle da natalidade, e não aquelas mais ligadas à situação da mulher. As feministas encontraram dificuldades para se manifestar (...) o encontro foi inteiramente manipulado. (...) No Recife os grupos Ação Mulher, Mulher do Nordeste e Brasil Mulher optaram por não participar do Segundo Encontro de Mulheres de Pernambuco, dominado por elementos do PMDB, por discordarem fundamentalmente da pauta proposta, que não se referia aos problemas específicos das mulheres. Duas feministas que procuraram entrar no Encontro foram agredidas. (...) Em Curitiba e em Belo Horizonte, houve encontros unitários. O Segundo Encontro da Mulher Mineira teve o apoio do PT, do PMDB, de entidades estudantis e sindicais e do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte. Tratou-se muito mais, entretanto, de questões gerais. (Mulherio, 1981, ed. 1 p. 6).

O cenário que se configurava em 1980 estava, portanto, acentuado pelas divisões e fragmentações ideológicas, sindicais e partidárias. As preocupações dos movimentos civis, organizados neste momento, entre eles, os feministas, eram o do possível enfraquecimento em sua força de autonomia a partir das eleições de 1982, o que de fato foi acontecendo, na medida em que parcelas significativas de suas militantes afastavam-se dos movimentos para integrarem-se ao Estado, através de programas elaborados pelos governos dos partidos eleitos. De acordo com Sarti:

O ano de 1982 culminou com a realização de eleições parlamentares e, pela primeira vez desde 1964, para governador dos estados. O sistema bipartidário estava extinto e a reorganização partidária dividiu a oposição em três partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro da antiga oposição, o MDB, mantendo ainda o caráter de frente oposicionista e incluindo em suas fileiras os comunistas ortodoxos (PC); o Partido dos Trabalhadores (PT), articulado em torno das lideranças sindicais que surgiram no fim dos anos 70, tendo na figura de Luis Inácio da Silva (Lula) seu principal representante, ao lado de intelectuais e remanescentes dos grupos de esquerda do país. O terceiro foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), articulado em torno da herança do trabalhismo que se iniciou com Getúlio Vargas e manteve-se através de Leonel Brizola, exilado nos anos da ditadura e posteriormente governador do Rio de Janeiro. (1988, p. 45)

Ainda segundo a autora, o debate gerado em torno da questão partidária e da campanha eleitoral envolveu todas as questões em pauta no país, inclusive as feministas, assumidas em algumas candidaturas tanto pelo PT quanto pelo PMDB. As pautas feministas assumidas por esses partidos faziam parte de um quadro maior de demandas específicas, como aquelas relacionadas à ecologia, à discussão dos índios, dos negros e dos homossexuais (idem, p. 45). De acordo com Pinto, no que tange aos movimentos feministas, esse momento de reabertura política fez com que militantes, que eram identificadas com o MDB, se dividissem entre o PMDB (sucedâneo do MDB) e o PT, assim como promoveu cisões entre as que buscavam pela institucionalização do movimento através da aproximação com a esfera estatal e aquelas que defendiam o poder de autonomia dos grupos em suas atuações, inclusive, para poder cobrar providências do Estado (PINTO, 2003, p. 68).

Mas, apesar das reticências de várias feministas sobre o estreitamento de laços com o aparato estatal, foi graças a essa aproximação que foram viabilizadas algumas das reivindicações há muito acalentadas pelos movimentos, como a implantação de programas de governo voltados para a mulher, principalmente na área da saúde, com atendimento especial para esse público, na área da segurança, com a criação das Delegacias da Mulher e os Conselhos da Condição Feminina, primeiramente elaborado pelo estado de São Paulo em 1983, a partir da ideia de feministas filiadas ao PMDB e que logo foi seguido pelos estados de Minas Gerais e Paraná e que culminou na criação do Conselho Nacional da Mulher, pelo Presidente Sarney, em 1985, cumprindo a promessa de Tancredo Neves (CARDOSO, 2004, p. 57).

Os temores de muitas feministas quanto à desarticulação dos movimentos e de sua autonomia com o ingresso no Estado não eram infundados. Elas experimentavam no dia a dia o esvaziamento dos grupos com a saída de várias militantes, que foram preencher os quadros de governos destinados a promover políticas públicas em benefício da mulher (idem, p. 57). Por este ângulo, é possível compreender a importância que era dada à independência das imprensas feministas existentes no período, entre elas o jornal *Mulherio*, enquanto veículo de comunicação ao mesmo tempo unificador e promovedor de debates político-ideológicos diante do quadro conturbado e fragmentário que se constituía naquele momento para os movimentos.

A partir dessa perspectiva contextual mais ampla, porém atrelada ao corpo reprodutivo feminino, demarcada pelo tempo de uma década dedicada à Mulher, em um período de

modernização e de avanços tecnológicos, grande efervescência acadêmica e cultural (RIDENTI, 2000), forte atuação contestatória por movimentos da sociedade civil organizada, de consecutivos golpes de Estado, de contendas ideológicas e partidárias, que se insere a criação do jornal *Mulherio* como imprensa alternativa feminista brasileira. Esse cenário está inserido na conformação material maior que envolve as condições de produção do periódico que, por sua vez, só pode ser analisado como uma voz – ainda que “alternativa” – de seu tempo e espaço de existência.

## 1.2 Uma imprensa alternativa e feminista

A expressão “alternativo feminista” para o jornal *Mulherio* foi utilizada por Bernardo Kucinski (1998a), que localiza o periódico – juntamente com os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) –, como exemplar de imprensa alternativa voltado à temática feminista<sup>24</sup>. De acordo com o autor, a proliferação de periódicos alternativos em relação aos veículos convencionais de comunicação em massa, que se dá no período da Ditadura Militar, está inserida no contexto de resistência a esse regime como uma maneira encontrada para apresentar um contraponto ao discurso oficial do governo (KUCINSKI, 1998a, p. 179). E, da mesma forma que existiram os “alternativos” voltados para a ecologia, o humor, o prazer, a política e a economia, houve os jornais voltados para a questão feminista. Mas, como bem aponta Cardoso (2004, p.10), diferentemente do que ocorreu com outros veículos de comunicação alternativa, a imprensa caracterizada como feminista não se esgotou com o fim do regime e está presente e atuante até os dias atuais.

Pode-se afirmar, inclusive, que *Mulherio* integra uma história maior: a da própria imprensa feminista no Brasil, inserida no cenário nacional por volta de 1870, momento em que é possível encontrar jornais dirigidos por e para mulheres, muitos deles militantes pelos seus direitos emancipatórios na sociedade brasileira, como é o caso dos jornais *Sexo feminino* (1873), *Echo das Damas* (1875) e *A família* (1888) (DUARTE, 2003, p. 156). Todos eles podem ser caracterizados como expressões de ideários feministas que, de acordo com as

---

<sup>24</sup> De acordo com Kucinski, “A palavra ‘alternativa’, de maior densidade semântica, já era usada nos Estados Unidos e Inglaterra para designar arte e cultura não convencionais e foi aplicada à imprensa nanica por Alberto Dines [...] em sua coluna semanal de crítica à cobertura da mídia, ‘Jornal dos jornais’, na *Folha de S. Paulo*” (1998a, p. 1979). Anteriormente ao termo “alternativo” era comum a utilização da expressão “imprensa nanica” para designar os periódicos caracterizados por sua contraposição aos interesses ou tendências dominantes (Idem, p. 178).

perspectivas ideológicas de sua época, constituíam-se como uma das poucas ferramentas que as mulheres tinham para tornarem públicos os seus pensamentos e reivindicações por direitos.

De acordo com Pinto, esses periódicos eram geralmente feitos de forma artesanal e não tinham muita longevidade. Segundo a autora, eram produzidos por escritoras, professoras e jornalistas defensoras de demandas que iam além dos direitos de exercer a plena cidadania, pois questionavam também as relações entre homens e mulheres no âmbito privado, tal como é enfatizado por Francisca Senhorinha Motta Diniz, no jornal *O sexo feminino*, em outubro de 1893: “Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas” (apud PINTO, 2003, p. 30).

Sob esse ângulo, *Mulherio* segue uma dupla trajetória. O jornal pode ser compreendido tanto como integrante das “imprensas alternativas” existentes no contexto político de repressão e redemocratização brasileira, na década de 1970/1980, quanto como parte de uma linha cronológica maior de “imprensa feminista”, situada entre a sua inauguração, em meados do século XIX, e a da sua permanência ainda no século XXI (CARDOSO, 2004).

De todo o modo, a expressão “alternativa” torna-se pertinente para caracterizar as imprensas feministas e não apenas pela sua especificidade temática ou pelo conjunto de semelhanças com outras mídias idealizadas para promover um papel alternativo de opinião em oposição ao sistema oficial, instaurado por meio da censura ditatorial do período. Os discursos feministas em si são *fontes alternativas* de concepções sobre o mundo. Sua existência está fundada na contestação de uma ordem vigente de valores culturais, político-sociais e econômicos: em todas as esferas que viabilizam a organização em sociedade.

Partindo da perspectiva que conjectura a organização do corpo social por meio dos valores culturais, políticos, sociais, econômicos e ideológicos herdados, pode-se afirmar que cada indivíduo que nasce em sociedade é um ser condicionado a todos esses fatores relacionados (ARENDDT, 2010, p. 10). As pessoas que são inseridas na grande e complexa cadeia social assimilam os discursos de sua cultura que discorrem sobre a concepção de si, do outro e demais valores como “certo” e “errado”, “bom” e “mau” e a naturalização dessas perspectivas como “verdades”.

De acordo com Verón (1997, p. 378), as produções desses discursos estão associadas aos valores plurais das sociedades que os produzem, mas o reconhecimento ou não de cada

um deles está sob a condição do poder, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua divulgação e aceitação em sociedade. Em outras palavras, o meio social envolve pluralidades discursivas em que algumas são legitimadas pelo poder de veículos divulgadores enquanto outras permanecem periféricas – e que podem ou não ascender socialmente - constituindo uma versão *alternativa* sobre um mesmo dado, por fornecer uma perspectiva diversa daquela já legitimada.

Para Barbero (1997, p. 291), porém, é preciso estar atento às mediações realizadas à recepção daqueles a quem algo é oferecido. A recepção não se manifesta no meio meramente como reprodução daquilo que é ofertado, mas também como produção. Ou seja, os conteúdos são recriados, transformados por cada indivíduo ou cada grupo social que o recebe e o utiliza de acordo com as suas próprias interpretações, interesses e necessidades, fomentando, assim, possibilidades de novas produções discursivas que podem em muitos aspectos divergir daquelas originalmente produzidas e divulgadas.

É justamente dentro dessa cadeia de concepções oficiais e periféricas, de veículos divulgadores, com maior ou menor poder de alcance, bem como da complexa rede de possibilidades de recepção, que está inserido o discurso da imprensa feminista em oposição às ideias socioculturais sobre os significados do corpo e do papel da mulher como indivíduo e sujeito social. Segundo Swain, “os feminismos, graças à sua pluralidade e dinamismo, penetraram as redes discursivas do século XX, desafiando os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações, tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural)”. (2000, p. 48).

As construções discursivas feministas brasileiras seguiram, de forma geral, a concepção tradicional moderna que oferece legitimidade aos discursos fundamentados por meio de normas e práticas científicas. E assim como ocorreram com outros movimentos, e em outros países, as militantes logo perceberam a necessidade de fundamentar as suas pautas por meio de estudos e pesquisas acadêmicas. Marlise Matos é enfática ao abordar a importância do pensamento científico feminista:

(...) o que se valoriza é o modo de pensar e as suas consequências e não a descrição do mundo (...) sabendo e reconhecendo que o conhecimento (científico) é capaz de intervir e agir sobre o mundo, que ele possui consequências sobre o mundo, que ele é ação sobre o mundo. (apud CYPRIANO, 2013, p. 19).

Com o advento da Década da Mulher e o consequente comprometimento internacional assumido pelo governo brasileiro em promover políticas públicas para o melhoramento da condição feminina em todas as esferas da sociedade, grandes centros acadêmicos tiveram incentivo para abrir espaços próprios para a elaboração de pesquisas relacionadas à temática “Mulher”. Um bom exemplo para tais incentivos está na Fundação Carlos Chagas (FCC), local de criação de *Mulherio*, que fomentou vários concursos nesse período para patrocinar pesquisadores sobre mulheres, com o apoio financeiro da Fundação Ford (PINTO, 2003, p. 86).

Os objetivos norteadores desses espaços eram o de promover, intensificar e pluralizar análises sobre as mulheres. Carmem Barroso, que pertencia à Comissão Organizadora de Concursos para pesquisas com essa temática na FCC, ao fazer um balanço dos temas abordados nos dois concursos realizados em 1977 e em 1979 pela Fundação aponta algumas conclusões sobre o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas feministas realizadas:

(...) os temas que lideram a preferência dos pesquisadores são, por ordem, trabalho, saúde, sexualidade e política. Por outro lado, foram poucos os projetos sobre família e maternidade. Ela [Carmem Barroso] diz: “Talvez a ausência de projetos nessa área se explique pelo modelo masculino predominante, segundo o qual os fenômenos importantes estão no domínio público. O próprio pensamento feminista brasileiro só agora começa a superar a noção de que a libertação da mulher vem exclusivamente da participação na esfera produtiva”. (*Mulherio*, 1981, ed. 1, p. 11).

E assim, ao serem abertas novas vagas para pesquisas sobre mulheres em 1982, uma renovação nas abordagens é recomendada:

Analisando os concursos anteriores, as participantes da comissão organizadora mostram o desejo de que este avance mais, em vários sentidos. Um deles seria a ampliação do leque de assuntos pesquisados e a abordagem de temas que ainda são insuficientemente estudados no Brasil, como a mulher no âmbito privado, sua relação com a família, sexualidade, violência, saúde, aleitamento, guarda das crianças, minorias raciais, mulher na literatura e estudos de abordagem histórica. (*Mulherio*, 1982, ed. 7, p. 24).

A busca por fundamentação científica para analisar as condições femininas em todos os setores que abrangem a situação da mulher em sociedade evidencia, não apenas a necessidade de preencher uma lacuna no meio acadêmico sobre essas temáticas, mas sugere também o interesse em fundamentar, por meio do discurso científico – base oficialmente

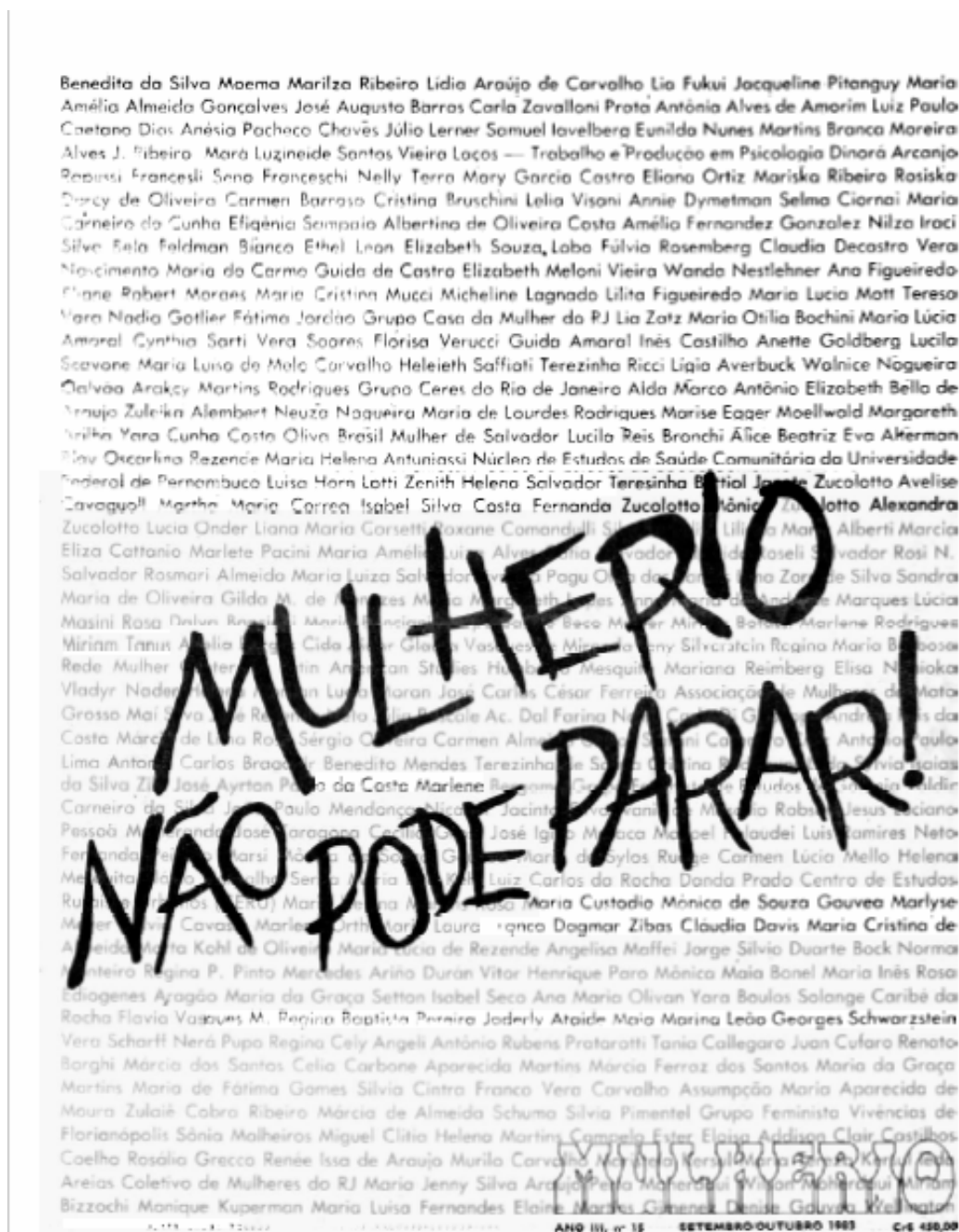
detentora do conhecimento – as pautas específicas defendidas pelas militâncias feministas como uma maneira de legitimar as suas reivindicações.

*Mulherio* engloba essas características e intenções. O periódico é fruto da “ideia de alguns anos” de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas sobre mulheres que gostariam de elaborar um boletim de notícias que buscasse um intercâmbio entre os diversos pesquisadores voltados à temática do feminino nos espaços acadêmicos no país. A ideia foi muito bem aceita e logo transformou-se em um jornal de 16 para 24 páginas, divididos em vários segmentos de interesses, que ganhavam menor ou maior espaço de acordo com o período da publicação, como os assuntos relacionados à política, cultura, saúde, violência, sociedade, resumo de artigos e pesquisas, resenhas, traduções, entre outros. Recursos imagéticos como fotografias, charges e tirinhas também eram constantes. A seguir, algumas figuras elucidativas sobre a composição imagética do periódico:

**Figura 1** – Capa da Primeira edição de *Mulherio*, de maio/junho de 1981.



Figura 2 – Capa da décima quinta edição de *Mulherio*, de setembro/ outubro de 1983.<sup>25</sup>



<sup>25</sup> Trata-se da última edição do jornal como projeto da Fundação Carlos Chagas e com o patrocínio da Fundação Ford. Com o encerramento das verbas, a continuidade do periódico ainda era incerta e, para homenagear o apoio de seu público, bem como para demonstrar o considerável poder de alcance do periódico nesses quase 3 anos de existência, as editoras elaboraram uma capa com os nomes dos leitores que escreveram para *Mulherio* pedindo pela continuidade do jornal (*Mulherio*, 1983, ed. 15, p. 2).

**Figura 3 -** Capa e última página da décima sexta edição de *Mulherio*, de 1984.<sup>26</sup>



**Figura 4 -** Capa da última edição de *Mulherio* (n. 39), de abril/maio de 1988.



<sup>26</sup> Edição em que *Mulherio* retorna a suas atividades após seis meses da última publicação.

**Figura 5 -** Fotografia em matéria sobre paternidade (Mulherio, 1981, ed. 1, p. 9)



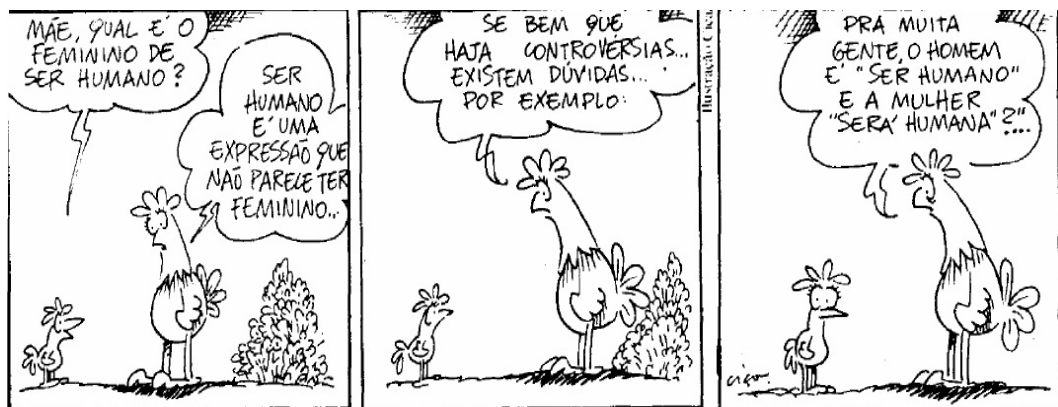
**Figura 6 -** Desenho em matéria sobre planejamento familiar (Mulherio, 1982, ed. 8, p. 15)



**Figura 7 -** Desenho em matéria sobre mudanças do Código Penal Brasileiro.<sup>27</sup>



**Figura 8 -** Tirinha sobre referenciais linguísticos.<sup>28</sup>



Portanto, apesar de ser essencialmente voltado para a academia, o jornal desde o início buscou ampliar o seu público alvo para as pessoas leigas e para os grupos de mulheres organizados em todo o Brasil, para que pudessem utilizar os referenciais teóricos em suas atividades práticas. Também era objetivo do periódico manter um diálogo entre outros meios de comunicação que estivessem interessados em perspectivas feministas sobre a condição feminina. Por essas razões, a linguagem utilizada, a organização e as abordagens dos assuntos empregados não foram feitos segundo uma norma tipicamente científica, para buscar

<sup>27</sup> A matéria refere-se a uma crítica sobre modificações no Código Penal no que diz respeito à violência sexual contra as mulheres. A imagem ironiza uma das quatro qualificações para o crime de sedução exigida no texto legal: a ingenuidade da vítima (Mulherio, 1984, ed. 19, p. 8).

<sup>28</sup> O conteúdo da matéria aborda os problemas em volta do processo histórico da construção linguística e, portanto, da linguagem no processo de emancipação das mulheres em sua busca pela igualdade (Mulherio, 1981, ed. 2, p. 7).

justamente um espaço maior de recepção a suas ideias. Como afirma logo de início, o jornal trataria as suas questões de forma séria e consequente, mas, “não mal-humorada, sisuda ou dogmática” (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1).

Há no decorrer de todas as edições a intenção de abordar as diversas correntes e posicionamentos feministas, desde os estudos acadêmicos, os posicionamentos partidários, os de grupos autônomos ou ainda de “reflexão”. O Conselho Editorial, no início composto por dezesseis mulheres, adverte desde a primeira edição que as matérias assinadas poderiam não representar as suas opiniões individuais, pois enfatiza que o objetivo, a essência do jornal, estaria centrado justamente na produção das pluralidades desses movimentos e ideias claramente voltadas ao corpo reprodutivo feminino:

Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições. (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1) (grifos meus).

Embora tenha sido parte integrante do quadro de imprensas alternativas brasileiras, *Mulherio* no início não sofreu das sanções econômicas que comumente acometia outros periódicos dessa categoria, o que pode explicar, em partes, o seu longo período de existência. Como foi elaborado dentro da Fundação Carlos Chagas, com o apoio financeiro da Fundação Ford, até a sua décima quinta edição, em 1983, obteve uma tiragem estável e bimestral, em formato tabloide. Chegou ao total de 39 edições em praticamente sete anos de existência, datadas de março/abril de 1981 a abril/maio de 1988 - e então encerrou suas atividades para dar início a um novo jornal intitulado como *Nexo. Feminismo, informação e cultura*, que publicou apenas duas edições posteriores.

Na edição número zero – uma espécie de carta de intenções sobre os objetivos do periódico – afirmava-se que a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford garantiriam a saída de *Mulherio* por um ano e meio e que exemplares seriam entregues, gratuitamente, em Instituições acadêmicas, nos grupos organizados de mulheres e nos meios de comunicação, além de serem vendidos normalmente em livrarias, bancas de revistas e por meio de assinaturas. Na edição de número quatorze (julho/agosto de 1983), a Redação informa aos leitores que a partir daquele número o jornal se desvinculava da Fundação Carlos Chagas.

Desde então, as idealizadoras de *Mulherio* passaram a buscar variados recursos e patrocínios para que o jornal pudesse sobreviver, ainda que a duras custas – como o de praxe em imprensas alternativas – em suas 24 edições seguintes, como veículo de comunicação independente. O apoio inicial concedido pela Fundação Ford promoveu relativo alcance de divulgação do periódico que chegou a alcançar todas as regiões do país com uma média de 12 mil exemplares, segundo Woitowicz (2008 p. 12), o que certamente também ampliou o seu leque de oportunidades e a manutenção do seu tempo de vida.

Ao longo de sua existência, *Mulherio* sofreu diversos momentos de transição, além daquela mais decisiva, que foi a cisão com a Fundação Carlos Chagas. A princípio, até que as editoras pudessem se reorganizar em um novo espaço físico, transformar o jornal em entidade jurídica independente e angariar recursos para voltarem às suas edições, *Mulherio* permaneceu oito meses sem ser publicado. A estabilidade bimestral também foi alterada, tendo sido editado trimestralmente em alguns períodos e também mensalmente, quando mais próximo de seu encerramento, como uma última tentativa de promovê-lo em uma maior competitividade no mercado editorial. (Mulherio, 1985, ed. 22, p. 2).

O público alvo de *Mulherio* – acessível por essa pesquisa nas cartas selecionadas das publicações –, em sua maioria possui um perfil específico: sexo feminino, brasileira, militante feminista e/ou acadêmica. No entanto, as editoras também fizeram questão de publicar diversas cartas que fugiam a esse estereótipo, apontando para a diversidade de leitores alcançados pelo jornal, como é o caso de cartas escritas por donas de casa, por homens interessados em promover mudanças em seus relacionamentos com mulheres, adolescentes entusiasmadas com as perspectivas feministas, religiosos reticentes quanto a alguns temas polêmicos, como aborto e sexualidade, entre outros. Esse espaço ocupava a página de número dois e era publicada uma média de 5 a 8 cartas curtas ou resumidas, a maioria delas elogiando a importância e o desempenho de *Mulherio*.

O corpo editorial também foi modificado no decorrer do tempo e é clara a predominância do regionalismo paulista na organização do periódico – até mesmo em razão de sua residência física – apesar de sua abrangência nacional e mesmo certo alcance internacional. As editoras-chefes responsáveis pelas edições foram, em um primeiro momento, Adélia Borges, quando o jornal possuía um maior engajamento político e, posteriormente, foi assumido por Inês Castilho, o que deu um caráter mais cultural às páginas

do periódico<sup>29</sup>. Grandes e renomadas pesquisadoras sobre mulheres no Brasil foram fundadoras e colaboradoras do projeto *Mulherio*. Durante os seus sete anos de existência, o jornal foi voz, testemunha e sujeito atuante das várias transformações ocorridas em relação às mulheres na sociedade brasileira, como afirma o relato de Inês Castilho:

Nas comemorações do dia 8 de março de 1981, na movimentada porta do TUCA, em São Paulo, Carmem Barroso e Fúlvia Rosemberg distribuíam um folheto entre as mulheres que participavam do 3 Congresso da Mulher Paulista, à moda dos intelectuais europeus que na década de 60 assumiram vigorosamente o ativismo político. Era “Mulherio” número zero, que colocava em uma carta de intenções sua utopia: “Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas”. Vivíamos a euforia da abertura, da anistia, da política do corpo, da reconstrução democrática.

Sete anos e 39 edições depois do pioneirismo de Carmem, de Fúlvia e de jornalistas como Maria Carneiro Cunha e Adélia Borges, os objetivos expressos naquele quase panfleto se cumpriram (Nexo, 1988, ed. 1 p. 2).

Ao pensar em um perfil para *Mulherio*, como uma entidade com corpo e vida própria é imprescindível enfatizar a sua opção em não assumir uma tendência específica e sim a de se oferecer como campo aberto para o debate e a exposição das correntes feministas atuantes no período. Ao elaborar suas matérias, ora oferecendo pontos convergentes para estimular a empatia coletiva e unir as correntes dissidentes (nos momentos de militâncias decisivas), ora escolhendo pontos polêmicos a fim de estimular a reflexão, a defesa acalorada necessária tanto para a venda do jornal quanto para a própria manutenção do impulso vital no interior dos movimentos, pode-se afirmar que talvez tenha sido esse um dos principais feitos do periódico: assumir simultaneamente o papel de propagador, unificador e mantenedor dos feminismos brasileiros na conturbada década de 1980.

---

<sup>29</sup> De acordo com o relato de Inês Castilho: “Foi uma honra participar do Mulherio como editora, de 1983 a 1988. Mas tenho poucos méritos na riqueza e originalidade de sua proposta editorial. Recebi um jornal primoroso das mãos da primeira editora, Adélia Borges, e contei sempre com o apoio e aconselhamento da pesquisadora Fúlvia Rosemberg - uma das mães do projeto, ao lado de Carmem Barroso e da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Contei ainda com colaborações preciosas, como a da historiadora Maria Lúcia de Barros Mott e a da jornalista Santamaria Silveira, na redação e edição de matérias escritas por muitas mulheres e alguns homens, de todo o país. Imprimi ao jornal um cunho mais cultural que político, e o conduzi até o final com a criação de Nexo, revista de arte e idéias editada pelo poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz - que durou efêmeros números”. <<http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/depoimentoines.html>> acesso em: 20.12.2013.

### 1.3 Pautas específicas para corpos específicos

Alguns pensadores influenciados pelo pensamento nitcheano dizem que é próprio da natureza humana o querer saber: o que somos e o que é tudo além de nós. Alegam ainda que tudo o que designamos compreender não são as coisas em si e sim o que pensamos sobre elas. Inclusive nós mesmos. De acordo com essas correntes<sup>30</sup>, tudo o que pensamos saber sobre o que resolvemos chamar de “natureza” – termo abrangente para designar tudo aquilo que não criamos – é apenas e tão somente o que pensamos saber. Ou, em outros termos, trata-se de uma nova criação, intrinsecamente humana.

De acordo com algumas linhas feministas que reelaboraram os pensamentos de Foucault para as questões de gênero (HOLLWAY apud LAURETIS, 1994, p. 224), seriam as instâncias e as relações de poder os grandes produtores e mantenedores de significados e, conseqüentemente, da produção de conhecimentos. Para essas correntes, o poder é o que motiva – não necessariamente de forma consciente ou racional – os investimentos feitos pelas pessoas para eleger, aceitar, reproduzir, recusar ou recriar as diversas posições discursivas existentes no meio social. A produção de signos - feminino (mulher) e masculino (homem) – baseados em diferenças biológicas sexuais socialmente aceitas (SCOTT, 1995) são exemplos dessa relação entre poder e conhecimento atuando sob os mais variados aspectos e situações dentro de um corpo social.

Em *A cidadã paradoxal*, Joan Scott fornece uma releitura sobre as estruturas discursivas dos feminismos ocidentais modernos que, por terem sido constituídos a partir de uma política democrática que associou o direito a individualidade e a cidadania às aptidões que consideravam pertencer ao gênero masculino, mesclavam alternadamente em suas militâncias a defesa tanto por “igualdade” quanto por “diferença”, promovendo, assim, um verdadeiro paradoxo, pois buscavam eliminar as “diferenças sexuais” para a plena atuação política e civil das mulheres, mas a partir de um lugar determinado: *em nome das mulheres*, que é “um produto do próprio discurso da diferença sexual” (2002, p. 27).

O jornal *Mulherio* aponta no cenário brasileiro da década de 1980 justamente com essas características. A própria escolha do nome é elucidativa para essa questão. A expressão “Mulherio”, com forte apelo pejorativo nesse período, de forma um tanto análoga à recente

---

<sup>30</sup> Alguns apontamentos sobre as inclinações a esse tipo de pensamento podem ser encontrados em NIETZSCHE, F. *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral (Aforismo 1)* In: \_\_\_\_\_. *Obras incompletas*, col. “Os pensadores”, São Paulo: Abril cultural, 1978.

expressão “Marcha das Vadias”<sup>31</sup>, torna-se – apesar das polêmicas e críticas geradas por um número considerável de suas leitoras – bastante esclarecedora para caracterizar o perfil que o periódico assumiria: a reconstrução de uma identidade feminina, de mulheres no plural, com suas singularidades e semelhanças em meio às diversidades.

Na sua primeira publicação encontra-se as explicações que motivaram as editoras a nomear o jornal com esse título controverso:

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida da definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. [...] Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1).

Portanto, desde o início, e a partir de seu próprio nome, o jornal deixa claro que assumiria para si uma identidade, que falaria a partir de um local específico para debater pautas específicas. A demonstração de que os próprios signos “homem” e “mulher” – definidores do ser – possuíam conformações que os colocavam não apenas em situação desigual como também de inferioridade, apontam para um direcionamento e um perfil que se estenderia no decorrer das edições: os corpos biológicos compreendidos como “femininos” seriam assumidos, debatidos e revalorizados.

O paradoxo feminista estava oficialmente admitido, ostentado na capa, ainda que não claramente discutido sob esses termos. Ao olhar o jornal a partir dessa perspectiva, é possível traçar uma linha temática elaborada pelo próprio periódico por meio das especificidades do corpo, ofertadas pelas conformações sexuais corpóreas consensualmente aceitas pela

---

<sup>31</sup> Em 2011 foram reproduzidas em várias regiões do globo uma manifestação de rua originada em Toronto no Canadá e intitulada de *Slut Walk* como protesto à declaração de um policial que relacionou o abuso sexual de mulheres às suas vestimentas supostamente provocantes. O ato consiste numa caminhada conjunta pelas ruas com trajes socialmente estereotipados como “sensuais” portando cartazes de conscientização para a não culpabilidade da vítima. No Brasil, essas passeatas foram cunhadas com a polêmica expressão “Marcha das Vadias” e desde essa data tem sido anualmente reproduzida em diversas cidades do país. (HELENE, 2013, P. 68)..

sociedade e também por ela apropriadas para designar funções, status ou posições. Mas, quais exatamente seriam essas fronteiras caracterizadoras do ser feminino? A diferença sexual, sem dúvidas, e mais especificamente os desdobramentos de uma “aparelhagem reprodutiva”, característica central para definir os corpos valorizados pelo potencial de conceber vidas humanas. Desta forma, todas as questões – além daquelas já diretamente envolvidas com o tema, como planejamento familiar, aborto, fecundidade ou sexualidade – levavam consigo a marca definidora do ser mulher: os seus órgãos reprodutivos e as especificidades deles emanadas.

Esse corpo assumido por *Mulherio* estava ciente de sua diversidade interna provocada por outras marcas, como as de cor, etnia e classe, como demonstram diversas matérias exclusivas a essas abordagens no decorrer das edições, mas a identidade que se dava pela diferença em relação ao outro, ao homem, aquela sexual, à qual se buscava valorizar e, ao mesmo tempo, desconstruir, era o meio pelo qual o periódico buscava fundamentar e legitimar as pautas feministas diante de um contexto político social mais amplo e em muitos aspectos hostis às suas demandas. De acordo com Sarti:

[...] ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês [...] A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigia tratamento próprio. (2004, p. 40).

Desta forma é que se traça, no decorrer das publicações, uma efetiva militância em torno da legitimação do atuar feminista, da importância de existirem pautas específicas para atender as necessidades de corpos específicos. Um rol de críticas às lacunas nas militâncias de esquerda em relação às demandas das mulheres podem ser encontradas no decorrer das edições de *Mulherio*, muito bem sintetizadas na imagem iconográfica a seguir, que buscava evidenciar a importância da igualdade entre mulheres e homens para poder garantir a própria credibilidade da militância política das mulheres, afinal, como seria possível atuar politicamente sem garantir a autonomia sobre si mesma e de sua vida íntima, familiar?

**Figura 9** - Tirinha sobre lutas específicas e gerais 1: militância política (Mulherio, 1982, ed. 10, p. 22)



A “luta geral de classes”, que garantiria uma igualdade plena entre todos os membros da sociedade, não parecia atingir, portanto, a esfera privada e, tão pouco, as atribuições relegadas às mulheres mesmo no espaço público. Era o que o jornal defendia e que buscava elucidar.

**Figura 10** - Tirinha sobre lutas específicas e gerais 2: trabalho doméstico (Mulherio, 1982, ed. 10, p. 22)



A tirinha acima parece uma provocação aos grupos de esquerda. A ambiguidade da cena pode lembrar a questão da “luta de classes”, entre empregada (doméstica) e patrão, mas que não seria resolvida pela “luta geral”, pois está pautada em valores comportamentais entre homem e mulher numa relação conjugal, da vida privada. “Obrigações de mulher” eram, pois, demandas específicas de um corpo marcado pela diferença sexual e que seria necessário, portanto, reconhecê-lo e assumi-lo para, paradoxalmente, atingir um reconhecimento igualitário.

De acordo com Elisa Casadei, essas concepções podem ser caracterizadas como dois tipos de “lutas” interligadas, mas distintas entre si: as que reivindicavam por “redistribuição”, que seriam as causas ditas “gerais”, como é o caso da luta de classes, em que o oprimido é um todo coletivo homogêneo, e as pautas que visavam por “reconhecimento” com as suas questões “específicas”, acentuando justamente as particularidades de cada grupo que compõe o todo. Nas palavras da autora:

Trata-se de uma tensão na articulação de dois tipos de demandas que, embora interligadas, se mostram distintas: a saber, as demandas por redistribuição e as demandas por reconhecimento. Essa oposição interna se configura a partir de duas noções distintas de Justiça. Enquanto as lutas por redistribuição partem de um conceito de Justiça que buscam minar as diferenciações, a partir de uma homogeneização dos grupos sociais, as lutas por reconhecimento tem seu intuito mais voltado à valorização das particularidades e especificidades de um grupo. (CASADEI, 2009, p. 03).

Embora em muitos aspectos provocativos, os discursos feministas produzidos no periódico não apresentavam interesse em desvalidar as demandas gerais dos movimentos de oposição por considerarem a luta contra a desigualdade também a sua bandeira militante. Apenas enfatizavam que as mulheres, por possuírem características específicas, próprias de sua condição biológica (reprodutiva) – aderindo, portanto, o paradoxo da *diferença* (sexual) como mecanismo de promoção da *igualdade* – deveriam, igualmente, possuir pautas específicas para atender essas demandas diferenciadas.

Havia também o interesse do periódico em demonstrar que as pautas feministas, embora fossem específicas, estavam interligadas ao projeto maior pela busca da igualdade social entre os indivíduos. Por essas razões é que *Mulherio* procurava legitimar especialmente entre as militâncias de esquerda, onde de certa forma se buscava acolhida, a importância de tratar dos assuntos específicos e de desmitificar a ideia de considerá-los sem maior relevância para os problemas sociais.

Assim, diferentemente das acusações recebidas, o jornal procurava apontar que as suas demandas, embora exclusivas, não estavam desconectadas do contexto geral, ao contrário, elas eram parte integrante e necessária para as resoluções dos problemas mais abrangentes da população. Um bom exemplo é a forma satírica dessa tirinha da edição de número 2 do jornal, em que uma feminista não precisou nem explicar para a militante de esquerda que criticava a pauta “sexualidade” na resolução dos problemas sociais, porque uma família numerosa e carente passou diante delas apresentando, desta forma, a importância do tema:

**Figura 11** - Tirinha sobre lutas específicas e gerais 3: sexualidade (Mulherio, 1981, ed. 2, p. 21).



As perspectivas analíticas feitas pelo jornal sobre os conflitos ideológicos aproximava-se em muitos aspectos da ideia de uma estrutura discursiva paradoxal nos embates políticos sobre a condição feminina na sociedade brasileira. Assim, numa matéria de 1981, contemporânea à experiência de dois Congressos da Mulher Paulista, em 1979 e 1980, respectivamente e, na iminência da realização de um terceiro para aquele ano, é mencionada a necessidade de uma elaboração teórica para refletir a contradição inerente à posição das mulheres em relação aos sistemas de opressão na sociedade:

A discussão política das diferentes concepções políticas torna-se, portanto, inadiável, pois a situação das mulheres contém em si mesma uma contradição que deve ser explicitada a nível teórico: elas pertencem a um amplo grupo de dominados, enquanto mulheres, mas se distribuem de forma desigual pelas diferentes classes. O problema das relações entre luta de classes e luta de mulheres não é novo e já se apresentou em outros momentos históricos, mas esta reflexão deve ser agora retomada dentro do atual momento político brasileiro (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 3).

Mas, se havia um espaço a ser conquistado e um público a ser convencido, existia também aquele que deveria ser mantido, pois entre as próprias feministas ainda existia o conflito interno de adiar as suas próprias pautas nos momentos de maior movimentação política, como foi o caso das “Diretas, já!” discutido na edição de número 16, sob o tema *Sem cidadania plena, só resta o lugar da diferença*:

As mulheres lutam pela democracia. Fazem suas passeatas. Vão ao Congresso e à Câmara reivindicar eleições diretas, já. O fato das mulheres isolarem sua luta, embora reintegrando-a à luta geral, colocam algumas questões para se refletir, visto que ser mulher não é profissão. [...] As mulheres não compõem, igualmente, um partido político. [...] a participação das mulheres na luta pela democratização deste país se dará a partir de sua cidadania? Estará junto a todos os cidadãos, para a seguir colocar suas reivindicações específicas? Difícil responder afirmativamente, já que as mulheres, como as outras minorias (e também todos os grupos sociais discriminados), só têm uma cidadania parcial. [...] O lugar das mulheres, assim como o das outras minorias, não sendo o da cidadania plena, é aquele da diferença. Mas é aí que se procura domesticá-las e tutelá-las, restringindo o espaço civil público para as questões “não relevantes” (como são chamadas aquelas que lhes dizem respeito) que possam vir a atrapalhar o projeto unitário de dominação centralizada e burocrática que sustenta a sociedade desejada pelo Estado: harmônica, hierárquica e autocontrolada. (Mulherio, 1984, ed. 16, p. 6).

As questões caracterizadas como “não relevantes”, que deveriam ser restringidas do domínio público, ou seja, permanecerem na esfera privada, são justamente as pautas específicas feministas que desde a década de 1960 militavam sob o slogan de que “o privado também é político”. Nesse momento de entusiasmo proporcionado pelas manifestações das Diretas, esse grito não poderia ser esquecido. *Mulherio*, nesse caso, busca desempenhar um papel unificador entre as diversas correntes feministas, partidárias ou não, para atentar sobre a importância de permanecerem unidas e focadas em suas demandas:

Resta muito a fazer. A nós, feministas, a todas as mulheres. Não apenas manter o pique das ruas, mas discutir as nossas propostas para o futuro governo eleito, para a Constituinte que decerto virá. Nosso anseio amplo das diretas deve-se traduzir em propostas que nos digam respeito, não importa quem seja o presidente, não importa se nos separarmos partidariamente na campanha. [...] é certo privilegiar as ditas questões específicas, vinculando-as às lutas políticas mais globais? Devemos privilegiar a participação política como um dado de nossa cidadania? [...] Esse imenso potencial, esse porre cívico que nos fez ir sem medo às ruas, não só da repressão policial, mas seguras de que não corríamos risco ao voltar para casa altas horas, não pode nos deixar desprevenidas quando for formulado o novo pacto social. Diretas e direitos já! (Mulherio, 1984, ed. 16, p. 5).

De acordo com Pinto (2003, p. 72 a 79), embora em 10 anos de militância, no Brasil, os feminismos não conseguiram modificar o quadro de mulheres no legislativo, que na época ocuparam apenas 5,7% da Casa, não impedindo, entretanto, que as pautas feministas tivessem efetiva participação nos trabalhos constituintes:

[...] as mulheres eleitas deputadas tiveram uma trajetória surpreendente: superando suas diversas extrações partidárias, se autodenominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista (PINTO, 2003, p. 74).

A “trajetória surpreendente” das deputadas eleitas atende aos clamores encontrados no jornal sob a necessidade de manter as mulheres unidas em prol de seus objetivos em momentos decisivos, como foi o caso da elaboração da nova constituinte, a primeira Constituição brasileira que garante igualdade de direitos plena entre homens e mulheres. Os grupos organizados feministas tiveram papel fundamental na elaboração das reivindicações da bancada feminina – apelidada de o *lobby* do batom – que obteve o maior número das solicitações atingidas, cerca de 80% delas (idem, p.75), demonstrado a capacidade organizacional que tiveram naquele momento em transcender as convicções ideológicas e partidárias, talvez convencidas de que “ser mulher não é profissão. [...] As mulheres não compõem, igualmente, um partido político” (Mulherio, 1984, ed. 16, p.6).

A proximidade dos textos do jornal com as transformações e conquistas alcançadas pelas mulheres parecem apontar para um papel de grande relevância do periódico como veículo militante de atuação feminista. A escolha inaugural, que se estenderia por toda a vida de *Mulherio* de se posicionar não em alguma tendência, mas em um corpo específico, o feminino e, ao mesmo tempo, com uma identidade plural – a de mulheres – para reivindicar demandas baseadas justamente na especificidade de seus corpos, traz para o cerne do debate a

materialidade definidora do sujeito: os corpos com os seus limites e possibilidades que lhes dão uma forma e um sentido socialmente construído a partir das características sexuais, mais precisamente, a partir do seu potencial reprodutivo.

## CAPÍTULO 2

### O CORPO POR MULHERIO

#### 2.1 A natureza do corpo

*Mulherio* assumiu um corpo. Aquele caracterizado sexualmente por meio de uma aparelhagem reprodutiva complexa, atrelada a atributos e funções socialmente designadas como “femininas”. Essa característica fundamentada pela concepção da diferença e binaridade sexual, entre homens e mulheres, é também problematizada como questões de gênero<sup>32</sup> por teóricas feministas especialmente em regiões em que os feminismos não tiveram de se ocupar, demasiadamente, com as intervenções de causas “gerais” ou “prioritárias” da sociedade, como foi o caso brasileiro e de outros países da América Latina.

Portanto, talvez em razão de questões político-espaciais, *Mulherio* tenha utilizado com pouca frequência a terminologia “gênero”, muito embora as suas aplicações possam ser verificadas em vários de seus textos, mesmo sem a utilização do termo. Talvez uma linguagem mais acessível ao público leigo também incentivasse terminologias mais populares. Genericamente, no Brasil, de todo o modo, o conceito “gênero” só passa a ser mais correntemente utilizado no início da década de 1990. (CARDOSO, 2004, p. 81).

*Mulherio*, embora não se enquadre completamente na concepção conceitual essencialista de “Mulher”<sup>33</sup>, pois ampliou o debate para temáticas em volta de outras questões

---

<sup>32</sup> De acordo com Pedro: “Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura”. (2005, p. 78). Mas, ainda nessa mesma década, a própria categoria gênero é também problematizada, como o fez Judith Butler ao questionar a própria definição do construto ‘sexo’: “É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais ‘fatos’ para nós? [...] Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. (BUTLER, 2003, p. 25).

<sup>33</sup> De acordo com Pedro, eram consideradas essencialistas as elaborações discursivas feministas que utilizavam o termo “mulher” para englobar todas as mulheres em uma identidade homogênea, uma essência que se oporia em relação ao outro, o homem. Segundo a autora, “a categoria mulher era ‘pensada em contraposição à

de desigualdades entre as próprias mulheres (como etnia, raça e classe), o periódico guiou, entretanto, as suas pautas específicas por meio de uma identidade sexual que se dá pela diferença em relação ao outro, o homem. O próprio nome do periódico, *Mulherio*, como já explicado anteriormente, era uma expressão – embora pejorativa – que significava “uma porção de mulheres reunidas”, que pode ser compreendido como um conjunto plural de mulheres iguais e diferentes entre si. No entanto, apesar de estar ciente e atuante sobre essa diversidade e disposto a se tornar um campo aberto aos diferentes posicionamentos feministas, o objetivo de legitimar as pautas específicas, diante dos vários mecanismos políticos contrários ou reticentes em relação as suas demandas, em muitos aspectos fez com que o jornal apresentasse uma identidade unificadora ou “essencialista” entre as mulheres baseada na materialidade – sexual – de seus corpos.

Apesar dessas prerrogativas, certamente seria arriscado caracterizar *Mulherio* como tipicamente “essencialista”, pois o jornal trata de outras diferenças além daquela sexual reconhecendo a diversidade inerente entre as próprias mulheres. Ou seja, apesar das diferentes abordagens e implicações, ambas as leituras (essencialista e pluralista) coexistem no periódico. Caracterizá-lo, entretanto, como um espaço de transição, como se houvesse uma passagem progressiva de um período “essencialista” (A mulher) para outro “pluralista” (as mulheres) seria repetir uma concepção teleológica<sup>34</sup> de progresso contínuo dos feminismos,

---

palavra ‘Homem’, considerada universal, ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica ‘o homem é curioso’. Aqui, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos. [...] O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da ‘Mulher’, e não do ‘Homem’, mostrando que o ‘homem universal’ não incluía as questões que eram específicas da ‘mulher’. Como exemplo podemos citar: o direito de ‘ter filhos quando quiser, se quiser’ –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da ‘diferença’, em relação ao ‘homem’ – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria ‘Mulher’, era reivindicada”. (2005, p. 82).

<sup>34</sup> De acordo com as críticas de Hemmings, há um paradigma teleológico sobre a história da teoria feminista de segunda onda que estereotipa os movimentos de acordo com as décadas para promover a ideia de um progresso contínuo dos feminismos, que viveriam a fase do engajamento político e essencialista da década de 1970 - que não abriga a pluralidade das diferenças além daquela sexual entre mulheres e homens; a dos anos 1980, como um período transitório a esse processo de institucionalização e diversificação a partir da crítica dos movimentos negros que teriam apontado as desigualdades e diferenças entre as próprias mulheres e a entrada dos feminismos no meio acadêmico para que, finalmente, a partir da década de 1990, ocorresse, para além do “carreirismo individualista” da academia, a radicalização da diferença pós-estruturalista, que ampliaria as questões da diversidade e, conseqüentemente, da categoria “Mulher”. Nas palavras da autora: “(...) O feminismo dos anos 70 é, na melhor das hipóteses, ignorante ou inocente em relação à diversidade racial e sexual; ou então é, de fato, efetivamente excludente através de sua branquidade e heterossexismo. Os anos 90 pós-estruturalistas emergem no outro lado dos anos 80 como paladinos da multiplicidade e da diferença – diferença em geral. A teleologia não poderia ser mais solidamente colocada do que “[n]os anos 80: mudanças que estavam ocorrendo e firmaram as bases para a terceira fase da crítica feminista”. (HEMMINGS, 2009, p. 229) E ainda critica também a contra narrativa que apenas inverteria os valores, mas, não o paradigma teleológico implantado: “(...) Uma mudança partindo do início da segunda onda [1970], vista

em vez de respeitar a própria proposta do jornal, que era justamente a de abranger as pluralidades discursivas feministas atuantes no Brasil daquele período, independente de sua maior ou menor visibilidade. Em outras palavras, caracterizar o jornal como um perfil meramente transitório em uma linha teleológica é retirar de *Mulherio* os seus objetivos norteadores, que era justamente o de se posicionar como um espaço para “abranger as diferentes posições”, o que implica dizer que não há um progresso contínuo do desenvolvimento feminista e sim um processo simultâneo de elaborações que ora ascendem ora margeiam os espaços de poder existentes nos movimentos.

No entanto, para os objetivos dessa pesquisa, interessam mais as abordagens que contemplam a concepção dos sujeitos mulheres por meio das diferenças sexuais elaboradas pelo periódico, pois por meio delas que *Mulherio* caracterizava a legitimidade das pautas específicas feministas. Portanto, apesar e por causa de sua diversidade, o jornal também corresponde aos apelos “essencialistas” promovidos pela binaridade sexual: através do corpo reprodutivo feminino é que se fundamentam as suas demandas. Mas, se esses signos estavam historicamente condicionados à intimidade do espaço privado, é pertinente pensar como foram transformados em temas relevantes para o interesse coletivo.

A hipótese levantada, desde o primeiro capítulo desse estudo, é de que esses signos não foram transformados porque já estavam em evidência nos grandes círculos de interesses internacionais da segunda metade do século XX em volta das questões políticas de controle populacional, que viram no potencial reprodutivo das mulheres um mecanismo efetivo para o controle ideal por meio dos métodos contraceptivos. Os corpos reprodutivos femininos não eram, portanto, um interesse específico das mulheres e os feminismos contestavam justamente essa “apropriação” sobre seus corpos ao lutar pelo direito de autonomia sobre eles.

O interesse pela manipulação dos corpos femininos é ainda anterior a esse período. Alguns estudiosos, como Diniz (1996), apontam que a partir do Iluminismo houve um crescente interesse da medicina pela reprodução feminina e a consequente incorporação da prática obstétrica por seus profissionais. A intervenção médica, em um espaço que milenarmente pertencia à sabedoria das mulheres, transformou radicalmente a sua relação com o corpo, que passou para a categoria de objeto de análise e manipulação da ciência médica, a única capaz de discernir sobre as leis inflexíveis da Natureza que regem os corpos

---

como politizada e unificada, passando pela entrada na academia nos anos 80, e daí para a fragmentação em múltiplos feminismos e carreiras individuais [1990], mapeia a estória de perda do compromisso com transformações políticas e sociais” (Ibidem, p. 216).

femininos, os seus ciclos e regras. No Brasil, essas intervenções tornaram-se cada vez mais acentuadas no decorrer do século XIX e XX com as práticas medicinais higienistas/sanitaristas que atuavam no sentido de fornecer tanto legitimidade à hierarquia social constituída quanto à manutenção de sua organização através da interferência disciplinar sobre os corpos:

A expansão da teoria de Pasteur e a ideia de contágio transformaram a visão que se tinha da doença, dos corpos e da higiene: era preciso mudar hábitos e atividades, de tal modo que o papel do médico tornou-se decisivo na configuração das pautas culturais e normativas. Assim, o cientificismo imperante nesse período permitiu aos médicos expandir o controle sobre a vida de homens e mulheres, normatizando os corpos e os procedimentos, disciplinando a sociedade, ordenando a sexualidade e os prazeres. (MATOS, 2003, p. 108).

No que diz respeito às mulheres, Matos aponta que a fala médica fundamentava por meio das características reprodutoras as suas capacidades e atribuições sociais, como um desdobramento da natureza de seus corpos:

Os médicos viam a mulher como produto de seu sistema reprodutivo, base de sua função social e de suas características comportamentais: o útero e os ovários determinariam a conduta feminina desde a puberdade à menopausa, bem como seu comportamento emocional e moral [...] mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza; a combinação de fragilidade intelectual e física e de sensibilidade emocional tornava as mulheres preparadas para a procriação e a criação dos filhos. (idem, p. 114).

Sobre tais instâncias de saberes preestabelecidos que os feminismos atuavam através de críticas desconstrutivas como ocorre em *Mulherio*, na década de 1980. Há, nesse momento, uma grande propagação de pesquisas acadêmicas voltadas à crítica do sistema discursivo de dominação e disciplina dos corpos, como é o caso dos trabalhos de Foucault, que exerceriam grande influência em pesquisas feministas com a questão da sexualidade, Deleuze nos âmbitos da psiquiatria e psicanálise, entre outros. A visão alternativa de *Mulherio* – um jornal essencialmente acadêmico – pode ser caracterizada por esse momento.

Atento aos interesses e às políticas direcionadas ao corpo reprodutivo das mulheres, que estava em grande evidência nesse período em razão das questões demográficas, o jornal não se permitia levar pelo entusiasmo da tecnologia medicinal e farmacêutica como meros instrumentos da liberalização sexual da mulher. O domínio e o controle sobre os corpos femininos por meio dos saberes e autoridades médicas permaneciam como uma preocupação latente.

Desta forma, o posicionamento do jornal em relação à intervenção médica sobre os corpos femininos, em uma análise superficial, pareceria contraditório, pois ao mesmo tempo em que insistia na legalização do aborto para que as mulheres tenham o direito de realizá-lo por meio da intervenção médica – alegando que a criminalização incentivava os abortos autoprovocados ou realizados em clínicas clandestinas, por pessoal não qualificado, causando graves riscos à saúde das mulheres –, criticava, por outro lado, o excesso do domínio exercido pela medicina ao corpo alheio, incentivando mulheres a buscar pelo autoconhecimento do autoexame ginecológico através da divulgação de grupos que tiveram essa iniciativa, como é o caso da organização SOS Corpo<sup>35</sup> criada justamente para esses fins:

[...] oito grupos de auto-ajuda funcionam há um ano no Recife. Eles foram formados por Regine Nogueira e Dolores Wanscheer [...] A partir do encontro de Regine e Dolores, criou-se o primeiro grupo, logo batizado de “SOS Corpo”, com a participação de oito mulheres, entre engenheiras, médicas e jornalistas. A experiência frutificou e hoje funcionam cinco grupos de mulheres de classe média e três de moradoras em bairros periféricos. As participantes do SOS Corpo reúnem-se uma vez por semana. Logo no início dos encontros, aprendem a fazer o auto-exame, ou seja, cada uma aprende a examinar sua própria vagina e o colo do útero com a ajuda de um espécúlo, uma lanterna e um espelho; e a examinar os seios, para verificar se apareceram caroços. Depois da primeira etapa, em que as mulheres têm maior controle sobre o funcionamento de seus corpos, elas passam a discutir métodos contraceptivos e sua sexualidade. Também aprendem a identificar as doenças ginecológicas mais frequentes e até curá-las com plantas e remédios caseiros, “sem pagar preços altíssimos por remédios fabricados pelos laboratórios estrangeiros, sem precisar sair correndo para o médico ao primeiro sinal de corrimento”. (Mulherio, 1982, ed. 5, p. 18).

A contradição consistiria, portanto, no processo de rejeição e apelo do discurso feminista aos recursos medicinais que, se por um lado sujeita os corpos das mulheres à sua autoridade e competência, por outro, realmente promoveu avanços imensuráveis na manutenção da saúde dos indivíduos, impossíveis de serem ignoradas. Mas, essa é apenas uma primeira impressão. O que o jornal realmente contesta é o recurso à medicina para tratar

---

<sup>35</sup> O grupo SOS Corpo ainda existe e está atuante sob o formato de uma ONG – um destino comum aos grupos feministas organizados “sobreviventes” à fragmentação ocorrida na década de 1980: “O SOS CORPO - instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife - Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira por meio da promoção da igualdade de gênero com justiça socioambiental. A ação do SOS CORPO tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS CORPO, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano” <<http://www.soscorpo.org.br/quem-somos.html>> acesso em: 29.08.2014.

de problemas que não deveriam ser considerados problemas por simplesmente pertencerem à natureza dos corpos femininos:

Com as mulheres acontece essa coisa estranha: vão muito ao médico sem estarem doentes. Vão porque estão grávidas, na menopausa, para falar de regras ou de anticoncepção. Uma boa parte de suas vidas, de sua natureza, com o tempo transformou-se em problema médico. [...] Corpo e sexo da mulher sempre foram tabu e, protegidos pelo pudor, acabaram sendo um mistério insondável para as próprias mulheres. Com o médico ficaram a autoridade, a competência e o direito de falar nesses assuntos. (Mulherio, 1982, ed. 5, p. 17).

E também das consequências que essa relação extremamente desigual e hierárquica entre o saber médico e o seu objeto paciente, a mulher, pode gerar:

(...) a curiosa relação que, muitas vezes, nós mulheres estabelecemos com nossos médicos: de nossa parte, uma dependência absoluta, uma confiança cega; da parte deles o desprezo pela pessoa que nós somos atrás da nossa vagina, de nosso útero ou de nossos seios. (Mulherio, 1982, ed. 9, p. 13).

A crítica do jornal está fundamentada, portanto, no processo de “coisificação” dos corpos, como se fossem um mero objeto de estudo científico manipulável que, por meio da aplicação de recursos artificiais podem ser melhorados, tal qual uma mercadoria em processo de produção, daí a ênfase na valorização da natureza própria do corpo sem intervenções desnecessárias, para evitar esses processos de objetificação e dominação:

[...] o corpo é incluído numa política global, social e cultural – é usado, mostrado e consumido, mas não é vivido como corpo próprio, isto é, como subjetividade e pessoalidade. Por isso mesmo é aquela “coisa” que a razão controla, a autoridade domina, a moral reprime, o direito aliena e a ideologia fragmenta. (Mulherio, 1982, ed. 6, p. 8).

A crítica de *Mulherio* visava essas estruturas normatizadoras que, segundo julga, teria sido a base sobre a qual a sociedade contemporânea brasileira foi erigida, de acordo com os interesses mais convenientes dos grupos dominantes: o dos homens detentores dos meios de controle e persuasão social:

Os homens (da classe dominante, naturalmente) têm nas mãos todos os fios que tecem a sujeição feminina: a economia que nos discrimina no mercado de trabalho e nos salários; a estatística que determina se e quando devemos trabalhar fora ou ficar em casa, parir ou evitar filhos; a ciência que define nossa “natureza” nos termos mais convenientes aos interesses deles: mulher é dócil, passiva, generosa, abnegada, só se realiza através da dedicação aos outros, tem a mais estreita afinidade fisiológica com a vassoura, o tanque, as

panelas, o esfregão. Fora desse modelo, ela não é feminina e pagará por tal “deficiência” um alto preço social e privado. Até da maternidade eles se apropriam, ficam com o pátrio poder e deixam para nós os cuidados cotidianos, a responsabilidade, as preocupações, a presença que obriga ao confinamento no lar. Donos também dos meios de comunicação e dos veículos de persuasão coletiva, eles criam e difundem a lavagem cerebral ideológica que justifica e até embeleza tudo isso. (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 4).

É importante observar como o paradoxo feminista apresenta-se nessa fala. Ao mesmo tempo em que a crítica é dirigida à construção discursiva que “naturaliza” quais as características femininas, de acordo com as conveniências de quem a produz – desconstruindo a ideia de que a “natureza feminina” possa ser legitimada por uma “ciência” imparcial – o próprio texto assume, entretanto, os signos naturalizados emanados dessa ciência ao se posicionar como “nós, as mulheres” em oposição aos “homens”, dois produtos da linguagem definidora da natureza dos corpos.

Em termos linguísticos, essa contradição discursiva poderia ser justificada pela impossibilidade de um rompimento total com os sentidos promovidos pela linguagem preestabelecida, afinal, a comunicação entre as pessoas dependem necessariamente do entendimento consensual dos signos que representam as coisas. Mas, o paradoxo feminista ocorre principalmente porque as estruturas linguísticas discursivas que ele contesta são essencialmente inflexíveis, pois obedecem a uma ordem lógica conceitual “daquilo que é” em relação ao que “não é”, enquanto os feminismos afirmam a partir daquilo que é e que pode não ser.

De acordo com Dépêche (2008), a linguagem já é em si arbitrária e material. É arbitrária porque não há uma relação necessária entre o nome e aquilo que é nomeado. Desta maneira, por exemplo, *chair* em inglês é uma designação para “cadeira” enquanto que o mesmo vocábulo em francês significa “carne”. E é material porque se desenvolve em sociedade instituindo o que é real de acordo com os sentidos que lhes são empregados e contribuindo, enquanto sistema de mediação, na própria construção das coisas. Nas palavras da autora:

A língua é arbitrária, mas, sobretudo ela é material. E sua materialidade se desenvolve no social, constituindo corpos políticos, modelados pela linguagem. É assim que o humano se transforma em “homem”, o universal que dilui e esconde o feminino; é assim também que o humano é cindido e naturalizado de forma binária, fundado em características biológicas, elegendo os genitais para definir e representar no social o feminino e o masculino. A nomeação, como sublinha Foucault, cria realidades [...] Nomeados, os corpos humanos tornam-se corpos sexuados, perversos ou “normais”, corpos instituídos em sexo e sexualidade, corpos naturalizados em mulheres e homens, de forma hierárquica. O fato de proclamar a “diferença” comporta em si, a verticalização excludente dos seres que permite essa forma hierárquica. (Ibidem, p. 208).

Proclamar as diferenças era inevitável em *Mulherio*, pois por meio delas fundamentava-se a legitimidade das demandas específicas – elas próprias marginalizadas em relação às “lutas gerais”. Assumir o local subalterno preestabelecido dentro da hierarquia social para negá-lo parece mesmo uma contradição irresoluta, porém, apenas quando se pensa por meio das logicidades inflexíveis. Em vez de observar o paradoxo feminista estampado em *Mulherio* meramente como uma “contradição” – ou obra de mulheres, claro – é necessário compreender a importância de sua existência como possibilidade de promover uma reestruturação plural e expansiva dos valores que são empregados aos corpos enquanto materialidade do sujeito humano subjetivo e não o seu contrário, como tem sido feito desde o iluminismo que, ao aplicar leis universais e imutáveis à natureza, acabou por “alienar os indivíduos de seus próprios corpos ao neles encarcerá-los”. (*Mulherio*, 1981 ed. 1, p. 8).

Outra faceta desse complexo jogo discursivo é que, como veículo contestatório dos valores e saberes empregados aos corpos pelas estruturas sociais vigentes, *Mulherio* cria, por outro lado, alternativas para pensar a própria natureza desses corpos. Em outras palavras: dentre as estruturas capazes de promover valores aos grupos sociais, a crítica feminista se tornou também uma delas. (LAURETIS, 1994, p. 209).

Na edição de número 14, por exemplo, o jornal publica a tradução de um artigo<sup>36</sup> categórico ao criticar a ideia do corpo feminino como algo naturalmente imundo: “Todas as aparências são contra o sexo da mulher, pantanoso, sanguinolento, malcheiroso: que se imagine o que deveria ser o mofo vulvovaginal quando não existiam água corrente, nem desinfetantes ginecológicos.” Essa breve afirmativa elabora em poucas palavras uma crítica contundente aos arraigados discursos sanitaristas que defendiam as suas medidas medicinais intervencionistas para tornar os corpos civilizados e higiênicos. Isso não explica, entretanto,

---

<sup>36</sup> Artigo publicado originalmente pela revista parisiense *Sorcière* da editora Stock.

por que razões esse corpo foi considerado sujo em seu estado natural. O artigo propõe uma ordem de reflexão:

A sujeira corporal é o que extravasa as fronteiras do corpo: suor, ranho, cera, urina, excrementos, tudo isso flui e escapa: estava em nós, era nós mesmos, no instante seguinte está fora, estranho, rejeitado, sujo. E cada um de nossos orifícios se constitui em tantos perigos, de se derramar para fora (para o outro), de não mais conhecer seus limites. O que dizer, então, das mulheres, dotadas de um orifício suplementar. E não dos mais insignificantes. Um orifício tão impregnado de fantasmas, de tantas mitologias, pesado por tantas metáforas. Boca da sombra que aspira e engole, mas também vulcão que cospe veneno, que expulsa sangue impuro, cíclico, lunar, o sangue da vida – bebê nascendo – o sangue da morte – feto encarquilhado. Orifício principal que não se controla, que não domina suas perdas. [...] Assim, toda mulher, a qualquer momento (e sobretudo quando ela menos espera), pode ser surpreendida, submersa por qualquer secreção. Gotejante: nojenta, a mulher. (Mulherio, 1983, ed. 14, p. 7).

Nota-se como o artigo vai desenvolvendo a concepção de “sujeira corporal” ao iniciar pelas secreções e fluídos comuns a qualquer corpo humano até desencadeá-las nos corpos sujos por excelência: aqueles que são portadores de um “orifício suplementar”. Essas secreções “universais”, de certa forma, isentam o homem da caracterização de imundície, pois ele apenas elimina o que todos os corpos também o fazem. É interessante observar também que, embora o texto tenha citado a urina como um fluído comum, que “escapa” às duas genitálias sexuais existentes – dentro da concepção binária da sexualidade –, nada fala a respeito do sêmen expelido exclusivamente pelo corpo masculino, como fluído que igualmente escapa e, pelo jeito, escapa também a essa lógica. É possível pensar em algumas alternativas para que ele não tenha sido mencionado como exemplo: pelo interesse – consciente ou não - em situar o homem como sujeito universal apenas para enfatizar as características específicas femininas ou, ainda, pelo “esquecimento” seja ele propositado pelo desejo de conduzir o público leitor a uma conclusão determinada ou de não ter realmente se lembrado do sêmen por ele nunca ter sido associado à sujeira.

Mais uma vez, na conclusão do texto, encontramos os princípios paradoxais que podem ser compreendidos como os valores plurais feministas, designados aos corpos das mulheres, em contestação aos valores estruturais linguísticos que lhes oferecem significados inflexíveis a partir da lógica fixa da definição:

Nossa luta, nossa esperança, não seria antes a transformação de uma economia do direito e do avesso, do branco e do negro, do vazio e do pleno [...] que aceite o corpo da mulher aberto-fechado como troca, gozo (e não apenas como aberto: puta emporcalhada ou somente como fechado: virgem imaculada?). Suja e limpa: não como categorias opostas, mas fluindo de uma para outra, decorrendo de uma e de outra. Suja e limpa: não estagnantes, não fixas, não definitivas, mas numa renovação incessante. (Ibidem) (Grifos meus).

O paradoxo valorativo está explícito no trecho acima transcrito. É o ideário feminista que se apresenta em contestação à dualidade imposta à mulher em sociedade perante as escolhas entre “virgem” ou “puta” para experimentar outras possibilidades mais plurais e abrangentes do ser: “direito e avesso”, “vazio e pleno” “aberto-fechado”, “suja e limpa”.

E se o assunto é sujeira, nada melhor do que falar do espaço criado para eliminá-la. No que diz respeito aos espaços conquistados na esfera pública, *Mulherio*, na matéria *Banheiro: um espaço de contestação*, fornece concepções valorativas riquíssimas ao deliberar sobre a inserção do corpo reprodutivo feminino na rotina do trabalho assalariado nos meios de produção. Ao constatar nas pesquisas realizadas com operárias as recorrentes queixas que faziam sobre o controle da quantidade de tempo que tentavam lhes impor durante a ida ao banheiro no horário do expediente, *Mulherio* resolve elaborar uma matéria para discutir as demandas específicas das mulheres no ambiente de trabalho.

A fundamentação do texto está diretamente ligada ao potencial reprodutivo do corpo feminino como o fator diferencial nesses ambientes. O jornal aborda as necessidades específicas de tratamento às mulheres e também as desvantagens encontradas nesse meio, em razão da “lógica capitalista de produção” em contraposição ao “tempo natural de seus corpos” – “a mulher e seus nove meses de espera, a mulher e seus intervalos para dar de mamar” – e, finalmente, revaloriza esse potencial reprodutivo como um fator que proporcionou à mulher encarar com rebeldia o tempo mecânico do trabalho:

[...] a mulher demora mais tempo no banheiro porque seu corpo é diferente do corpo masculino; algumas de suas funções (a menstruação, a gravidez) requerem maiores cuidados de higiene e idas mais frequentes ao sanitário; além do que, sendo anatomicamente mais exposta a doenças e infecções, a mulher precisa da garantia de banheiros mais limpos. Ou seja: a fisiologia da mulher “rouba” mais tempo da produção e exige do capitalista um investimento ligeiramente maior nas instalações sanitárias de sua indústria. Mas pesa ainda outra acusação sobre a mulher trabalhadora: a de que ela iria ao banheiro para “fazer hora” [...] O que talvez seja verdade, e nos leve a pensar um pouco mais a fundo no que a mulher traz do “mundo feminino” (o lar) para o mundo do trabalho. Não apenas um corpo mais difícil de se disciplinar. Não apenas uma anatomia menos adaptável. Mas uma profunda rebeldia em relação ao tempo mecânico do trabalho. (*Mulherio*, 1983, ed. 14, p. 7).

O “tempo mecânico do trabalho” que coisifica os corpos, transformando-os em instrumentos de produção é um dos valores mais pertinentes desse texto quando ele o contrapõe ao tempo da natureza manifestada nos corpos reprodutivos das mulheres. O corpo feminino, comumente considerado como um obstáculo à sua adaptação ao mercado de trabalho é, nesse sentido, revalorizado pelo discurso feminista ao enfatizá-lo como um processo de rebeldia natural e bem vinda em não se enquadrar como “coisa”, em não se sujeitar como mera ferramenta de trabalho, pois o seu valor transcende essas expectativas.

Seguindo essa ordem interpretativa, o texto conclui as razões sobre as quais os homens buscam de alguma forma controlar a quantidade do tempo gasto por elas ao banheiro: pela sensação de usurpação total do espaço masculino em que o homem se vê proibido de entrar e, portanto, impedido de controlá-las e, desencadeado por essa sensação de falta de controle, os temores inconscientes sobre os mistérios dos corpos femininos:

Na verdade, o homem sente como uma usurpação o espaço que a mulher passou a ocupar no mercado de trabalho. Ressentimento engolido em silêncio porque ele é o patrão que explora essa mão-de-obra a preço vil ou é o parente ou companheiro que se beneficia do salário dela. Assim, a má vontade masculina se canaliza contra o espaço físico da “ocupação”: o banheiro onde ele não pode entrar para controlá-la. No plano mais profundo, atuam nele temores ligados a fantasias inconscientes da infância. A mulher, entregue aos ritos do corpo, torna-se temível pelo seu mistério: afinal, esse corpo detém o segredo da origem da vida. Invejada porque sua fecundidade a faz poderosa, ao mesmo tempo é repudiada como “suja” (de sangue menstrual, de secreções sexuais), isto é: a imagem da mãe corrompida pelos desejos edípicos do filho. (Mulherio, 1982, ed. 7, p. 8).

Esse último trecho refere-se estritamente a uma concepção psicanalítica sobre as percepções masculinas em volta da “natureza” da mulher e o seus mistérios, que lhes causariam simultaneamente admiração e repulsa – emoções evidentemente paradoxais. Por meio desse entendimento, podemos encontrar novamente a valorização da natureza do corpo pelo seu potencial reprodutivo, mesmo diante de uma situação emblemática de “desvantagem” anatômica e fisiológica em relação ao tempo produtivo das indústrias, um espaço que foi pensado para abrigar corpos masculinos.

Essa forma de abordagem que remete ao pertencimento dos espaços – público e privado – permitiu que o jornal pudesse enfatizar as características corporais específicas das mulheres e até algumas “desvantagens”, sem que isso significasse render-se a arraigados discursos de que a fisiologia feminina deveria restringir as mulheres à esfera privada e aos seus afazeres domésticos e reprodutivos. Ao contrário, a natureza dos corpos femininos não

precisaria mais ser negada, alterada ou disciplinada para adaptar-se ao meio de produção. O meio e a sua “lógica mecânica” é que deveria ser repensado, ampliado ou reformado para receber igualmente a diversidade inerente aos corpos: plurais, únicos. As perspectivas desta matéria publicada em *Mulherio* são fundamentais para pensar nos feminismos como ferramenta discursiva de transformação da organização social mesmo que, paradoxalmente, defendessem um controle sobre a natureza feminina, ou seja, a de sua fertilidade, como solução para a emancipação das mulheres em sociedade.

## 2.2 O corpo como Natureza

Evocar as possibilidades valorativas atribuídas à natureza dos corpos reprodutivos em *Mulherio* é promover paralelamente a essa outra questão: se e como o periódico elaborou as associações entre mulher e Natureza tão usuais em nossa cultura ocidental. Segundo Worster (1991, p. 210), muitos dos historiadores ambientais têm feito alguns de seus melhores trabalhos investigando os pensamentos que as sociedades produzem sobre a Natureza, relacionando-a aos princípios arcaicos patriarcais que lhes forneceram um “princípio feminino” submetido aos interesses do homem.

Dada a complexidade espaço-temporal que esse assunto envolve, o objetivo desse tópico consiste apenas em analisar um recurso imagético utilizado em uma matéria do jornal que abordou a questão da esterilidade na vida de uma mulher. Trata-se de uma gravura antropomórfica entre mulher e Natureza, a partir de um cenário de seca, pedras e infertilidade (Figura 12, p. 79). Originalmente intitulada como *The Parchment Suite – Happy apocalypse*<sup>37</sup>, produzida pelo artista Hans Georg Rauch, na década de 1970, a imagem foi reapropriada por *Mulherio* em 1982, sob o título de *Quero ser mãe*, cujo tema central é a narrativa pessoal de uma mulher feminista que se descobriu estéril no momento em que decidiu optar pela maternidade.

As fontes iconográficas, como a que pretendemos analisar, possuem as suas exigências metodológicas próprias de leitura. Apenas desta forma é que ela pode pertencer à produção historiográfica que busca interpretar por meio da linguagem escrita essas formas de expressão, que se ficaram fixas em sua materialidade continuam, porém, flexíveis aos significados do tempo. Por estas razões, Zerner afirma que o sentido de uma fonte imagética só pode ser

---

<sup>37</sup><<http://www.houzz.com/photos/11632492/Hans-Georg-Rauch-The-Parchment-Suite-Happy-Apocalypse-3-Aquatint-Etching-modern-artwork>> acesso em: 20.07.2014.

compreendido a partir de um contexto histórico específico e, para tanto, se fazem necessárias adaptações técnicas adequadas aos objetivos que se tem em relação ao objeto (1988, p. 153). Implica dizer que a imagem não pode “falar por si mesma”, como diria Sorlin (1994, p. 07), já que ela, isolada de qualquer informação referente ao meio e ao tempo em que foi produzida e sem os devidos cuidados metodológicos, ficaria extremamente sujeita aos sentidos fornecidos pelos valores e imaginação do observador.

Entretanto, o objetivo da análise da imagem publicada no jornal não está centrado na produção do artista ou no sentido que ele buscou expressar em seu trabalho e sim no interesse do Conselho Editorial do periódico em utilizar essa obra como recurso. Trata-se, portanto, de uma reapropriação de sentido, o que implicaria em analisar não apenas o que as editoras pretenderam transmitir aos seus leitores ao eleger essa imagem e não outra para compor sua matéria, como também questionar o olhar feminista analítico sobre ela. Até que ponto ele reproduz o sentido culturalmente disseminado e quando o transgride e transforma? Mais especificamente: até que ponto essa arraigada associação entre mulher e Natureza pode se tornar uma ferramenta subversiva de valores em *Mulherio*?

Ao analisar a matéria do jornal como um todo, texto e imagem unidos, dialogando entre si como recursos distintos e auxiliares de expressão humana, podemos conceber a imagem no periódico como uma nova obra, incorporada ao texto, moldurada pelo formato tabloide, produzida pelo Conselho Editorial de *Mulherio* e diferente, portanto, de suas produções e sentidos originais. A partir da perspectiva apresentada por Bosi (2006, p. 13), que considera uma criação artística qualquer atividade humana que transforma os recursos oferecidos pela natureza e pela cultura em nova forma, é possível compreender a matéria elaborada pelo jornal, ao conjugar texto e imagem, como uma obra própria de *Mulherio*. Sob essa perspectiva, a análise das duas formas de expressão elaboradas na matéria é essencial para a adequada compreensão de sua proposta.

A matéria é a tradução de um depoimento pessoal, originalmente publicado pela revista inglesa, *Spare Rib*. Ela narra, em primeira pessoa, a história de uma mulher feminista que sempre se preveniu de gravidez indesejada até o instante em que decidiu se tornar mãe de uma criança – o que, segundo ela, era diferente de querer exercer o papel social da maternidade.

No entanto, a depoente encontrou diversas dificuldades para atingir o seu objetivo, que se tornou uma obsessão de vários anos – alimentada pela esperança nas tecnologias

medicinais –, que era realizar aquilo que depois passou a acreditar ser o dever natural de toda mulher para ser considerada normal: a maternidade. Trata-se, sobretudo, de um conflito íntimo entre identificação ideológica feminista e valores culturais arraigados, aflorados com a angústia de não poder ter filhos, desencadeando uma crise de identidade pessoal de não se sentir mulher por se descobrir infértil, apesar do seu discernimento crítico feminista se opor à definição do sujeito mulher, exclusivamente pelo seu potencial reprodutivo.

As angústias narradas alcançavam desde a violência dos “doutores da Medicina” que a tratava meramente como um útero a ser regulado para voltar a funcionar de acordo com os desígnios da Natureza, até a negligência dos movimentos feministas que pouco abordavam a situação de mulheres que, como ela, em algum momento desejaram ter filhos e não puderam. Algumas das razões, propostas pela própria autora do texto, é que os feminismos estavam tão preocupados com a questão da escolha, pelo controle do próprio corpo, em superar o aprisionamento que a sociedade decretou à mulher por meio do papel da maternidade, tão concentradas em sua luta pela liberalização sexual através da eficácia dos recursos contraceptivos, que deixaram desacolhidas e sem amparo psicológico ou mesmo teórico, as mulheres que viviam o conflito de desejar obsessivamente a gravidez, apesar de serem feministas, e de não poderem engravidar, apesar de serem mulheres. O texto é ilustrado em destaque, com a seguinte imagem:

**Figura 12** - Obra *The Parchment Suite – Happy apocalypse*, de Hans Georg Rauch [s.d.] (Mulherio, 1982, ed. 9, p. 13)



Ilustração de Hans Georg Rauch

O jornal realmente aborda muito pouco a questão da infertilidade como problema a ser debatido pelos feminismos, se comparado aos outros temas discutidos no periódico. A questão da violência médica, a esterilização, o papel da maternidade e do planejamento familiar são temas constantes, mas tal como salienta a crítica da autora depoente, os objetivos estavam mais centrados na questão da liberdade de escolha, em se desvincular de uma suposta sina inerente à natureza feminina pela maternidade e de buscar tratá-la como uma questão de opção individual que deveria receber, entretanto, a colaboração e responsabilidade coletiva para que a mulher não precisasse, ao se tornar mãe, anular-se enquanto indivíduo.

O que cabe aqui indagar é se os silêncios de fato constatados em *Mulherio* em relação à infertilidade feminina reflete nas entrelinhas a permanência do pensamento que era alvo de sua crítica. Afinal, tratar excepcionalmente o tema da infertilidade não seria o mesmo que reafirmar a reprodução como o destino natural das mulheres? Quais seriam os critérios, as

intenções, os limites ou os potenciais alcançados pelo pensamento crítico feminista do jornal ao selecionar, justamente essa gravura de Rauch, que alude o ato de um parto sem vida, doloroso, de uma terra seca e infértil com forma humana e feminina para dialogar com um texto excepcional em relação a sua linha editorial? Quais sentidos foram buscados naquele momento e que sentido é possível empreender ao analisar esse conjunto linguístico entre texto e imagem a partir dessas prerrogativas contextuais?

A gravura utilizada por *Mulherio*, como obra de Rauch, pode ser considerada parte de uma produção maior cuja associação entre mulher e Natureza são bastante comuns. Os trabalhos do artista tiveram forte expressão nos movimentos sociais nos períodos de 1970/80, o que lhe rendeu, no período, uma premiação pelo projeto *Heinrich Zille*, de crítica social, bem como várias exposições dos seus trabalhos nos Estados Unidos e em vários países do continente europeu<sup>38</sup>. Em uma entrevista, o artista deixa claro a sua inclinação em associar natureza e mulheres em suas obras:

Em muitas das minhas pinturas é possível ver uma parte do horizonte. Esta linha divisória entre a terra ou a água e o céu simboliza para mim a distância e a saudade ou a curiosidade em descobrir o que está além [...] Eu pinto o que vejo à minha volta e o que encontro em mim mesmo. Ao simplesmente mover a cabeça uma ou duas polegadas é possível que a paisagem de curvas de mulheres ou vales se transformem completamente.<sup>39</sup> (tradução minha)

As representações antropomórficas utilizadas pelo artista possuem genealogias antigas e são bastante comuns na cultura ocidental, que por longo tempo buscou identificar a Natureza como uma entidade feminina e, assim como a mulher, deveria ser descoberta, possuída e dominada pelo homem. Segundo Sedrez:

Assim como a virgem grávida, a figura da mãe e da donzela dominam as descrições sobre natureza, numa mimese das hierarquias sexuais [...]. Homem e Natureza podem, por exemplo, ser unidos em harmonia, como num matrimônio. Ou, numa metáfora alternativa, a Natureza é uma fêmea caprichosa, ciumenta de seus segredos, que devem ser descobertos através da incessante, impiedosa e, por que não, violenta investigação científica. Francis Bacon, considerado um dos fundadores da ciência moderna, desenvolve esta imagem com ênfase, em uma passagem famosa, que compara o método científico a uma penetração forçada da Natureza: “Nem deve um homem ter escrúpulos de entrar e penetrar nestes buracos e ângulos [da natureza], quando a inquisição da verdade é seu [único] objetivo”. (2012, p. 267).

<sup>38</sup> <<http://www.georgrauch.com/>> acesso em: 20.07.2014.

<sup>39</sup> <<http://www.georgrauch.com/index.php/bio>> acesso em: 20/07/2014.

Do mesmo modo, as associações do corpo reprodutivo feminino com a terra fértil é quase um arquetípico na cultura ocidental (idem, p. 265), muito embora essa conformação tenha sofrido variações no decorrer da História. Segundo Michelle Perrot:

As representações do corpo feminino, tal como as desenvolve a filosofia grega, por exemplo, assimilam-no a uma terra fria, seca, a uma zona passiva, que se submete, reproduz, mas não cria; que não produz nem acontecimento, nem história [...] O princípio da ação é o corpo masculino, o falo, o esperma que gera, o pneuma, o sopro criador. Cavernoso, oculto, matricial, o útero se subtrai. É um abismo sem fundo no qual o homem se esgota, deixa sua força e sua vida. (PERROT, 2003, p. 20).

As metáforas gregas apresentadas pela autora podem ser muito facilmente apropriadas ao sentido da imagem e do texto que a compõe: a mulher representada por seus órgãos reprodutivos, que apenas “reproduz, mas não cria” – o que dizer daquela que está incapaz de reproduzir? – tal qual uma “terra fria” e “seca” à espera do milagre da vida, sempre exterior a si, pelo princípio masculino – ou pelo recurso medicinal a que recorreu desesperada, a depoente. Mas, embora as associações sejam possíveis, é imprescindível localizar o contexto em que as representações são produzidas e reapropriadas para uma melhor compreensão dos sentidos próprios que impregnam (ZERNER, 1988, p. 154).

A associação entre terra seca e útero infértil na figura metamorfoseada, ao ser inserida diante daquela narrativa na matéria de *Mulherio*, pode ser interpretada como a expressão do sofrimento gerado como um não cumprimento de uma “função natural”, tanto da terra quanto do útero. Pode também representar o desespero da Natureza que teria parido uma aberração estéril, anormal, disfuncional (no caso, a depoente, uma mulher infértil, inútil) ou poderia ser apenas um recurso metafórico para expressar a intensidade do sofrimento causado pela infertilidade e que não poderia ser abrangido apenas por palavras.

De todo o modo, há certamente um discernimento por parte das editoras em escolher uma imagem que dialogasse com o depoimento do texto e as suas emoções quando a depoente confessou que se sentia menos mulher pela impossibilidade de se tornar mãe. A própria terminologia linguística “infertilidade” pode evocar a ideia mental e arraigada de terras arenosas ou erosivas. Mas, é possível pensar também que a imagem tenha sido utilizada como um apelo crítico sobre os problemas decorrentes de se valorizar a mulher ou de concebê-la meramente como natureza reprodutora isenta de subjetividades, de humanidade. Muitas “revelações” são possíveis a partir do diálogo entre texto e imagem. É importante salientar

que, consciente ou não dessas possibilidades interpretativas, todas elas poderiam ter ocorrido tanto entre as editoras quanto no público de *Mulherio*.

Na edição posterior, a carta de uma leitora que se identifica com as angústias relatadas na matéria demonstra uma das possíveis recepções ocasionadas pela publicação do jornal. A “assistente social de São Paulo”, porque não queria se identificar e nem mesmo que a carta fosse publicada pelo constrangimento que sente em relação à própria infertilidade (mas teve o pedido ignorado embora o nome preservado porque o Conselho Editorial considerou seu depoimento de suma importância), apresenta na elaboração de seu texto as invocações que a matéria provocou através do processo de identificação:

Gostei muito de ler o artigo “Quero ser mãe”, publicado no n. 9. Realmente somos, desde bebês, criadas para a maternidade: nossos brinquedos, nossas bonecas, tudo converge para o “fim maior” da mulher: SER MÃE. Mas, ao depararmos com a infertilidade, nos dá a impressão de estarmos ocas, fazemos parte das mulheres que, como a terra estéril, nada mais resta a plantar, semear, colher. É tabu falar no assunto (...) O mais difícil é aceitar uma situação que nos torna diferentes. Fica em nós um misto de vergonha e medo de nos relacionarmos, de amarmos. Não quero que vocês publiquem isso: ainda tenho vergonha. Mas quero que saibam que a luta de muitas mulheres é aceitar sua condição. Lutar por um trabalho (nada fácil), pela aceitação e respeito dos outros. Querer ser “livre” é principalmente libertar-se dos imensos tabus e das correntes internas, inconscientes. Todas nós temos essa luta e vocês, mais uma vez eu digo, estão colaborando muito para isso. (...). (Mulherio, 1982, ed. 7, p. 8).

A carta escolhida para ser publicada em *Mulherio* é bastante reveladora. As supressões realizadas pelo periódico sugerem que ela foi um extenso depoimento pessoal encorajado pela matéria da edição anterior. Os trechos publicados certamente foram avaliados pelo Conselho Editorial como os de maior relevância para a publicação. Essa apropriação também faz da carta, portanto, uma fonte identificadora para a nossa proposta de análise.

A leitora, a princípio, fornece uma avaliação cultural sobre os anseios da mulher pela maternidade: desde crianças, as meninas são incentivadas a desejá-la através de seus brinquedos e brincadeiras e isso, conseqüentemente, as induzem ao desejo de se tornarem mães, como se isso fosse um destino certo, até que a sua própria natureza individual interrompe o percurso que desde cedo é incentivado. Esse é o motivo pelo qual ela sente dificuldades em ser “diferente”, por fugir à regra “natural” da vida. Talvez a percepção dessa diferença fosse em razão da identidade da mulher concebida por meio de uma perspectiva essencialista que se daria pela função sexual reprodutiva, ou talvez fosse em relação com as

peessoas férteis em geral, o que a inibiria de amar e se relacionar com algum parceiro fértil desejoso pela formação de uma família. As duas interpretações são cabíveis e não excludentes.

E assim, a simbologia da imagem utilizada na matéria é despertada: “ao depararmos com a infertilidade, nos dá a impressão de estarmos ocas, fazemos parte das mulheres que, como a terra estéril, nada mais resta a plantar, semear, colher”. Essa descrição metafórica parece invocada pela gravura e remete a uma acepção internalizada na leitora pelas usuais associações entre mulher e natureza em nossa sociedade, entre o útero e a terra, entre o seu papel comum reservado no mundo: conceber vidas.

No entanto, diante dos “desígnios” maiores que a sua vontade – a condição inata de seu próprio corpo –, coube-lhe apenas o lugar da aceitação, o que não era uma tarefa fácil, mas uma luta diária que ela define como a principal libertação das mulheres: a de se livrarem dos tabus e das correntes internas, inconscientes, que também foi um dos principais conflitos relatados pela depoente na matéria referenciada.

É interessante observar ainda como a leitora aponta qual a direção da luta para a aceitação da infertilidade: “a luta de muitas mulheres é aceitar sua condição. Lutar por um trabalho (nada fácil), pela aceitação e respeito dos outros” como se isso fosse a única saída que lhe restou, já que “fazemos parte das mulheres que, como a terra estéril, nada mais resta a plantar, semear, colher”. Ou seja, o que lhes resta está inteiramente ligado ao âmbito social do convívio e do trabalho já que a própria Natureza as rejeitou dos seus domínios, como se a natureza de seus corpos se limitassem exclusivamente à reprodução.

*Mulherio* estabelece uma valorização do potencial reprodutivo nas mulheres, mas de forma peculiar, principalmente quando ele é desvalorizado, como no caso do mercado de trabalho e a sua lógica de produção como vimos anteriormente, por exemplo. Mas, genericamente, a reprodução está condicionada no jornal à questão da escolha, da liberdade de se ter ou não filhos, o que não ocorre com a depoente e à leitora do jornal: elas não têm escolha e o periódico realmente carece desse tipo de abordagem, talvez como uma lacuna existente nos feminismos do período que a depoente da matéria critica.

Ela transcreve em seu testemunho a necessidade de amparo pelas feministas, de se sentir inclusa em suas pautas, pois enfatiza que as questões específicas das mulheres também lhe diz respeito apesar de sua condição estéril. Esse é um ponto que evidencia as

problemáticas em volta das perspectivas feministas que condicionam a identidade “mulher” baseada exclusivamente na diferença sexual e binária que se dá pelas “funções” inerentes aos órgãos reprodutores. O apelo da depoente em ser acolhida nos feminismos, e, principalmente, na identidade “mulher” se dá por meio dessa suplica:

A infertilidade não foi até agora encarada a sério pelo feminismo; todos os esforços foram dirigidos para o tema da “escolha”. Mulher liberada é aquela que controla seu corpo e sua vida, cuja vida é resultado de suas decisões. Mulheres inférteis não se encaixam nessa moldura [...] Ser infértil nunca me tornou insensível aos problemas das mulheres que fazem aborto: também passei pelo medo da gravidez não desejada – e por mais tempo do que o tempo que passei querendo engravidar. Assim, liguem-se a mim [...] Tratem-me como uma de vocês. Falem de suas crianças, de suas alegrias, seus ressentimentos, abortos, seja o que for. Se isso me causar dor, ajudem-me com a minha dor. Aceitem essa dor como sua, como uma dor de mulher. (Mulherio, 1982, ed. 7, p. 8).

A questão da escolha, uma bandeira tão popular entre as feministas, aquela levantada pelo direito de autonomia, de decisão, de apropriação do seu próprio corpo, finalmente alcançado por meio dos recursos tecnológicos dos laboratórios de contracepção, realmente não contempla a questão da esterilidade feminina. O corpo impõe o seu limite, a matéria se manifesta.

Os silêncios em volta da infertilidade, pelos feminismos, talvez fossem em razão de uma voz que não queriam ouvir naquele momento de regozijo pela conquista do domínio do corpo no controle da reprodução, porque essa voz falava justamente sobre os limites imputados pela natureza que se impõe pela fatalidade, não deixando escolhas a não ser a de aceitação. Uma condição experimentada há pouco pela fertilidade e que a criminalização do aborto impulsiona. As lembranças de um corpo “selvagem” e “indomável” como uma força inquebrantável da Natureza ainda eram muito recentes no imaginário coletivo, pois há apenas duas décadas que exerciam as experiências com as pílulas anticoncepcionais.

## CAPÍTULO 3

### O CORPO DO MULHERIO

#### 3.1 Corpos que sangram

A menstruação certamente é um campo instigante do imaginário humano sobre a natureza dos corpos ditos femininos. “Produto” exclusivo de uma engrenagem complexa do aparelho reprodutivo, o sangue menstrual, por si só, consegue provocar reações contraditórias como parte de uma rotina aguardada, ora com alívio ou entusiasmo ora com desgosto ou decepção, a depender das expectativas daqueles que, de certa forma, estão envolvidos com os “desígnios” esperados para aquele período.

Esse fluxo recorrente, parte do cotidiano de uma parcela significativa da população, seria algo natural ou um efeito civilizatório? Seria a menstruação saudável ou prejudicial para os corpos femininos? Poderia ser um indicativo de que tudo ocorre bem com o ciclo reprodutivo ou indicaria uma falha nesse processo? E, finalmente, quem poderia fornecer as respostas para essas perguntas? Marca indelével de uma conexão profunda da mulher com a Natureza, o sangue menstrual tem sido representado como o “outro lado”, o símbolo ou o resultado daquilo que não ocorreu do que se é esperado que aconteça como função primordial da vida, a reprodução de si mesma. Desta forma, o ciclo que se encerra com alguns dias de sangramentos vaginais tem sido culturalmente percebido como um episódio, sobretudo negativo, relacionado à morte, o oposto da vida, à impureza, como é apresentado pelo Tratado Nidá, do Talmud Torá (CHAHON, 1982), que baseia o livro de Levíticos na Bíblia, ou, mais recentemente, como uma falha de produção (MARTIN, 2006) ou ainda um efeito destrutivo do processo civilizatório da humanidade (COUTINHO, 1996).

Em *Mulherio* há claramente o objetivo de desconstruir esses valores culturalmente atribuídos ao que as páginas do periódico majoritariamente assinalava como a característica de uma natureza específica e, conseqüentemente, especial dos corpos das mulheres. Na busca pela desconstrução crítica das concepções negativas, pode-se afirmar, portanto, que o jornal revalorizava positivamente a menstruação enquanto característica exclusiva da natureza dos corpos femininos, tornando-a uma marca que identifica e singulariza o grupo, assim como também legitima as suas demandas. Nesse sentido, os paradoxos feministas se tornam evidentes na medida em que a diferença sexual baseada em uma natureza dada e caracterizada

como “feminina” é assumida para, ao mesmo tempo, ser questionada em seus atributos socialmente constituídos.

É o que ocorre, por exemplo, quando em sua terceira edição, reproduzem a tradução de um texto<sup>40</sup> intitulado no periódico como *Irmãos de Sangue*. Trata-se de uma alusão fictícia sobre a menstruação, caso ela fosse uma característica exclusivamente masculina e, de forma sátira, convida-nos a refletir como os valores são socialmente empregados à natureza das coisas a depender daqueles que as possuem, se homem ou mulher:

O que aconteceria se, de repente, menstruar se tornasse uma característica unicamente masculina? A resposta é quase óbvia: a menstruação passaria a ser invejada, comemorada como os eventos que despertam orgulho na família. Os homens não se inibiriam em fazer alardes sobre duração e volume. Os meninos, por sua vez, marcariam a vinda do primeiro ciclo como prova concreta de masculinidade – o que merece ritos religiosos, festas de iniciação sexual. (Mulherio, 1981, ed. 3 p. 11)

E, a partir dessa linha de raciocínio, elabora como cada grupo social e suas respectivas crenças ou ideologias lidaria com esse fato natural muito bem estimado nos homens justamente por ser uma característica por eles emanada:

Militares, políticos de direita e religiosos conservadores usariam a menstruação como prova de que somente os homens se habilitariam a servir ao Exército (“quem dá sangue pode tirar sangue” é uma sugestão de slogan), a ocupar cargos políticos (como as mulheres poderiam ser agressivas sem aquele ciclo governado pelo planeta marte?), a cumprir funções na Igreja (como poderia a mulher dar seu sangue por nossos pecados?)  
Políticos de esquerda, homens radicais insistiriam na condição de igualdade da mulher. Com algumas condições: as mulheres teriam que encontrar uma forma de “sangrar” todos os meses, atendendo ao preceito de que é preciso dar sangue para a revolução, além de reconhecer a importância da matéria “menstruação”. (Idem.)

No trecho acima é interessante observar como a importância das pautas específicas é colocada. Um atributo que seria essencialmente masculino, a menstruação, é utilizado pelos mais diferenciados setores para excluir as mulheres de seus espaços de atuação. E até mesmo os homens revolucionários de esquerda – internalizados com os valores superestimados que a cultura forneceu à natureza de seus corpos, pois era preciso “reconhecer a importância da matéria ‘menstruação’” –, apesar de concordarem com a igualdade entre homens e mulheres, exigiriam delas uma equidade literal que deveria ser alcançada a qualquer custo, pois se

---

<sup>40</sup> De acordo com as referências do jornal, o texto teria sido publicado originalmente na revista *Ms* e reproduzido no boletim *Revolutionary & Radical feminist*. s.d.

quisessem estar entre “iguais” deveriam, assim como os homens, sangrar de alguma forma, a partir de algum subterfúgio que lhes permitissem adequar-se a um meio criado apenas para abrigar e valorizar a natureza dos corpos masculinos.

Essa crítica aos “homens revolucionários” é especialmente interessante, porque parece tocar propositadamente nas contendas existentes entre os grupos de ideologias de esquerda, que buscavam minar as diferenças identitárias a fim de englobar a todos em uma luta revolucionária maior e geral, com os movimentos que se pautavam justamente em demandas específicas, como é o caso das feministas (CASADEI, 2009, p. 3). A crítica que parece destinada por esta ideologia àquela de esquerda é de que ela condiciona a igualdade entre mulheres e homens a um modelo padrão de comportamento e de conduta que deve ser seguido por todos, um modelo que seria, no entanto, essencialmente masculino. Em outras palavras, de acordo com o texto satírico do jornal, as mulheres só poderiam alcançar a igualdade entre os homens na medida em que pudessem esquecer que eram mulheres e tentassem, de alguma forma, sangrar os seus corpos, assim como os homens naturalmente sangravam.

Essa ideia de perda da identidade da mulher ou de suas demandas e interesses dentro dos movimentos de esquerda, caricaturadas como “ortodoxas” (SARTI, 1988, p. 45), como já vimos, foi um dos principais fundamentos que justificava a necessidade das pautas específicas feministas, especialmente no período de redemocratização no Brasil. Esses movimentos mais “ortodoxos” pareciam, para os feminismos, incapazes ou mesmo desinteressados em abranger as necessidades próprias das mulheres, como se exigissem delas o esquecimento de si mesmas e de seus problemas em nome de algo maior e, por isso, abstrato, longe de seu alcance e de sua realidade, tal como sugere o depoimento de uma carta redigida por uma militante da *Frente Feminista de Fortaleza* ao jornal:

Eu, como tantas outras mulheres, cheguei ao movimento feminista oriunda dos movimentos políticos mais gerais. [...] Era como se no meu armário o tempo todo tivesse à minha disposição uma linda roupa colorida com poderes de me fazer amar a vida, a natureza e ao próximo, sem perder a minha identidade de mulher e eu preferisse optar por uma velha roupa cinzenta com uma enorme cruz pregada nas costas, em nome de uma vida, um amor e um futuro não muito próximos e com uma identidade assexuada. [...] Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância política substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram sua sexualidade em alguma página solta do “Capital?” [...] Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, ser feliz e alegres com a mesma intensidade que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher sexo feminino e não de uma triste militância assexuada. (Mulherio, 1981, ed. 3, p. 2)

Está claro, portanto, a ênfase na valorização do sujeito mulher a partir de princípios que buscam transcender a “política tradicional” ao trazer o pessoal, relegado ao privado, para o campo público, tornando-o também um tema político. Por meio desta perspectiva, a militância política fornecida pelas “esquerdas ortodoxas” seriam incapazes de abranger a própria vida e a sua complexidade. Mas, a vida em si, como natureza que pulsa, que proporciona as emoções de amor, alegria ou tristeza, que fornece aos seres uma natureza que os identifica e singulariza como indivíduo ou grupo, poderia e deveria ser vivenciada, discutida e apreciada em terreno público ou de forma politizada.

É deste modo que podemos compreender os valores empregados pelo periódico à menstruação. Como uma natureza que é dada, mas socialmente valorizada pelos âmbitos da religião, da cultura e das ciências, todas imbuídas de elementos políticos capazes de legitimar a organização social. Desta feita, o fundamento valorativo do jornal não incide sobre o que é a mulher ou o que a define e sim em revalorizar essa essência a partir de princípios e valores feministas.

No entanto, as concepções sobre menstruação, em *Mulherio*, não podem ser explicadas apenas pelos objetivos de revalorizar positivamente a identidade das mulheres individualmente e como grupo. Parecia haver também, por parte do periódico, uma preocupação com as investidas médicas em conceber o fluxo menstrual como um novo “problema” no corpo das mulheres a ser diagnosticado e controlado pelos saberes e práticas medicinais.

A menstruação ganhava maior notabilidade, nesse período, em parte devido às novas necessidades geradas pela inserção cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, das mudanças percebidas nesse ambiente<sup>41</sup>e, em parte, como conseqüências geradas pelo uso dos contraceptivos hormonais que, ao inibir a ovulação, parecia tornar no mínimo questionável a necessidade dos sangramentos mensais.

Um dos temas prediletos nos últimos tempos vem sendo a Tensão Pré-Menstrual (...) Essa tal de TPM (pois é, já ganhou até sigla) só entrou em cena, não em função do bem-estar das mulheres, mas porque nos Estados Unidos se constatou um prejuízo anual da ordem de 5 milhões de dólares atribuído à queda de produtividade das mulheres que, durante dez dias num mês, apresentam sintomas que as impedem de trabalhar normalmente. (Mulherio, 1984, ed. 19, p. 16).

---

<sup>41</sup> Assim como aumentou também a procura por novos produtos que pudessem contribuir com essa nova rotina, como o uso cada vez mais frequente de absorventes íntimos descartáveis, em vez das toalhas de tecido reaproveitáveis (Mulherio, 1984, ed. 19, p.16).

Nesse sentido, o texto fornece uma crítica às intervenções médicas para resolver a questão, que parecia tratar o ciclo menstrual como se fosse um problema e não uma característica própria da natureza feminina:

Ou seja, agora existe uma investida para tratar (em termos médicos) de sintomas que têm que desaparecer. Não se trata, portanto, de reconhecer um período em que a mulher passa por alterações físicas a serem respeitadas, em termos de atividade e alimentação. (Idem)

Nesse texto do jornal, é possível perceber a importância sobre a valorização das características inerentes a uma natureza singular feminina, de assumi-la e evidenciá-la como pauta específica, pois a crítica incide justamente nas tentativas dos saberes médicos em atender às necessidades lucrativas do mercado, ou seja, uma adequação dos corpos femininos às lógicas de produção, em vez de promover uma mudança ou uma abertura desse espaço para receber os corpos das mulheres, tais como são, com as suas demandas e peculiaridades. *Mulherio*, entretanto, também ponderava acerca dos obstáculos a serem enfrentados em busca dessas transformações:

É evidente que assumir a menstruação como uma especificidade feminina implica também em problemas. Se as mulheres exigem alguma legislação protecionista, ai delas! Mais um motivo para a discriminação no trabalho. (Idem)

Essa observação no periódico particularmente indica as dificuldades inerentes às pautas específicas feministas – aqui compreendidas como paradoxais, por buscar a *igualdade* pela *diferença* –, em inserir as mulheres, enquanto sexo feminino, em um meio pensado e arquitetado apenas para abrigar e compreender como indivíduos aqueles que detinham potenciais caracterizados como masculinos. Esse pensamento corrobora com os apontamentos de Scott, quando afirma que “as feministas só tiveram paradoxos a oferecer [...], porque o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade” (2002, p. 29).

A partir dessa concepção, ou as mulheres teriam que “esquecer” suas peculiaridades e adaptar-se como bem podiam ao modelo padrão aceito, qual seja, o corpo “masculino” – e se acaso não o fizessem estariam legitimando teses antigas que excluía as mulheres do espaço público em razão de uma natureza inepta para tais fins –, ou teriam de assumir um corpo com necessidades próprias, sobre as quais toda uma estrutura vigente teria de readequar-se para recepcioná-lo. *Mulherio*, parece claro, opta pela valorização da natureza dos corpos

femininos, mas, ao mesmo tempo, evidencia uma necessidade de controlar essa mesma natureza através de artefatos humanos, como os recursos utilizados para a contracepção.

É possível encontrar, portanto, no mesmo jornal, posicionamentos feministas reticentes quanto às demandas específicas, que caracterizam o perfil próprio de *Mulherio*. Notoriamente, ocupavam menor espaço no periódico e as suas rugas com as demandas específicas se pautavam na compreensão de que excediam em suas solicitações protecionistas, em nome de uma natureza feminina que, em muitos aspectos e, por longo tempo, foi motivo de restrição à sua liberdade ao espaço público, como é o caso desse texto que critica um projeto de ampliação para seis meses o prazo da licença maternidade, pois ele também traria uma discriminação maior da mão de obra feminina que, sob tal perspectiva, deveria adequar-se, portanto, às exigências do mercado de trabalho:

(...) já se constatou que muitas medidas de proteção ao trabalho da mulher acabam provocando um recrudescimento na discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, o que dizer de uma proposta que dobra o período de ausência da empregada por ocasião do parto? Finalmente, quem vai pagar essa conta? (Mulherio, 1985, ed. 23, p. 20).

Entretanto, de forma geral, como mecanismo para legitimar as suas demandas e valorizar-se como sujeito, com uma identidade específica, como indivíduo ou como grupo, o que observamos, com maior evidência em *Mulherio*, é a busca pela valorização do que a distingue e define como mulher. Por se tratar de uma concepção intrinsecamente paradoxal, esses valores culminam em uma relação bastante complexa e conflituosa com uma Natureza, que ora buscavam dominar por meio dos métodos contraceptivos e a legalização do aborto, ora buscavam simplesmente aceitá-la, como observamos os valores empregados pelo periódico à menstruação. Não aleatoriamente, é justamente com uma tribo indígena que, supõe-se, estariam em maior harmonia com a Natureza, que *Mulherio* esboça uma comparação em relação às mulheres que menstruam nas cidades:

Quando ficam menstruadas, as índias bororo trocam a faixa marrom com que recobrem a vulva por uma faixa preta. E usam um tipo de absorvente de fibras vegetais macias. Nesse período deixam de realizar algumas atividades, como fazer cerâmica, e descansam mais.

As brasileiras das cidades tratam de grudar seus absorventes nas calcinhas e ajeitá-los bem para que a menstruação não seja notada. E, se trabalham fora de casa, tratam de trabalhar normalmente como se nada estivesse acontecendo (Mulherio, 1984, ed. 19, p. 16).

A comparação entre as índias bororo e as brasileiras da cidade, perante a menstruação, parece propositadamente gritante no texto: enquanto as primeiras avisam para toda a tribo a chegada de seu fluxo menstrual, trocando a faixa marrom pela preta (aceitação e valorização de sua própria natureza), as outras lutam para que ele não seja percebido (adequação do corpo para adentrar em um ambiente que desconsidera suas características naturais). Enquanto as bororos se permitem algum descanso, as da cidade tratam de “trabalhar normalmente” – ainda que nos EUA se tenha percebido que as mulheres decaem em sua produtividade “naqueles dias”. Enquanto as índias, enfim, utilizam de “absorventes de fibras vegetais macias” as brasileiras tratam de grudar os seus nas calcinhas. Absorventes esses que “são formados de plástico molinho e aquecem tudo lá embaixo, favorecendo a reprodução de germes, produzindo um cheiro estranho” (idem).

A crítica, como se vê, transpassa o mercado de trabalho e atinge também o mercado consumidor, que parece atento às necessidades higiênicas e produtivas da “mulher moderna”. Para *Mulherio*, toda uma conjuntura parecia trabalhar para que a menstruação fosse vista como algo essencialmente negativo, sujo, uma verdadeira mancha na vida das mulheres, ao menos assim parecem compreendidas pelo periódico algumas propagandas de absorventes íntimos:

Apresentados nas páginas de revista e na televisão, fazem desaparecer nossa proverbial sujeira, devolvem nossa pureza perdida, porque com eles podemos usar roupas imaculadamente brancas. Nos anúncios predominam o branco e o azul e – reparem só – não há nenhum tom avermelhado. (Até mesmo naquele comercial que mostra o quanto o absorvente absorve, lembram?) (Idem)

No entanto, para o desinteresse das indústrias de absorventes descartáveis, havia também pesquisas médicas que questionavam a necessidade regular da menstruação em uma sociedade que pode controlar sua fertilidade e planejar o período em que se deseja ter filhos. E havia, inclusive, estudos que entendiam a menstruação não apenas como uma “falha na produção” do objetivo primordial da Natureza em relação à espécie, que seria a reprodução (MARTIN, 2006, p. 76), mas como um efeito destrutivo para os corpos das mulheres causado pelo processo civilizatório da humanidade.

Em, *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução* (2006), Emily Martin busca enfatizar, por meio do estudo de manuais de medicina, da década de 1980, nos EUA, como a utilização de metáforas atribuídas pelos saberes médicos, ao funcionamento do aparelho reprodutivo feminino, podem desencadear, em muitos aspectos, projeções negativas

aos corpos das mulheres e, conseqüentemente, sobre si mesmas. Segundo a autora, o modelo pautado nesses discursos é a construção simbólica do corpo, de acordo com a ideia de uma sociedade industrial e o seu ritmo de produção. Desta feita, o corpo é representado como um “pequeno negócio que tenta economizar, gastar ou balancear suas contas” em razão de objetivos bastantes específicos, no caso da mulher, a reprodução da espécie (MARTIN, 2006, p. 78).

Por essas razões, de acordo com Martin, há uma recorrência nos textos médicos em descrever a menstruação como um fator essencialmente negativo, pois, se a reprodução é a forma de produção esperada da “máquina”, torna-se compreensível que o sangramento menstrual seja descrito como uma falha nessa produção:

Vamos examinar como os livros didáticos de medicina descrevem a menstruação. Eles veem a ação da progesterona e do estrogênio no revestimento do útero como sendo “idealmente adequada para fornecer um ambiente hospitaleiro para a implantação e sobrevivência do embrião” [...] “o único propósito de todas essas mudanças endométricas é produzir um endométrio com alta capacidade de secreção contendo grandes quantidades armazenadas de nutrientes que podem oferecer as condições adequadas para a implantação do óvulo fertilizado [...]”. Dada essa interpretação teleológica do objetivo do aumento da quantidade de tecido endométrico, não é de se surpreender que, quando um óvulo fertilizado não é implantado, esses textos descrevam o próximo evento em termos muito negativos. [...] “Se a fertilização e a gravidez não ocorrem, os níveis de estrogênio e progesterona decaem. À medida que os níveis destes hormônios diminuem e seus efeitos estimulantes desaparecem, os vasos sanguíneos do endométrio sofrem espasmos prolongados que reduzem o fluxo sanguíneo fornecido pelos vasos para a região do endométrio. A falta de sangue resultante provoca a degeneração dos tecidos na região. Depois de algum tempo, os vasos se descontraem, o que permite que o sangue circule de novo através deles. Os capilares da região, contudo, ficaram tão enfraquecidos que o sangue vaza através deles. Esse sangue e o tecido endométrico em deterioração são expelidos do útero, formando o ciclo menstrual (2006, p. 91-95) (grifos meus).

A fim de enfatizar de que se trata de uma alusão médica meramente interpretativa sobre as finalidades do corpo feminino, Martin compara as metáforas utilizadas para descrever a menstruação, como o uso da palavra “degeneração”, com os termos utilizados para descrever funções de outros órgãos que também tem os seus tecidos desprendidos do organismo, como é o caso do estômago, cujo acontecimento costuma ser descrito, por esses manuais, com a metáfora “renovação” (idem, p. 99).

Em relação a perspectivas médicas semelhantes às apontadas por Martin, em *Mulherio* há um texto referente a uma pesquisa realizada por Robert Short que compreende a

recorrência da menstruação nas mulheres contemporâneas como um distúrbio essencialmente prejudicial à saúde delas a longo prazo:

Roger Short da Universidade de Edimburgo, afirma que a menstruação, tal como é vivida hoje pelas mulheres, não é nada natural. Até uns duzentos anos atrás, segundo ele, a mulher começava a ovular bem mais tarde, lá pelos 18 anos de idade. As mulheres prolongavam o aleitamento como método anticonceptivo natural, o que provocava a amenorreia (ausência de regras) durante um longo tempo. Comparando com a situação de hoje, em que a mulher menstrua dos 13 até perto dos 50 anos, Short afirma que as mulheres não estão geneticamente adaptadas para enfrentar tanto sangramento. Assim, ele avalia as cólicas, mal-estares, depressão e tensão pré-menstrual como resultados diretos da “anormalidade” dos constantes ciclos menstruais. [...]

O câncer de mama e o câncer do colo do útero são apontados por Short como prováveis resultados dessa deformação biológica causada pelos novos costumes. (*Mulherio*, 1984, ed. 19, p. 17).

A visão de Short aproxima-se das perspectivas do médico brasileiro, Elsimar Coutinho, que, em 1996, publicou pela primeira vez o livro *Menstruação, uma sangria inútil*, que obteve várias edições no Brasil e em outros países, como os Estados Unidos (MANICA, 2011, p. 198). À semelhança de Short, Coutinho entende que a recorrência de ciclos menstruais na vida fértil de uma mulher não é um atributo da natureza de seus corpos e sim uma consequência degenerativa do processo civilizatório da humanidade que pode desencadear sérios problemas de saúde física e mental.

Muito embora a obra de Elsimar Coutinho tenha sido publicada uma década após o encerramento de *Mulherio*, as atividades em defesa dos anticoncepcionais pelo médico datam desde os anos 1970 (Manica, 2011, p. 198) e os seus estudos em volta da “artificialidade” da menstruação mensal decorrem a década de 1980. Portanto, apesar do periódico não ter a oportunidade cronológica para resenhar qualquer observação a essa obra específica de Coutinho, parecia acompanhar, por outro lado, as suas atuações profissionais, como é relatado numa pequena coluna em página dedicada a assuntos diversos com o título de *Menstruação já era*:

Aconteceu no XIV Congresso de Ginecologia e Obstetrícia, Recife, comecinho de novembro. Elsimar Coutinho – que nunca foi ginecologista e sequer sexólogo – falou na conferência de abertura que menstruação já era. Defendendo uma descoberta para tratamento da endometriose o doutor baiano, conhecido por aplicar contraceptivos injetáveis e implantes hormonais sub-cutâneos sem que as mulheres sejam avisadas, vê grandes vantagens na amenorreia.

No mesmo Congresso, o dr. Ayrton de Andrea Filho, numa mesa graciosamente intitulada “Higiene e Menstruação” disse que o que falta no Brasil são duchas descartáveis para que as mulheres possam fazer sua higiene íntima evitando vaginites.

A gente fica sem saber se deseja boa sorte ao novo presidente da FEBRASGO (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia), Dr. Hans Halb, ou se diz pra ele ver se evita tanta misoginia disfarçada em terapêutica (Mulherio, 1985, ed. 23, p. 20) (grifos meus).

A visão negativa em relação às perspectivas de Coutinho, sobre o fim da menstruação no dito Congresso, podem ser percebidas nesse trecho do periódico. Além de demonstrar em sua linha editorial uma visão contrária à opinião do então pesquisador sobre o tema, as insinuações acerca de seu envolvimento com práticas de controle de natalidade invasivo, sem o conhecimento das mulheres, aparenta uma disposição para depreciar as investidas teóricas de Elsimar Coutinho que, juntamente ao Dr. Ayrton de Andrea Filho, são qualificadas pelo jornal como visões misóginas disfarçadas de “terapêutica”.

Para Coutinho, a recorrência mensal da menstruação seria o resultado de ciclos possivelmente férteis não fecundados e, portanto, uma inutilidade em relação aos *propósitos* da Natureza, que teria fornecido, como finalidade primordial para a sexualidade, a reprodução biológica para a perpetuação da espécie. Deste modo, quando a sociedade interveio sobre esse processo reprodutivo, no decorrer do processo civilizatório ao utilizar, por exemplo, métodos contraceptivos como o coito interrompido, o celibato, dentre outras práticas sexuais, acabou por gerar o fenômeno – essencialmente negativo – dos sangramentos mensais. De acordo com a sua perspectiva, a economia reprodutiva da civilização teria produzido o sangue menstrual, ao contrário da economia reprodutiva da Natureza, cujo *produto* esperado é sempre a descendência biológica (COUTINHO apud MANICA, 2011, p. 212).

Ou seja, para o médico, o estado natural do corpo feminino seria o da gravidez e o do aleitamento – situações que naturalmente inibem a ovulação e, conseqüentemente, provocam a amenorreia que, por sua vez, evita os “males” causados pelos sangramentos das menstruações sucessivas, no decorrer da vida reprodutiva das mulheres. Segundo o autor:

O insucesso reprodutivo que leva à menstruação pode ser o resultado da ausência de coito, coito interrompido, coito com homem infértil, presença de obstáculos no trajeto dos gametas, falhas na fertilização, falhas na embriogênese, falhas na implantação do embrião, defeito de desenvolvimento do embrião ou sua rejeição imunológica. Em outras palavras, a menstruação só ocorre quando não há fecundação ou quando um ovo fecundado não vinga. A repetição do fenômeno ocorrerá sempre que as mulheres forem inférteis ou se abstiverem voluntária ou involuntariamente de manter contato sexual com os homens ou tiverem relações apenas com homens naturalmente inférteis ou, sendo férteis, tiverem recorrido a métodos artificiais de contracepção (COUTINHO apud MANICA, 2011, p. 211). (Grifos meus).

É interessante observar, nas palavras de Coutinho, as metáforas apontadas por Martin, frequentemente utilizadas nos manuais de medicina. De forma bastante clara, é possível visualizar, no decorrer do texto, que o fluxo menstrual é consequência de uma falha no processo de produção da máquina, obtendo a menstruação como um resultado negativo do seu “insucesso reprodutivo”. Para Martin, essa interpretação, que fornece um valor negativo a um fator cotidiano na vida das mulheres, é prejudicial para a valorização de seus corpos e, por esta razão, a autora opõe-se, efetivamente, a essa percepção, alegando que não vê nenhuma razão “para que o sangue menstrual em si não pudesse ser considerado um ‘produto’ desejado do ciclo da mulher, exceto quando ela tem a intenção de engravidar” (MARTIN, 2006, p. 103).

Coutinho opunha-se a essa visão. Médico e fabricante de uma linha de anticoncepcionais que evita justamente a ocorrência dos sangramentos mensais nas mulheres, ao apresentar uma percepção negativa sobre a menstruação, conseqüentemente, oferece uma perspectiva favorável aos efeitos do seu produto em meio ao vasto e competitivo mercado dos métodos contraceptivos. De acordo com Manica, a produção e efeitos do seu medicamento estão intrinsecamente ligados à sua visão sobre o fluxo menstrual:

A elcometrina é um dos principais contraceptivos recomendados e implantados em suas pacientes em clínicas e consultórios particulares, e foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas nos laboratórios de Coutinho em Salvador. O nome da substância forma um anagrama com as primeiras letras do nome completo de Coutinho (seu nome do meio é Metzker). O envolvimento de Elsimar Coutinho com a pesquisa, divulgação e comercialização de contraceptivos hormonais, como evidencia essa recorrência à substância desenvolvida em seus laboratórios, é fundamental para entender as conexões entre os seus argumentos sobre menstruação e natureza a sua prática profissional (2011, p. 216).

No entanto, uma visão mais favorável para o fluxo menstrual também encontrava adeptos em uma parcela significativa de médicos cientistas. Segundo Gladwell, isso seria,

inclusive, o principal fator de influência na configuração da pílula anticoncepcional de uso mais conhecido – aquele que contém uma cartela com vinte e uma pílulas para uso diário seguido por sete dias de pausa – justamente para provocar um sangramento semelhante à menstruação e fornecer, portanto, uma maneira mais natural de fazer a contracepção.<sup>42</sup> De acordo com a autora, John Rock, o principal responsável por esse formato de contraceptivo, era um médico católico e desejava que esse método obtivesse a aprovação do Papa para o uso dos anticoncepcionais, sob a justificativa de que seriam hormônios que não perturbavam o “ciclo natural da mulher” e, portanto, um recurso mais adequado para aquelas que não desejassem engravidar (GLADWELL apud MANICA, 2003, p. 12).

Para algumas autoras, haveria ainda outros interesses para que a “mimetização da menstruação” (NUCCI, 2012, p. 130) ocorresse em mulheres que optavam pelos contraceptivos hormonais. Muito embora o conhecimento sobre os hormônios sintéticos que impedem a ovulação fossem conhecidos desde a década de 1930, apenas ao final da década de 1950, com o fenômeno *baby boom* (que desencadeou maior preocupação com a explosão demográfica tanto nos EUA quanto no continente europeu do pós-guerra), que ocorreu um maior interesse político e da indústria farmacológica em desenvolver e disseminar a necessidade de utilização de fórmulas contraceptivas hormonais (OUDSHORORN apud NUCCI, 2012, p. 130).

Nos Estados Unidos, entretanto, havia uma legislação que proibia a distribuição de informações sobre contraceptivos pelo país, que permaneceu em vigor até 1960. Então, para que conseguissem a aprovação pelo FDA<sup>43</sup>, as primeiras pílulas foram registradas não como contraceptivos, mas como medicamentos com a finalidade de regular e de tratar as “desordens” da menstruação. Ou seja, como uma manobra política que visava os interesses em volta do controle da natalidade. Nas palavras de Nucci:

É curioso notar que, devido a questões políticas, a “regulação” do ciclo menstrual através do uso da pílula foi, inclusive, a primeira indicação clínica na época de seu lançamento. Uma vez que em 1957 era ainda proibida por lei a divulgação de informações sobre contracepção nos Estados Unidos, o FDA primeiramente aprovou a pílula não como um contraceptivo, mas como um medicamento para tratar desordens da menstruação. O “efeito colateral” de contracepção, entretanto, era divulgado nas entrelinhas, já sendo amplamente conhecido até 1960, quando o FDA finalmente aprovou a pílula em seu uso contraceptivo. (2012, p. 132).

---

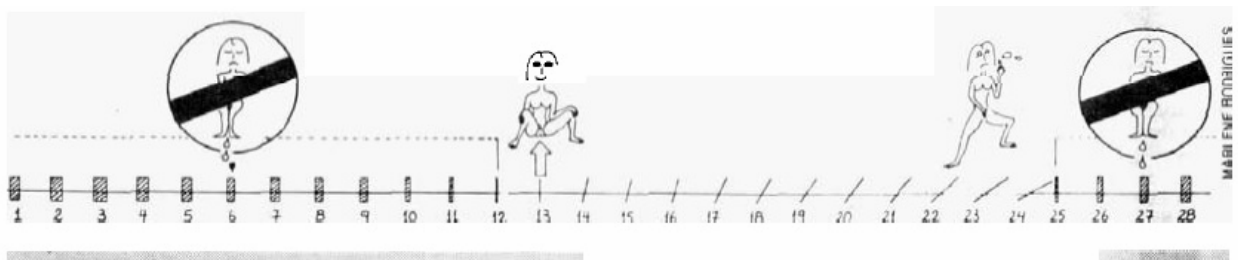
<sup>42</sup> O sangramento mensal em mulheres que se utilizam de contraceptivos hormonais não é considerado como fluxo menstrual ou, pelo menos, não é desencadeado pelos mesmos fatores que proporcionam a menstruação e, por essas razões, é tecnicamente chamado de “sangramento por privação” (NUCCI, 2012, p. 132).

<sup>43</sup> *Food and Drug Administration*.

Por meio desta perspectiva, foi possível que Nelly Oudshoorn, em *Beyond the Natural body: an acherlogy of sex hormones* (1994), cogitasse possíveis motivações para que Gregory Pincus e sua equipe estipulassem naquele momento um ciclo menstrual “padrão” para as mulheres, o de 28 dias. Uma escolha arbitrária, segundo a autora, porque havia outras possibilidades disponíveis. Para Oudshoorn, a ideia de fixar um ciclo menstrual como modelo sugere a tentativa de se estabelecer uma normalidade entre as mulheres a partir da similaridade de seus fluxos menstruais. Assim, aquelas que percebessem o seu fluxo mensal em dissonância com o padrão estabelecido por Pincus conseguiriam, por meio das pílulas hormonais contraceptivas, regular as “desordens” de seu ciclo menstrual. Para a autora, esses medicamentos hormonais eram uma espécie de “drogas em busca de doenças” (apud NUCCI, 2012, p. 131).

Em referência ao modelo estabelecido por Pincus, sobre o ciclo menstrual, é possível encontrar em *Mulherio* a imagem figurativa de uma tabelinha que, de certa forma, parece satirizar a disponibilidade sexual da mulher de acordo com a ausência do risco de menstruação calculado através do ciclo de 28 dias:

**Figura 13** - Tabela sobre disponibilidade sexual segundo ciclo menstrual de 28 dias (Mulherio, 1984, ed. 19, p. 18)



Ao que tudo indica, para eliminar a ideia pejorativa em volta da menstruação, de seu ideário antigo de impureza ou de sujeira, o jornal também parecia incentivar os casais a manter relações sexuais durante o período menstrual. Na última página da edição 18, são publicados dois contos breves em que se narra a aventura que seria fazer um sexo menstruada. Nesse trecho, especificamente, a menstruação é apresentada como uma essência da mulher que anuncia o bom funcionamento do seu corpo feminino:

Não quero nem pensar. [...] Claro que fico constrangida. Por reflexo, por cansaço de saber que esse sangue vivo repulsa. E de já tão acostumada a pedir desculpas por ter um organismo fêmeo funcionando por inteiro, prefiro me esconder por trás de uma fadiga ou de um mal entendido, negando para nós dois o direito de acrescentar na história mais uma ocasião especial.

Sensível, ele perscrutará lá dentro esses meus pruridos [...] Ficarei tão feliz que me permitirei a extravagâncias e, aproveitando essa tinta vermelha feita pela natureza, pintarei molecagens nas nossas coxas, braços, barrigas e no rosto, fazendo inveja a todo mundo que acha que isso é brincadeira de mau gosto. (Mulherio, 1984, ed. 18, p. 24).

É importante atentar-se para a valorização da menstruação como prova de que “um organismo fêmeo” estaria “*funcionando por inteiro*”. Esta conotação, além de caracterizar a mulher a partir de seus órgãos reprodutivos, parece concordar que há uma utilidade para o corpo feminino e que esta finalidade estaria justamente em seu potencial de reproduzir vidas. Essa visão certamente remete os discursos feministas a um paradoxo, cuja complexidade está no centro do debate, em que as concepções em volta da menstruação são apenas um indício dos conflitos valorativos em volta de uma natureza específica como marca definidora do sujeito mulher.

### 3.2 Concepções de contracepções

Os debates em volta das políticas de contracepção, encaradas pelos feminismos como fonte de autonomia feminina em busca dos “direitos reprodutivos”, certamente se apresenta como um dos mecanismos mais elucidativos para analisar a questão dos valores paradoxais encontrados nos discursos feministas em *Mulherio* sobre os corpos das mulheres. De certa forma, todos os capítulos e subcapítulos anteriores constituíram-se em uma espécie de caminho analítico acerca dos paradoxos feministas que, nesse último tópico, desencadeia uma questão simples, mas sistemática: ao possuírem o controle sobre a fertilidade de seus corpos do que, exatamente, as mulheres estariam se libertando?

Para tentar compreender o sistema que desencadeou essa questão é importante retomar o cenário no qual o corpo feminino, definido por seu potencial reprodutivo, encontrava-se no centro dos interesses políticos internacionais como peça chave para o desenvolvimento de mecanismos de controle populacional. Nesse sentido, esses mecanismos serão aqui simplificados por meio de três expressões que foram usualmente utilizadas no período em análise: “controle da natalidade”, “planejamento familiar” e “direitos reprodutivos”.

Como já foi visto de forma mais abrangente no primeiro tópico do capítulo 1, uma série de fatores contribuíram para que na segunda metade do século XX as ondas feministas, que se pautavam em temas em volta do corpo, do privado e da sexualidade pudessem emergir com maior potencial e se posicionar no centro do debate. A explosão demográfica a partir do pós-guerra, os movimentos culturais de contracultura, de militância política por pautas gerais ou específicas, de polaridades ideológicas e econômicas, de disputa político espacial, que culminou em vários golpes de Estado – especialmente nos países da América Latina, entre eles, o Brasil – foram todos fatores que convergiram para evidenciar que assuntos relegados ao privado não estavam e nem poderiam estar isentos de políticas intervencionistas.

Diante de tais conjunturas, é possível compreender que o slogan de maior destaque nesse período nas militâncias feministas tenha sido o de que “o pessoal também é político”. Esse contexto é, portanto, fundamental para analisar os rumos dos discursos feministas publicados em *Mulherio*, pois eles se constituem principalmente por meio de textos contestatórios às políticas brasileiras importadas, pensadas, ou mesmo criticadas pela oposição no que diz respeito às questões em volta da contracepção.

De acordo com Alvarenga e Schor (1998, p. 88), durante a década de 1980, até o início da década de 1990, houve no Brasil uma grande polaridade em volta das políticas de controle da reprodução por parte do Estado. De um lado, havia as propostas de “planejamento familiar” fundadas a partir de preceitos médicos e de políticas de saúde pública – orientada especialmente pelo Ministério da Saúde - com ampla participação de grupos organizados da sociedade civil<sup>44</sup>, que resultaram no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

No outro polo, concentravam-se as propostas de “controle da natalidade” que, por sua vez, bifurcavam sob dois aspectos distintos. De um lado, havia o posicionamento do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que defendia uma política demográfica e de segurança nacional, que pode ser entendida como a necessidade de preenchimento populacional em espaços ainda vazios no território brasileiro. Paralelamente, havia também as propostas do “Grupo de Parlamentares para o estudo da População e Desenvolvimento”, que desejava implantar um novo organismo, O Conselho Nacional de População e Desenvolvimento, supervisionado pelo presidente da República e composto por entidades privadas – como a

---

<sup>44</sup> Como as entidades feministas, sindicatos, entidades políticas e intelectuais, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e o Conselho da Condição feminina do interior de São Paulo (ALVARENGA E SCHOR, 1998, p. 92)

BENFAM – que receberiam recursos de entidades internacionais, desde que não interferissem diretamente na política populacional brasileira (Idem, p. 93).

Ainda de acordo com as autoras, essa polaridade acabaria apenas em 1994, quando houve a realização da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, realizada na cidade do Cairo, “onde os direitos reprodutivos e a questão de gênero ocupa lugar de destaque na definição dos pontos a serem enfocados” (Idem, p. 88). Esses apontamentos corroboram com a leitura do periódico que, notadamente, em todo o seu tempo de existência teve de atuar sob um contexto polêmico e conflituoso em relação a essa temática.

O cenário que se desenvolvia desde a década de 1960, no que diz respeito às políticas de controle populacional, aponta para uma preocupação latente sobre as consequências de uma explosão demográfica da população mundial, que alcançou desde os movimentos ecológicos aos de economistas, que observavam com alarde as consequências de um crescimento humano predatório e insustentável que causaria a falta de recursos tanto naturais quanto socioeconômicos para atender as suas demandas. Para esses grupos, as teses neomalthusianas pareciam muito atraentes para legitimar as políticas intervencionistas no controle da natalidade, especialmente nos países subdesenvolvidos, por meio de organizações internacionais, que seriam implantadas com o objetivo de auxiliar o “planejamento familiar”, visando, principalmente, as famílias de baixa renda (MARTINE, 2005, p. 260).

No Brasil, entretanto, os organismos internacionais que visavam a implantação de entidades para o controle da natalidade enfrentaram considerável resistência tanto da esquerda que os enxergavam como “imperialistas” desejosos de eliminar a pobreza através da eliminação dos pobres (WOITOWICZ, 2010, p. 4), quanto de uma boa parte do governo militar que via no crescimento populacional uma forma de ocupação estratégica para os territórios ainda pouco habitados no país (ALVARENGA e SCHOR, 1998). Ainda assim, muitas entidades internacionais conseguiram permissão para atuar em diversas regiões brasileiras, tanto pela ação efetiva de oferecer serviços de contracepção (desde a pílula gratuita a serviços de esterilização), quanto pelo apoio financeiro para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre crescimento demográfico e planejamento familiar. De acordo com Martine:

[...] os organismos internacionais que queriam influenciar a questão populacional no Brasil tiveram de optar por um de dois caminhos. A Usaid e o FNUAP (até a época do Cairo) terminaram se aliando quase exclusivamente às entidades que se dedicavam a promover o planejamento familiar e, por esse caminho, a redução da fecundidade. Outros, como a Fundação Ford, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o Population Council e a Fundação Rockefeller,

adotaram uma estratégia menos direta, que acabou sendo mais proveitosa para o Brasil. Resolveram estimular a formação de uma massa crítica de brasileiras e brasileiros [...] promoveram a capacitação de recursos humanos e a atividade científica, deixando que o melhor conhecimento da dinâmica demográfica – e não a postura neomalthusiana – levasse à devida consideração dos fatores demográficos do planejamento nacional (MARTINE, 2005, p. 261) (grifos meus).

É imprescindível observar que dentre os organismos internacionais interessados em influenciar a dinâmica populacional do Brasil, descrita por Martine, estava a Fundação Ford, principal patrocinadora de *Mulherio*, que subsidiou oficialmente o periódico desde a sua inauguração, em 1981, até a sua décima quinta edição, no ano de 1983. Essa observação é importante, porque invoca quais possíveis interesses teria a Fundação Ford em desenvolver pesquisas sobre planejamento demográfico no país ao mesmo tempo em que apoiava um jornal alternativo feminista, que buscava pela emancipação dos sujeitos mulheres na sociedade.

Problematizar quais as possíveis intenções da Fundação Ford em fornecer esses dois tipos de patrocínios pelo Brasil também permite indagar se eles estariam em consonância com os objetivos das Nações Unidas quando decidiu dedicar uma década mundial para as mulheres, subsidiando estudos e conferências com temáticas voltadas exclusivamente às demandas ditas femininas ao mesmo tempo em que atuava efetivamente em vários países, dentre eles, o Brasil, no controle da fertilidade por meio do Fundo das Nações Unidas para a População (idem, 2005, p. 263). Teria sido o apoio da ONU para a emancipação das mulheres uma estratégia política de controle da natalidade a partir de um controle da fertilidade dos corpos femininos? De todo o modo, parece pertinente observar que entidades interessadas em promover um *controle* sobre a reprodução humana estivessem, ao mesmo tempo, militando em favor da *libertação* das mulheres.

Não obstante, em 1985, na edição de número 20, *Mulherio* publica uma nota em forma de editorial em resposta às críticas recebidas pelos bastidores em que se alegava que o periódico se tornava partidário e contrário aos interesses de políticas de planejamento familiar. Essas críticas talvez não tivessem merecido respostas, pois, segundo o texto, chegaram às editoras em forma de fofoca. Mas elas afetaram o jornal a ponto de uma “agência” ter encerrado sua ajuda financeira a *Mulherio*, sob a seguinte justificativa transcrita no editorial:

As fofocas não ficaram apenas na questão partidária. Uma das agências que financiou *MULHERIO* suspendeu a verba e nos escreveu afirmando que foi com base em consultas a feministas brasileiras “cujos pontos de vista sobre planejamento familiar concordam com os nossos. Elas leram *MULHERIO* durante o tempo em que nós concedemos apoio a vocês e nos aconselharam nos seguintes termos: Que apesar de *MULHERIO* parecer favorável à possibilidade de escolha com relação ao aborto, sua voz sobre planejamento familiar é mais negativa do que positiva, refletindo pontos de vistas radicais que dizem que as tentativas de grupos locais no sentido de promover planejamento familiar no Brasil são politicamente inspirados em interesses externos” (Mulherio, 1985, ed. 20, p. 3) (grifos meus).

A primeira coisa que aparece de forma evidente no texto é que a agência patrocinadora era internacional, porque consultou “feministas *brasileiras* cujos pontos de vista sobre planejamento familiar concordam com *os nossos*”. E com apenas esse pequeno enunciado da carta publicado no periódico, é possível cogitar quais seriam os interesses da agência em ter patrocinado um jornal feminista: esperava-se que o periódico apresentasse um posicionamento cem por cento favorável às políticas referentes ao controle da fertilidade nas mulheres. No entanto, constataram que a voz de *Mulherio* era “mais negativa do que positiva” aos seus interesses e encerraram, portanto, as verbas destinadas ao jornal.

Ao responder às acusações, *Mulherio* apresenta-se como veículo aberto ao amplo debate, “porque se estamos deixando para trás uma ditadura militar, nossa melhor contribuição para que a transição realmente democrática se opere, é viver de práticas democráticas” (idem). E, de fato, o jornal abriu terreno para essa discussão colocando em evidência os interesses políticos em jogo justamente para demonstrar a legitimidade dos feminismos em atuar com as suas pautas específicas para as mulheres. Deste modo, encontra-se no jornal tanto discursos que seriam mais “positivos” aos interesses da antiga agência patrocinadora, quanto os mais “negativos” para ela. Essa matéria, por exemplo, poderia ser considerada mais “positiva”, de acordo com a agência, porque fornece uma crítica aos posicionamentos radicais das correntes de esquerda por serem contrárias às políticas públicas para o planejamento familiar:

A esquerda brada que o Estado e as instituições americanas querem resolver a pobreza diminuindo a fecundidade: aí estaria a “essência” das políticas de controle da natalidade. E, nessa linha, ser natalista passa a significar ser anti-imperialista, mesmo que se saiba que as razões do subdesenvolvimento são de outra ordem e que o controle da fecundidade não é capaz de resolvê-lo. [...]

Mas as oposições não se contentam em denunciar a intenção “perversa” do Estado. Elas atacam os programas de controle de natalidade com base no argumento de que o Estado exorbita de suas

funções ao interferir na esfera privada, naquilo que é competência de cada família [...] Ela não reclamaria, por exemplo, da distribuição de merenda escolar, alegando que esta é uma área de competência das famílias [...] A verdade é que as mesmas pessoas que são a favor do monopólio estatal do petróleo, do ensino público obrigatório, da Previdência Social, etc... são radicalmente contrárias à intervenção do governo no que diz respeito à fecundidade da população [...]

As correntes de esquerda proclamam que o Estado nacional seja reforçado e detenha os meios de produção para garantir maior igualdade. Entretanto, em matéria de natalidade, deve ficar ausente, deixando as mulheres presas às famílias e seus valores (Mulherio, 1982, ed. 8, p. 18).

A crítica no texto, além de evidenciar um “erro” na concepção de igualdade, vislumbrada pelas correntes de esquerda que não englobam em suas políticas as questões específicas do campo privado, demonstra também que o jornal não era contrário às políticas públicas para o controle da fecundidade, inclusive, a possibilidade desse controle era vista como um instrumento para a libertação das mulheres em relação aos valores tradicionais que as prendiam em suas famílias. Essa visão sobre o *controle* da fertilidade como mecanismo de *libertação* era comum no periódico:

Nós mulheres sentimos na própria carne que o controle da fertilidade é um dos elementos essenciais para nossa libertação. Sabemos também o quanto é difícil esse controle, seja pela inexistência de um método contraceptivo perfeitamente seguro e que não nos cause nenhum problema, seja pela extraordinária força dos interesses políticos e econômicos em jogo, atuando ora no sentido de nos coagir a ter filhos, ora no sentido de impedir-nos de tê-los. (Mulherio, 1981, ed. 3, p. 5).

No entanto, a necessidade de utilizar mecanismos de contracepção, para “libertar-se”, não isentava o jornal de fornecer críticas aos problemas decorrentes do uso de contraceptivos, como os efeitos nocivos à saúde e os interesses políticos e econômicos que poderiam estar por trás dos “generosos recursos”, em volta dos serviços de controle da reprodução (MARTINE, 2005, p. 260). Denúncias, realização de fóruns, cartas e matérias destinadas a discutir a saúde da mulher eram bastante comuns nas publicações de *Mulherio*, principalmente em volta dos efeitos danosos causados por contraceptivos hormonais e dos serviços indiscriminados de esterilização realizados, especialmente na população mais pobre e com pouca informação sobre métodos menos agressivos para o planejamento familiar.

É justamente por esse viés que o jornal evidencia a polaridade existente no governo acerca das políticas de controle populacional nesse período. Entre as possibilidades de um “controle da natalidade” ou de um “planejamento familiar”, *Mulherio* posiciona-se contrário a

qualquer política “controlista” e, nesse sentido, aproxima-se dos discursos da esquerda que anteriormente criticara sem, no entanto, abrir mão das políticas que permitam o controle das mulheres sobre a própria fertilidade:

(...) a grande questão que se coloca para a sociedade brasileira parece ser a seguinte: nas intenções demográficas do atual governo de transição, prevalecerá o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) – uma legítima conquista das lutas feministas no Brasil, que contrapõe o planejamento familiar, direito inalienável da população feminina, a ações governamentais que tencionem estabelecer metas populacionais “ideais”? Ou acabará vingando um controle da natalidade afeito às surradas intenções de cunho neomalthusiano, francamente neofascistas, várias vezes ensaiado no País e sob o qual se ocultam interesses estrangeiros e nacionais há décadas em jogo? Vale lembrar que as intenções controlistas, especialmente no Terceiro Mundo, tratam a questão populacional como assunto geopolítico, envolvendo até longínquas considerações estratégicas das superpotências. (Mulherio, 1987, ed. 28, p. 8).

A crítica não incide apenas sobre os interesses de organismos internacionais em atuar sobre a dinâmica populacional brasileira. As intenções de cunho nacionalista, que vislumbravam estimativas populacionais “ideais” para o país não eram poupadas por *Mulherio*, assim como também é apontado na tirinha a seguir que, sob a legenda: “como o senhor pode ver, aquele nosso plano sobre o povoamento da Amazônia é uma questão de semanas...!”, fornece uma crítica contundente sobre a percepção de mulheres como máquinas gestacionais utilizadas segundo os interesses do Estado:

**Figura 14** - Tirinha sobre planejamento demográfico (Mulherio, 1985, ed. 21, p. 8).



A imagem é parte da matéria intitulada como *De novo: o interesse em controlar o nosso corpo*, em que aborda as dificuldades de um maior desenvolvimento em relação às políticas públicas de planejamento familiar, em razão de forças contrárias que insistiam em enxergar o corpo das mulheres como máquinas reprodutivas a operarem de acordo com os interesses da sociedade – ou da família – e não como corpo próprio pertencente a sujeitos específicos, com necessidades e interesses particulares. E, desta forma, evidencia a legitimidade das pautas específicas feministas, como as únicas capazes de atender os interesses das mulheres, principalmente no que diz respeito àquilo que as define, o seu potencial reprodutivo:

A nível dos movimentos sociais, tenho a ressaltar a emergência dos movimentos feministas, colocando o direito da mulher controlar sua fertilidade e exigindo do Estado que esse direito se torne efetivo. Se no início o movimento estava preocupado em não ser confundido com feminismo burguês – insistindo na luta geral, na democratização, nas contradições de classe –, ao se afirmar ele assume e dá grande ênfase à luta pelo controle da fecundidade. Não porque esta seja a luta mais importante, mas porque só o feminismo cuida dela. (Idem).

De acordo com Alvarenga e Schor (1998, p. 92 a 98), a polarização entre os que defendiam o “controle da natalidade” – pertencentes a esse grupo aqueles que tinham o interesse em orientar ou mesmo determinar as dinâmicas demográficas da população – e o “planejamento familiar” – que defendia o direito de acesso das famílias às políticas públicas para planejar o período e a quantidade de filhos que livremente desejassem ter – perduraria até o ano de 1993 quando, em 1994 com a Conferência Internacional na cidade do Cairo, finalmente se estabeleceria o conceito dos “direitos reprodutivos” – compreendidos como direito inalienável dos indivíduos em decidir sobre o controle de sua própria fertilidade. No entanto, é possível afirmar que, devido à grande mobilização realizada pela sociedade civil organizada, especialmente pelos movimentos feministas, os projetos que estavam alinhados com a ideia de “planejamento familiar” alcançaram substancial vitória diante desse conflito de interesses:

Essa ampla mobilização teve, finalmente, registrada a sua marca na Carta Constitucional, onde a questão reprodutiva, circunscrita ao parágrafo 7º do Artigo 226, apresenta-se sob a forma de “Planejamento Familiar” como um direito acessível voluntariamente a todos, descritos nos seguintes termos: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (Idem, p. 95).

Portanto, é diante de um sistema conflituoso de interesses em volta do corpo feminino que *Mulherio* atuava de forma efetiva e delicada, pois, ao mesmo passo que defendia a liberdade da mulher em controlar o próprio corpo, era preciso estabelecer, por outro lado, uma aliança com os meios capazes de lhes proporcionar essa “libertação”. Desta feita, a questão apresentada no início do tópico vem à tona: do que exatamente estariam as mulheres se libertando ao obter o livre controle sobre a sua fertilidade?

As linhas propositadamente percorridas por esse estudo possibilitam pensar sobre um *ambiente propício* para que as temáticas em volta do corpo, da sexualidade e do privado emergissem para o centro do debate feminista, na segunda metade do século XX: um contexto que aponta para o amplo interesse compartilhado por vários segmentos em obter um maior controle sobre a reprodução humana. Por meio dessa perspectiva, torna-se compreensível o fato de terem sido as mulheres o principal alvo de controle da fertilidade, afinal, até os dias atuais a maioria dos métodos contraceptivos são fabricados para atuar nos corpos delas.

O desejo de libertação das mulheres, uma libertação de si mesmas ou daquilo que sempre as caracterizou – a sua capacidade reprodutiva –, foi ao encontro dos interesses de políticas demográficas daquele período e, certamente, esse foi um dos fatores que tornaram as mulheres o maior alvo dos métodos contraceptivos: houve uma convergência de necessidades (a libertação da fecundidade) e de interesses (o controle da natalidade) comuns. E, conseqüentemente, pensamos que, por razões semelhantes, a Fundação Ford patrocinava tanto pesquisas científicas sobre demografia no Brasil, quanto o jornal feminista *Mulherio*, e que a ONU tenha se dedicado tanto às questões de controle populacional quanto se dedicou à década das mulheres<sup>45</sup>.

No entanto, uma “libertação” condicionada a artefatos não colocaria em questão a própria natureza dita feminina? E, por ser condicionada a algo exterior, não se constituiria em risco de nova “prisão”? Na edição de número 16, quando retorna como imprensa independente da Fundação Carlos Chagas, *Mulherio* dedica as suas primeiras páginas para falar de uma “crise do feminismo”, que era sentida naquele momento e que tinha como maior simbologia o livro de Betty Friedan, *A segunda Etapa*, que de certa forma propunha uma volta à família. Uma “mudança enorme”, segundo a avaliação do jornal, para quem, “em 1963, construíra a base do feminismo americano com *A Mística Feminina*”, retratando o “doloroso enclausuramento da dona de casa” (*Mulherio*, 1984, ed. 16, p. 2).

---

<sup>45</sup> Para conhecer as Conferências sobre população promulgadas pela ONU através de sua Comissão de População e Desenvolvimento, acessar: <http://www.un.org/en/development/desa/population/commission/index>.

Para *Mulherio*, essa “crise do feminismo” estaria ocorrendo porque “a crise está, na verdade, dentro de nós, no cotidiano das mulheres que poderíamos chamar genericamente de ‘liberadas’”. Isso, porque, num primeiro momento, houve uma euforia pela conquista dos espaços reservados exclusivamente aos homens: “A dona Maria saiu do tanque e foi dirigir carro, fazer esporte, viver. Buscar num espelho a sua face por tanto tempo perdida”. Mas, posteriormente, a crise se abateu porque “na verdade, a dona Maria não saiu do tanque. Continuou no tanque, e ao mesmo tempo, saiu para fazer todas as outras coisas, num esforço desesperado e cansativo de travestir-se de mulher-maravilha”. (Idem, p. 3)

O jornal avalia, portanto, que houve a inserção das mulheres no “mundo masculino”, mas não houve uma contrapartida, uma entrada dos homens no universo feminino e as mulheres acabaram exaustas. E não apenas isso. Sob um aspecto mais subjetivo, o jornal pondera, citando partes de um artigo intitulado *As pedras no bolso do feminismo*:

“As mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público, carregando consigo, as raízes do espaço privado” [...] E, numa dessas, a promessa de igualdade transformou-se “em apenas semelhança, ou melhor, caricatura”. (Idem).

Muito embora o trecho acima esteja seguindo a linha de raciocínio geral do texto, que aponta as funções acumuladas pelas mulheres “liberadas” como uma das principais razões para a crise no feminismo, ele também pode servir como um diálogo subjetivo em volta da concepção de libertação da mulher através da contracepção. Por este ângulo, quando as mulheres buscaram a libertação por meio do controle da fertilidade para atravessar a “fronteira do mundo dos homens” teriam renunciado a si mesmas, ou o “lado feminino da vida”, para se tornarem mera “caricatura” (dos corpos masculinos), porque continuavam a carregar consigo “as raízes do espaço privado” ou, dito de outro modo, os desígnios da Natureza, pois ainda continuavam mulheres, o outro lado da binaridade sexual, responsável pela reprodução dos seres humanos. É bem possível, portanto, que na concepção de libertação por meio do controle da fertilidade – do controle de sua natureza - estivesse também, ainda que imperceptível, uma das causas fundamentais para a “crise do feminismo” desse período. O elo entre mulher e Natureza não foi superado integralmente para que as mulheres pudessem se libertar dos encargos que as prendiam à esfera privada mesmo que pudessem atravessar a fronteira do espaço público.

*Mulherio*, como foi apresentado desde o início deste estudo, posicionou-se de forma a valorizar a mulher, de assumir o corpo feminino pela sexualidade binária caracterizada pela

função reprodutora designada por uma Natureza desejosa pela perpetuação da espécie. Eis o paradoxo: assumir-se como mulher, por meio de um potencial reprodutivo, para “rejeitá-lo”, como fonte de libertação. A questão formulada no início desse tópico não se refere a autonomia da mulher em controlar sua fertilidade de acordo com a sua vontade de ter ou não filhos, quando e se bem entender, pois se visto meramente por esse ângulo, parecerá que, de fato, só haveria vantagens para o grupo restrito de mulheres heterossexuais, férteis que mantém relações sexuais com homens igualmente férteis.

A questão que aqui está alocada remete ao paradoxo de assumir as especificidades de determinados corpos para buscar a igualdade em relação ao outro que contrapõe essas mesmas peculiaridades a partir de um mecanismo de libertação das características que os distinguem. Pela perspectiva da binaridade sexual, o (sexo) feminino só existe porque há o masculino que promove essa diferença a partir de suas funções reprodutoras que, a um só tempo, os conectam pelo ato sexual e os segregam de acordo com as diferentes “funções” que lhes são atribuídas pela Natureza.

E então, quando se decide controlar essa natureza como mecanismo para alcançar a própria liberdade, liberta-se de quê? Das desigualdades promovidas pela sociedade ou da própria Natureza? Sob esse aspecto, talvez a “libertação”, por meio dos contraceptivos, indique mais uma adequação dos corpos femininos para usufruir de um mundo historicamente construído não apenas para abrigar os corpos masculinos, mas para aceitar em seu meio somente os corpos que de alguma forma foram capazes de superar os condicionamentos imputados pela Natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste estudo, apresentamos um direcionamento que percorre caminhos antigos da história ocidental para demonstrar o quão arraigada estaria a ideia de conexão entre a mulher e a Natureza (Arendt, 2010). É que esse vínculo teria sido um dos principais fundamentos para que as mulheres ficassem restritas do espaço público, uma esfera essencialmente erigida pelos homens e, portanto, *superior* no sentido de ter *superado* ou de ter ido *além* das condições inatas de sobrevivência a que estão submetidos os seres vivos. As mulheres, como estavam invariavelmente sujeitas às leis do seu ciclo reprodutivo, não poderiam ultrapassar as fronteiras do espaço privado, o local que foi destinado para a manutenção da vida biológica.

Por mais que essa concepção, arraigada na cultura ocidental, tenha tomado valores complexos no decorrer de sua história, a essência de uma ideia que vislumbra o espaço público como arena superior para abrigar apenas os corpos que tenham condições de ocupá-la e da esfera privada como o espaço destinado para a manutenção da vida permaneceu. O primeiro ficou caracterizado como o ambiente “masculino” por excelência, e o segundo, “feminino”.

É importante mencionar essa perspectiva, porque ela ofereceu as condições necessárias para analisar os discursos feministas publicados em *Mulherio* sobre os corpos das mulheres a partir de seu potencial reprodutivo. Pois, ao pensar nas concepções fornecidas pelo jornal a uma natureza feminina e das valorizações atribuídas às características peculiares dessa mesma natureza como fonte de demandas específicas para a adequada adesão dos sujeitos mulheres na sociedade brasileira, foi necessário pensar os espaços em disputa e de inserção desses corpos.

E, igualmente, foi por meio desse caminho que as reflexões em volta de uma conexão entre mulher e Natureza foram realizadas. Como visto no decorrer do estudo, *Mulherio* pautava-se na aceitação de uma natureza binária para a humanidade a partir de sua sexualidade e era, portanto, a partir dessa concepção que o periódico formulava as suas críticas em relação aos valores atribuídos pela sociedade aos corpos femininos e ofertava outras possibilidades para se repensar as mulheres, as suas características, necessidades ou interesses.

Esses valores atribuídos pelo jornal *Mulherio* foram, por sua vez, analisados de acordo com a hipótese do “paradoxo feminista” levantada por Joan Scott (2002). Desta forma, na medida em que o periódico aceitava, assumia e valorizava a natureza dos corpos femininos

para buscar uma *igualdade* em relação ao outro, o masculino, o *diferente*, assumia para si um discurso ideológico paradoxal, não apenas pela contradição inerente à lógica da diferença – ou igualdade – da natureza dos corpos, mas também nas concepções e das condições dos espaços socialmente construídos para recebê-los ou rejeitá-los.

Ao combinar os dois direcionamentos principais do estudo, observamos que os conflitos não se restringiam apenas às complexidades inerentes às diferenças do feminino/masculino e dos valores paradoxais que deles resultam na busca pela igualdade. Constata-se também a existência de um conflito em relação à ideia arraigada de conexão entre mulher e Natureza. Embora *Mulherio* assumisse a essência de um corpo feminino, as concepções elaboradas pelo jornal ora tendiam para a valorização e respeito com os mecanismos dessa natureza, ora tendiam para uma necessidade de superá-los.

Desta forma, por exemplo, em *A natureza do corpo*, analisamos a valorização de uma natureza feminina em relação ao espaço público – aquele essencialmente humano –, como uma interpretação positiva de sua não adequação às “lógicas de produção”, porque as características específicas de reproduzir vidas transcenderiam às tentativas do mercado de resumir os seus corpos em mero instrumento de trabalho. Por outro lado, em *Concepções de contracepções*, observamos a defesa da ideia de que a “libertação” das mulheres estaria intrinsecamente ligada à sua capacidade de controlar a própria fertilidade, justamente aquilo que a caracteriza em sociedade como mulher, inclusive, pelo próprio periódico. Por este ângulo, invocamos, portanto, a possibilidade desta ser uma busca de libertação dos condicionamentos impostos pela Natureza.

Em, *A Condição Humana*, Arendt convida-nos a refletir sobre as tecnologias que atualmente são produzidas com o objetivo de se rebelar “contra a existência humana tal como ela tem sido dada – um dom gratuito vindo de lugar nenhum (secularmente falando) – que ele [o homem] deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo” (2010, p. 2). Ao que parece, essa “troca” supostamente favoreceria um sentido de *superação*, ou ainda, de *libertação* das condições impostas pela Natureza. No caso das mulheres, os métodos contraceptivos podem ser compreendidos por esse amálgama de valores que enxerga na produção de artefatos ou de artifícios uma forma de legitimar-se como ser humano, o único dentre os seres vivos capaz de dominar, ainda que parcialmente, os desígnios da Natureza.

Por essa via, quando pensamos sobre a restrição do corpo feminino à esfera privada, em razão de sua “conexão” com a natureza, e a de sua “libertação” desse espaço, na medida em que consegue “desconectar-se” dela, vislumbramos que a complexidade paradoxal apontada por Joan Scott (2002) aos discursos feministas não se limita à questão de assumir a

*diferença*, enquanto mulher, para buscar a *igualdade* junto aos homens em um ambiente pensado para abrigar características que foram atribuídas a uma ideia de masculinidade. Os paradoxos nos discursos feministas podem alcançar também os conflitos existentes na concepção de uma superioridade humana sobre o resto do mundo, legitimada pela suposta capacidade de sua *superação* da natureza que, na verdade, ainda não ocorreu. Pois, por mais que os seres humanos tenham criado mecanismos para superar os seus condicionamentos à natureza, todos continuam conectados a ela, porque “o artifício humano do mundo separa a existência humana de todo ambiente meramente animal, mas a vida mesma permanece fora desse mundo artificial e, por meio da vida, o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos” (ARENDDT, 2002, p. 2).

A mulher caracterizada por meio de seu potencial reprodutivo representa, nesse aspecto, um elo permanente entre humanidade e natureza que jamais poderia ser superado em sua integralidade – pelo menos enquanto não inventarem algum modo artificial de vida. Isso pode se tornar, inclusive, uma das principais questões para o desenvolvimento dos discursos feministas na atualidade, como instrumento que detém o potencial para desconstruir essa ordem antiga de valores que por longo tempo tem legitimado o direito da ação humana em manipular, de acordo com os seus interesses, tudo o que compõe o resto do mundo, em razão de uma ideia míope de superioridade ou ainda de *superação*.

Em *Mulherio*, particularmente, observamos que os discursos feministas direcionam-se em uma relação majoritariamente de respeito e de valorização da natureza dos corpos reprodutivos femininos como um mecanismo de fortalecimento da identidade dos sujeitos mulheres. Em um sentido mais amplo, portanto, os paradoxos feministas, em *Mulherio*, podem ser compreendidos como a valorização da natureza de um corpo – o feminino – para adentrar em um meio que foi historicamente construído justamente para exercer a *superação* da Natureza: o ambiente essencialmente humano (artificial) composto por indivíduos cuja “cidadania” foi igualada à concepção de “masculinidade”, em razão de valores ontológicos que viram no homem a única possibilidade de *superar* ou de *se libertar* dos condicionamentos imputados pela existência – até a chegada dos métodos contraceptivos femininos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

MULHERIO, São Paulo, ed. 0-39, 1981-1988.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Augusta Thereza, SCHOR, Néia. Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial. **Saúde e Sociedade**. V. 7, P. 87-110, 1998.

ARAICA, A.H. De la estadística demográfica a ala demografia política: outra transicion. In: WELTI, C. org. **Población y desarrollo: una perspectiva latinoamericana después de el Cairo – 94**. México, PROLAP/UNAM, 1997.

ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 11. Ed. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2010.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

BASTOS, Natalia de Souza. O círculo de mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio. In Usos do passado, 2006, Rio de Janeiro, **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, APERJ, 2006.

BERQUÓ, Elza. Refletindo sobre as questões populacionais neste final de século. **Novos Estudos**, n. 55, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. Arte é Construção. In: \_\_\_\_\_ **Reflexões sobre a arte**. São Paulo, Ática, 2006.

BUTLER, Judith. “Mulheres” como sujeito do feminismo. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa Feminista Brasileira pós-1974**. (Dissertação em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARVALHO, J.A.M. e BRITO, F. A demografia e o declínio da fecundidade no Brasil. In **Revista Brasileira de Estudo Populacional**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul-dez. 2005.

CASADEI, Eliza Bachega. As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa: o caso mulherio. **Revista Altejour – grupos de Estudos Altejour: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA\_USP)**, São Paulo, ano 1, vol 1, p. 1-19, Ago-dez/2009.

CHAHON, Vera Lucia. **A mulher impura: menstruação e judaísmo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

- COSTA, Suely Gomes. Onda, Rizoma e “Sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Interthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 01-29, 2009.
- CONGER, Jay. Quem é a geração X? **HSM Management**, n.11, p.128-138, nov./dez. 1998.
- CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1), p. 11-39, 2013.
- DÉPÊCHE, Marie-France. Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino. In: STEVEN, Cristina M.T., SWAIN, Tania Navarro (orgs). **A construção dos corpos**. Perspectivas feministas. Ilha de Santa Catarina, Mulheres, 2008.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003.
- KORNIS, Mônica Almeida. O governo de Juscelino Kubitschek. Sociedade e cultura nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos FGV CPDOC**. [s.n.]. Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950> > acesso em: 16/07/2014.
- KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspectiva** [online], vol.15, n.4, pp. 3-12, 2001.
- KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70. In: \_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- HELENE, Daiane. A marcha das vadias. O corpo da mulher e a cidade. **Redobra**, a. 4, n. 11, p. 68-79, 2013.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 17(1), p. 215-241, 2009.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**, São Paulo, Contexto, 2005.
- MANICA, Daniela Tonelli. A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnociência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 197-226, 2011.
- MANICA, Daniela Tonelli. **Supressão da menstruação. Ginecologistas e laboratórios farmacêuticos re-apresentando natureza e cultura**. (Dissertação em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- MARTINE, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 257-275, jul./dez. 2005.

- MATOS, Maria Izilda de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda de, SOIHET, Rachel (orgs). **O corpo feminino em debate**. São Paulo, ed. UNESP, 2003.
- MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.
- PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. **Coleção História**, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PINSK, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.
- PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RIDENTI, Marcelo S. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (64): 38-47, fec, 1988.
- \_\_\_\_\_. O feminismo brasileiro desde 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis 12(2): 264, p. 35-50, mai-ago/2004.
- SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, out. 1994.
- SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis, ed. Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 2, jul/dez., 1995.
- SEDREZ, L. F. O corpo na História Ambiental: de corpos d' água a corpos tóxicos. In: ANDRADE, Marta Mega; SEDREZ, Lise Fernanda; MARTINS, William de Souza (orgs.). **Corpo: Sujeito e objeto**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, v. 1, p. 265-282, 2012.
- SOIHET, Rachel. **Violência simbólica: saberes masculinos e Representações femininas**. Estudos feministas, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12558/11703>>. Acesso em: 30.06.2013.
- SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero nos anos 1970 a 1980**. São Luis, EDUFMA, 2007.
- SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da História. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 81-95.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, Universidade De Brasília, vol. 8, n. 1/2, 2000.

TEGA, Danielle. Reflexões sobre o feminismo brasileiro: paradoxos e elaboração da experiência. In: **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*, 2008, Rio Grande do sul, **IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS**, Rio Grande do Sul, 2008.

VERÓN, Eliseo. A produção de sentido. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFRAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

ZERNER, Henri. A arte. In: LE GOFF, J. NORA, P. (orgs). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e materialismo**. São Paulo: ed. Unesp, 2011.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid, ed. Egales, 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa Feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 10, n. 2, 2008.

\_\_\_\_\_. Pílulas, controle sobre o corpo e autonomia reprodutiva: o debate sobre políticas de contracepção da imprensa alternativa feminista nos anos 1970/80. In: **Primeiro Encontro História da Mídia PR/SC**, UNICENTRO, Guarapuava/PR – 17 e 18 de junho de 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.